O HOJE



ENTREVISTA VILMAR ROCHA E EULER MORAIS

Políticos criticam STF e discutem cenário eleitoral

Nesta quinta-feira (16), o podcast Papo Xadrez, do O HOJE, recebeu os ex-deputados federais Vilmar Rocha (PSD) e Euler Morais (MDB) para um debate amplo sobre o momento político do Brasil. **Política 5**

O HOJE 21

| ANO 21 | Nº 7.095 | SEXTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2026 | R$ 2,50 | FUNDADO EM 23 DE ABRIL DE 2004 OHOJE.COM

Síndromes respiratórias se agravam e saúde pública decreta emergência

Com mais de 2,5 mil casos de síndromes respiratórias agudas graves (SRAGs) em 2026 e cenário nacional em alerta, Estado de Goiás decide ampliar medidas e aposta na vacinação para conter agravamento da doença. **Cidades 11**

Detido pela PF, dono da Choquei vai continuar preso
Cidades 9

Salário mínimo pode subir para R$ 1.717 em 2027
Economia 4

Divulgação/CBM-GO



Período de seca se aproxima com ações contra queimadas e incêndios

Com mais de 100 ocorrências de incêndios florestais e queimadas registradas em todo o Estado apenas em 2026, Goiás aposta em plano integrado e na Operação Cerrado Vivo para reduzir focos de chamas durante a estiagem. **Cidades 10**

Crédito deteriora com dívidas mais caras das famílias

Com juros estratosféricos e falta de alternativas, as famílias têm migrado para "modalidades de crédito mais caras e arriscadas", que elevam o custo médio e risco de inadimplência. **Econômica 4**



MEI deve declarar Imposto de Renda em 2026? Entenda

Confusão entre faturamento e renda pessoal pode levar à malha fina. CRC-GO explica como é feito o cálculo, as regras e quais os riscos para os microempreendedores individuais. **Economia 4**

Legislativos não fiscalizam; dizem que não adianta

No próximo mês de outubro, chegará de novo a oportunidade de a população extirpar esse mal do Poder Legislativo. **Xadrez 2**

Em contramão a críticas, Daniel investe no combate às facções

Em contrapartida às críticas da oposição, principalmente da esquerda, o atual Governo de Goiás lançou a Operação Destroyer, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PC-GO), caracterizada por ser uma ação contínua de combate ao crime organizado e que foca na desarticulação de facções criminosas envolvidas em tráfico e homicídios. **Política 2**

Ex-presidente do BRB é preso no caso Banco Master

A decisão foi autorizada pelo ministro Mendonça após a PF apontar indícios de pagamento de vantagens indevidas. **Política 6**

Leo Macário

BRUNO PANDA LOPES

O papel do pertencimento na prevenção da violência

Opinião 3

LEIA NAS COLUNAS

Xadrez: **Governo lucra com o petróleo; agro e indústrias ficam com o prejuízo**
Política 2

Jurídica: **Para STJ, exame clínico em menor sem a presença dos pais não gera dano moral**
Cidades 10

Livraria: **'Cuide-se Pra Cuidar' oferece estratégias para lidar com as dores da maternidade**
Essência 14



Negócio familiar ganha espaço em hamburguerias

Empreendimentos crescem com gestão compartilhada, baixo custo e expansão impulsionada pelo delivery entre hamburguerias de Goiânia. **Negócios 17**

Show de Gal Costa em Salvador vira álbum póstumo

Gravado no ano de 2003 no Teatro Castro Alves, o registro inédito do show traz a cantora acompanhada apenas por violão e chega às plataformas com três faixas antecipadas como um álbum póstumo. **Essência 15**

Distúrbio na urina está entre doenças comuns em gatos

Os gatos machos apresentam maior probabilidade de desenvolver obstruções uretrais do que as fêmeas. **Essência 16**

ISSN 1303-509-4

Dólar: (paralelo) R$ 4,99 | **Dólar:** (comercial) R$ 4,993 | **Euro:** (Comercial) R$ 5,882 | **Boi gordo:** (Média) R$ 365,50 **Poupança:** 0,3715% | **Ouro:** R$ 772,84 | **Bovespa:** -0,46%

Fale O HOJE

Negócios: (62) 3095-8722
Classificados: (62) 3095-8700
Leitor: (62) 3095-8772 | editor@ohoje.com.br

Tempo em Goiânia
29º C
19º C
Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.



Xadrez

Wilson Silvestre

(62) 99314-0518 | (61) 99613-6831

xadrez@ohoje.com.br

Com Nilson Gomes-Carneiro e Bruno Costa

Juarez, o solitário – Ao assumir o comando do PDT em Goiás, Carlos Lupi expôs o esvaziamento da sigla no Estado. Após a saída de Dr. George e Flávia Morais para o MDB, a figura mais importante do partido no Estado ficou a cargo do vereador por Goiânia Juarez Lopes.

Governo lucra com o petróleo; agro e indústrias ficam com o prejuízo

Mais uma notícia ruim para o País. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), velho conhecido dos brasileiros 40+, subiu a previsão de déficit nas contas públicas a partir de 2027, para 100% do Produto Interno Bruto (PIB). O que era preocupação para muitos setores da economia tupiniquim passa a ser alarmante. Mas, na avaliação de economistas e empresários de variados setores econômicos, se a guerra perdurar pelo controle do Estreito de Ormuz, onde passa mais de 20% do petróleo, o Brasil e em especial a Petrobrás saem ganhando.

Para entender essa conta de ganha-ganha, a coluna conversou com o consultor de mercado, palestrante e produtor rural Ênio Fernandes. De acordo com Fernandes, 84% das famílias estão endividadas, o faturamento da indústria caindo mês a mês e juros altos, ingredientes tóxicos para os negócios. "Existe um paradoxo: juros altos favorecem uma operação chamada 'carry trade', que é o empréstimo em um país com taxa de juros baixos para aplicar em nações de juros altos, caso do Brasil." Ênio explica a especulação. "A empresa ou investidor capta o recurso com juros, no máximo 5%, e aplica em nosso país, que está em 15%, com isso, tem lucro de 10%", lamenta. Segundo o consultor, esses juros altos estão "matando a economia brasileira por conta dessa entrada de dólares".

Com o crescente aumento do déficit fiscal, a capacidade para pagar a dívida pública vai se estreitando. "O que quase ninguém aborda é que esse barril de petróleo beirando US$ 100 dólares pode trazer para o nosso País algo próximo de R$ 75 bilhões", afirma Ênio. Ele acrescenta que o Brasil é um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. "Exportamos mais do que o Irã, mas com um agravante: importamos gasolina e óleo diesel. Resumindo, o maior beneficiário desse processo dolarizado é o governo federal. Ele lucra em moeda forte e a indústria e o agro não conseguem fechar a conta em real."



Ano eleitoral significa mais gastos

O consultor Ênio Fernandes acrescenta ao sufoco econômico o fator eleitoral. "O governo vem gastando acima do que arrecada. Agora ainda mais, devido a ser um ano de eleições gerais. E a tendência é distribuir sacos de bondades para turbinar o eleitorado, principalmente os de baixa renda, onde se encontra uma parcela muito grande desse voto." Ênio ressalta que não é só o presidente Lula, mas governadores, deputados e prefeitos também aumentam os gastos para eleger seus deputados.

Celina no rumo certo

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), demonstra ser excelente equilibrista, daqueles que atravessam um prédio a outro em um cabo de aço. A imagem ilustra seu esforço político para manter o BRB de pé e como instituição financeira importante para o DF. Na outra ponta, tenta segurar a volúpia dos aliados na gastança dos escassos recursos do tesouro. Por isso, o secretário de Economia, Valdivino de Oliveira, fechou as torneiras de gastos não essenciais. Haverá ranger de dentes, mas não existem ganhos sem dor.

Caiado no beco

Ronaldo Caiado (PSD) terá um cenário desafiador no Rio de Janeiro. De um lado, o pré-candidato a governador Eduardo Paes (PSD), alinhado com Lula, (PT) e do outro, estar no berço político da família Bolsonaro. A avaliação na base caiadista é de que há pouco espaço para apoio de lideranças locais.

Nova polêmica

Apoio de Gustavo Gayer (PL) à reeleição do deputado federal Ismael Alexandrino (PSD) passou a gerar incômodo não apenas no PL, mas também na base bolsonarista. Nas redes sociais, eleitores resgataram declarações de 2024, quando o parlamentar pediu boicote ao PSD, classificando a sigla como "a mais perigosa para o Brasil" e associando Kassab a Moraes.

Lula contra Trump

Lula voltou a criticar o presidente dos EUA, Donald Trump, em entrevista ao jornal espanhol El País. "Trump não tem o direito de acordar de manhã e achar que pode ameaçar um país. Não tem direito. Ele não foi eleito para isso. O mundo não lhe dá direito a isso." Analistas políticos avaliam que o presidente brasileiro busca reeditar a estratégia de "soberania", tema que lhe valeu bons pontos na intenção de votos durante a queda de braços com Trump sobre as tarifas aos produtos brasileiros.

Carlos Costa/Alego



Legislativos goianos não fiscalizam e têm boa desculpa: não adianta

Seja federal, estadual e municipal, o Legislativo no Brasil é quase sempre inútil, o que faz Montesquieu rolar em sua cova na Igreja do Santo Suplício, em Paris. Inventou a tripartição dos poderes para nada. A mais recente violência foi quando o STF se mancomunou com o Executivo para enterrar a CPI do Crime Organizado, desrespeitando a Constituição da República, que manda os Poderes serem independentes e harmônicos entre si. Ao contrário. Sediam tudo o que há de mais abominável. Por isso, o imenso capacho estendido ao lado da BR-153 com fachada de Assembleia Legislativa de Goiás sequer tenta legislar e fiscalizar, no que é seguida pelas Câmaras de Vereadores dos 246 municípios. É em vão.

Quando algum prefeito é afastado, puxa-se a capirava de quem o derrubou e a origem está em extorsões malsucedidas tentadas por bandidos com mandato legislativo xingando bandido com mandato executivo. Entre tanto esterco tratado por excelência, os que fertilizam ideias podem ser contados nos dedos do Lula, que além do Executivo tem nas mãos Legislativo e Judiciário. A cada dois anos, é possível deixá-los sem cadeira pública e imaginá-los em cadeia pública, mas o eleitor acostumou-se à lama e, em vez de repeli-la, a reelege. No próximo outubro, chegará de novo a oportunidade de extirpar esse mal. Infelizmente, os congressistas ainda não tiveram coragem de estabelecer mandato para o Judiciário. Por isso é que os ministros fazem como o crime organizado: junto com a CPI, enterram o que resta de dignidade ao País. **(Especial para O HOJE)**

Em contramão a críticas da esquerda, Daniel investe em combate a facções

Oposição acusou Caiado e governador de fazerem vista grossa às facções. Operação Destroyer contraria essa visão

Marina Moreira

Construção de imagem própria, esse era considerado por analistas políticos um dos principais desafios do governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB), antes de tomar posse do comando do Executivo estadual e durante sua pré-campanha para reeleição. No 16º dia à frente do Governo do Estado, o emedebista executou mudanças significativas na estrutura governamental como a reestruturação de ao menos 21 secretarias da gestão, além de conciliar os eventos de sua pré-candidatura com a agenda administrativa.

O governador reitera, frequentemente, que seu modo de governar é baseado nas ações adotadas nos sete anos de governo comandado por Ronaldo Caiado (PSD), que agora concorre à Presidência da República. Tem recebido destaque o discurso de Daniel no que tange à segurança pública e ao combate ao crime organizado no Estado, o que, para muitos especialistas, é tido como uma pauta essencial a ser discutida nos debates eleitorais, tanto no âmbito estadual quanto no federal. "Quando eu disse que bandido não se cria em Goiás ou muda de profissão, muda do Estado, está aí. Não é discurso, é a realidade. Essa radiografia explicita tudo. Nós devolvemos Goiás aos goianos", celebrou Caiado ao apresentar um levantamento que aponta quedas nos registros de criminalidade no Estado pelo sétimo ano consecutivo. "Os resultados são surpreendentes do ponto de vista do avanço da segurança pública no Estado. Se há sete anos eu dissesse que nós atingiríamos esses patamares, as pessoas iam dizer que eu estava com populismo ou fazendo promessas que não iria atingir", enfatizou o ex-governador durante apresentação dos índices que ocorreu no início deste ano, quando o pessedista comandava o governo.

Diante da posição de destaque de Goiás na lista de Estados mais seguros do País, a esquerda busca mostrar que Caiado e Daniel não se atentam para a atuação de facções criminosas em Goiás, com base nos desdobramentos da Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto de 2025. A força-tarefa revelou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal do Primeiro Comando da Capital (PCC) que utilizava postos de combustíveis em Goiás e outros sete Estados. Em contrapartida às críticas, o atual Governo de Goiás lançou a Operação Destroyer, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PC-GO), caracterizada por ser uma ação contínua de combate ao crime organizado e que foca na desarticulação de facções criminosas envolvidas em tráfico e homicídios.

Wesley Costa



"Em Goiás, faccionado não tem vez", afirma Daniel Vilela sobre resultado da operação

Em sua 4ª fase, a operação já resultou em 129 prisões e bloqueio de R$ 235 milhões em bens. Ao comentar os resultados da operação, Daniel ressaltou a dimensão da ação. "Esta é a maior operação da história da Polícia Civil no combate ao crime organizado aqui em Goiás. Desde a manhã, já foram presos 63 faccionados", afirmou o chefe do Executivo estadual na última terça-feira (14), ao reforçar que "em Goiás, faccionado não tem vez". O secretário de Segurança Pública, coronel Renato Brum dos Santos, destacou o reconhecimento nacional das iniciativas de combate ao crime desenvolvidas no Estado. "Goiás se consolida como referência na utilização de tecnologia aplicada à segurança pública, além de destacar a importância da atuação integrada entre as instituições", afirmou.

Dessa forma, Daniel começa a vincular sua imagem a operações relevantes e reforça a sinalização de continuidade em relação à gestão anterior. A abertura de diálogo com entidades e associações, ainda no início do mandato, indica uma tentativa do emedebista de equilibrar a firmeza no combate ao crime com atenção às demandas internas das corporações e, ainda, com o intuito de adquirir um importante saldo eleitoral para outubro. **(Especial para O HOJE)**

Prazo para regularizar título de eleitor termina em 6 de maio

Newton Lins

Com as eleições municipais de outubro se aproximando, a Justiça Eleitoral acendeu um sinal de alerta para os cidadãos que ainda não estão com seus títulos em dia. O prazo para tirar o documento pela primeira vez, atualizar dados cadastrais, transferir o domicílio eleitoral ou regularizar pendências termina no dia 6 de maio. Quem não cumprir o prazo ficará impedido de votar no primeiro turno, marcado para 4 de outubro, e também no eventual segundo turno.

O alerta é especialmente importante em ano eleitoral, quando a procura pelos cartórios e pelo sistema online costuma aumentar significativamente nas vésperas do fechamento do cadastro. A orientação dos especialistas é clara: não deixe para a última hora.

A regularização dentro do prazo é o único caminho para garantir a participação no pleito. Recomendo que o eleitor antecipe o processo para evitar contratempos. Quem deixar para a última hora corre o risco de enfrentar filas ou problemas técnicos no sistema. A regularização até 6 de maio é essencial para garantir a participação no pleito de outubro.

Recomendação da Justiça Eleitoral é clara: não procrastine

A experiência de eleições passadas mostra que, nos dias finais do prazo, os sistemas online podem ficar lentos ou instáveis devido ao alto volume de acessos. Nos cartórios, as filas se alongam, e nem sempre é possível atender a todos no mesmo dia. Já atendi clientes que, por terem deixado a regularização para a véspera do prazo, perderam a eleição por não conseguirem concluir o processo a tempo. É uma frustração que pode ser facilmente evitada com planejamento.

O voto no Brasil é obrigatório para maiores de 18 anos até os 70 anos. Para jovens de 16 e 17 anos, pessoas com 70 anos ou mais e analfabetos, o voto é facultativo, ou seja, não são obrigados a votar, mas podem fazê-lo se desejarem. Já estrangeiros residentes no país e conscritos (cidadãos em serviço militar obrigatório) não podem se alistar como eleitores.

Para os obrigados, a não regularização do título implica uma série de consequências que vão além da impossibilidade de votar. O eleitor que não estiver quite com a Justiça Eleitoral pode ficar impedido de obter passaporte ou carteira de identidade, tomar posse em cargo público, renovar matrícula em instituições de ensino oficial, obter empréstimos em bancos públicos e até mesmo receber salário de órgãos públicos, em alguns casos. Muitas pessoas só se dão conta dessas restrições quando precisam de um documento urgente ou são aprovadas em um concurso público. Nesse momento, a dor de cabeça é muito maior do que a simples ida ao cartório teria causado.

Os serviços eleitorais podem ser solicitados de duas formas: pelo Autoatendimento Eleitoral, no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ou presencialmente, nos cartórios eleitorais e postos de atendimento espalhados pelos municípios.

A opção digital é a mais prática para a maioria dos casos. O cidadão acessa o site do TSE, clica na opção "Autoatendimento Eleitoral" e segue as instruções. No entanto, é importante saber que, para quem está tirando o primeiro título ou precisa fazer a coleta da biometria, será necessário comparecer a um cartório presencialmente após o preenchimento do requerimento online.

Quem optar pelo atendimento presencial deve verificar os endereços e horários de funcionamento do cartório da sua zona eleitoral no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do seu estado. Em muitas cidades, há também postos de atendimento em shoppings, estações de metrô e órgãos públicos, que funcionam em horários estendidos. Vale a pena pesquisar a opção mais conveniente para a sua rotina.

Para realizar qualquer serviço eleitoral, o cidadão precisa apresentar: documento oficial com foto (RG, carteira de trabalho, passaporte, carteira nacional de habilitação ou certificado de reservista); comprovante de residência recente (conta de luz, água, telefone ou contrato de aluguel, por exemplo); e comprovante de quitação do serviço militar (obrigatório para homens que completam 19 anos no ano do alistamento).

No caso de transferência de domicílio eleitoral, o eleitor deve ainda informar o endereço completo do novo local de residência e comprovar que mora no município para onde deseja transferir o título. Um erro comum é tentar transferir o título sem ter comprovante de residência no novo endereço. Isso não é possível. Organize os documentos antes de iniciar o processo.

A recomendação da Justiça Eleitoral é clara: não procrastine. O cidadão deve verificar previamente sua situação cadastral no site do TSE (na página "Situação do Eleitor") e, se houver qualquer pendência, buscar a regularização o quanto antes. A consulta é rápida e exige apenas o número do CPF.

Também é importante lembrar que o título de eleitor não é impresso automaticamente após o alistamento ou atualização. O eleitor pode imprimir o documento pelo próprio site do TSE, em casa, ou solicitar a via impressa no cartório. Não espere que o documento chegue pelos Correios, isso não acontece mais.

Com o prazo final se aproximando, a dica é separar os documentos, acessar o sistema online ou agendar uma ida ao cartório nos próximos dias. O processo costuma ser rápido, quando feito com antecedência. Perder o prazo significa, inevitavelmente, ficar de fora da decisão sobre os próximos prefeitos e vereadores do país. E mais do que um direito, votar é um instrumento de transformação da realidade. Não abra mão dele.

Para mais informações, acesse o portal do TSE (www.tse.jus.br) ou consulte o TRE do seu Estado.



Newton Lins Teixeira de Carvalho é formado em Engenharia Florestal pela UnB e em Direito pelo Uniceub

O papel do pertencimento na prevenção da violência

Bruno Panda Lopes

A evasão escolar raramente começa dentro da escola. Ela começa antes, quando o jovem deixa de enxergar sentido em estar ali.

Quando falta perspectiva, a sala de aula deixa de ser caminho e passa a ser apenas obrigação e é nesse momento que o risco aumenta. Não porque a ausência do ensino empurre diretamente para o crime, mas porque ela derruba uma das principais barreiras de proteção que esse jovem possui.

Na prática, o que se observa é que o crime não surge do nada: ele ocupa espaços. Onde faltam oportunidades, presença constante e vínculos reais, alguém (ou algo) acaba preenchendo esse vazio. E o jovem, especialmente aquele que já se sente invisível, torna-se um "alvo fácil".

Existe, no entanto, um ponto que ainda recebe pouca atenção nessa discussão: o pertencimento. Todo indivíduo precisa sentir que faz parte de algo. Quando esse sentimento não vem da escola, da família ou da comunidade, ele tende a surgir em outros lugares e o crime organizado entende isso com muita clareza.

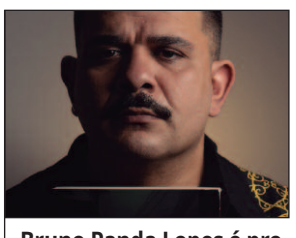
Por outro lado, quando o jovem encontra um espaço onde é visto, cobrado e valorizado, o cenário começa a mudar. É nesse contexto que o esporte se apresenta como uma ferramenta relevante.

Mais do que ensinar técnica, o esporte constrói disciplina, rotina, referência e identidade. Em muitos casos, é o primeiro ambiente em que esses jovens percebem que têm valor, que podem evoluir e que alguém acredita neles. Isso, por si só, não resolve o problema - mas é um ponto de partida.

Não existem soluções simples para questões complexas. Segurança pública, educação e políticas sociais precisam caminhar juntas, de forma contínua e integrada.

Ignorar o pertencimento, no entanto, é ignorar uma parte essencial dessa equação.

No fim, a questão não é apenas evitar que o jovem entre no crime. É garantir que ele tenha outras possibilidades antes mesmo de precisar escolher - e isso começa no momento em que ele deixa de ser invisível.



Bruno Panda Lopes é professor de jiu-jitsu e autor do livro "Protetores: o livro das magias ambíguas"

CARTA DO LEITOR

Juntos contra o suicídio

Hoje irei abordar um tema de extrema importância e que preocupa muito: o suicídio. São registrados cerca de 12 mil suicídios todos os anos no Brasil e mais de 16 milhões no mundo. Trata-se de uma triste realidade, que registra cada vez mais casos, principalmente entre os jovens. Cerca de 96,8% dos casos de suicídio estavam relacionados a transtornos mentais. Em primeiro lugar está a depressão, seguida do transtorno bipolar e abuso de substâncias. Por isso, se você conhecer alguém que já tentou ou pensa em cometer, ajude esta pessoa e se possível leve ela até um profissional.

Rogério Silva
Goiânia

CONTA PONTO

"O conjunto de elementos informativos colhidos até o momento aponta a alta probabilidade de que ele tenha tido ciência da instauração do procedimento antes do recebimento das respectivas cópias"

Polícia Federal (PF), nesta quinta-feira (16), ao apontar que o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa teria combinado com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, o recebimento de propina estimada em R$ 146,5 milhões. A informação consta na decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a prisão de Costa na quarta fase da Operação Compliance. O valor seria recebido por meio de quatro imóveis de alto padrão em São Paulo e dois em Brasília. A Polícia Federal disse ter rastreado, até o momento, o pagamento de ao menos R$ 74 milhões. O restante da propina só não teria sido pago em razão de Vorcaro ter descoberto a abertura da investigação na PF. (ABr)

INTERAJA CONOSCO

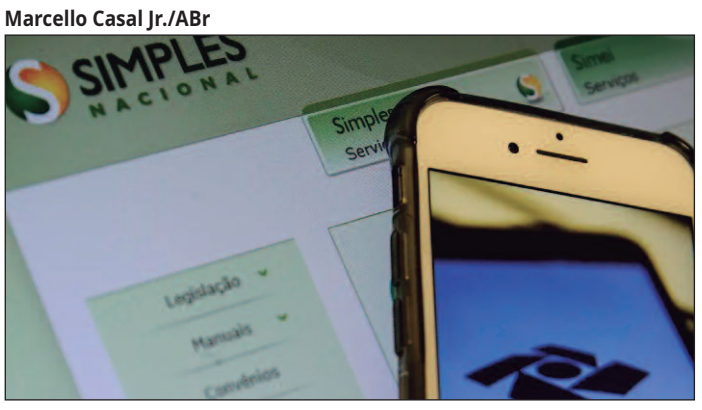
@g.ohoje
O ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) afirmou que a definição do candidato a vice-presidente será feita apenas durante as convenções partidárias, previstas para julho, o que segue o calendário eleitoral. Segundo Caiado, neste momento, a prioridade está na organização interna da campanha. A estratégia inicial inclui a montagem da equipe de marketing e a estruturação logística, além de uma agenda intensa de viagens por Estados como São Paulo e Minas Gerais, com foco em encontros regionais para fortalecer a base política. Leia a matéria completa em ohoje.com. Curtiu a publicação o leitor.
Valdinei Menezes (@valdineimenezes83)

@jornalohoje
O PSDB convidou o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, para disputar a Presidência da República nas eleições de 2026. O convite foi feito pelo deputado federal Aécio Neves, presidente nacional do partido, após reunião com parlamentares em Brasília. Segundo Aécio, a sigla busca consolidar uma candidatura própria ao Palácio do Planalto e ampliar sua presença no cenário político nacional. Ciro, que já disputou a Presidência quatro vezes, afirmou que vai avaliar a proposta. Além disso, o ex-governador também é citado como possível candidato ao Governo do Ceará, em uma eventual aliança com o PL. Leia a matéria completa em ohoje.com.

Aos colaboradores do O Hoje: Artigos para este espaço devem conter no máximo 4.000 caracteres e também podem ser divulgados no portal **ohoje.com.** São analisados os textos enviados, com foto e assinatura, para editor@ohoje.com.br. Cartas não podem ultrapassar 800 caracteres e o endereço para envio é o mesmo dos artigos. Mais informações podem ser obtidas pelo (62) 3095-8742.

O HOJE.com
Grupo O Hoje de comunicação
Fundado em 23 de Abril de 2004
Presidente Gean Alaesse Cordeiro
Bancas: R$ 2,50
Comercial: (62) 3095-8722 / (62) 3095-8754 / comercial1@ohoje.com.br | **Whatsapp:** (62) 99619-5512
Redação: (62) 3095-8767 / **Circulação:** (62) 98331-7879 / editor@hojenoticia.com.br | **O Hoje.com:** (62) 3095-8700
Endereços: Goiás: Rua 132-A, nº 124, Setor Sul, CEP: 74093-8700 - Goiânia
Distrito Federal: Av. Araucária, Lt 305, Bairro Águas Claras, CEP: 71.936-250 - Brasília

Marcello Casal Jr./ABr



Nem todo MEI é obrigado a declarar; erros podem gerar multas

MEI precisa declarar Imposto de Renda em 2026? Entenda quem é obrigado

Letícia Leite

Com o prazo de entrega do Imposto de Renda se aproximando, microempreendedores individuais (MEIs) ainda enfrentam dúvidas sobre a obrigatoriedade da declaração como pessoa física. Ao contrário do que muitos acreditam, ter um CNPJ ativo não significa, automaticamente, a necessidade de enviar o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF). A exigência depende do enquadramento nas regras da Receita Federal, como o limite de rendimentos tributáveis, patrimônio ou outras fontes de renda.

De acordo com a vice-presidente de Administração e Planejamento do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-GO), Sucena Hummel, um dos principais problemas está na confusão entre o faturamento da empresa e a renda pessoal do titular. "Para verificar se está obrigado a entregar o IRPF, é necessário separar os valores em duas partes: lucro isento, que pode ser considerado rendimento não tributável; parcela tributável, que pode entrar no cálculo da obrigatoriedade da pessoa física", explica. Entre os critérios que obrigam a entrega da declaração estão o recebimento de rendimentos tributáveis acima do limite anual, rendimentos isentos superiores a R$ 200 mil, ganho de capital na venda de bens, patrimônio acima de R$ 800 mil e operações em bolsa de valores. O MEI que também possui vínculo empregatício, por exemplo, deve somar essas receitas para verificar se ultrapassa o limite.

Erros recorrentes ainda colocam contribuintes em risco. Entre os mais comuns estão declarar todo o faturamento como renda pessoal, não informar a existência do MEI na ficha de bens e direitos, não calcular corretamente o lucro isento e deixar de declarar o pró-labore. Também há quem acredite que a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI) substitui o IRPF, o que não é correto. As obrigações são distintas e devem ser cumpridas separadamente. Para identificar a obrigatoriedade, o microempreendedor precisa fazer um cálculo simples. Primeiro, deve apurar o faturamento anual e aplicar o percentual de presunção de lucro, que varia conforme a atividade: 8% para comércio e indústria, 16% para transporte e 32% para prestação de serviços. Esse valor corresponde ao lucro isento. A parcela restante pode ser considerada rendimento tributável, a depender da situação e da ausência de comprovação de despesas.

Um exemplo prático ajuda a entender. Um MEI da área de serviços que faturou R$ 60 mil no ano terá R$ 19,2 mil considerados como rendimento isento. O restante exige análise, principalmente se não houver controle contábil das despesas. A soma com outros rendimentos da pessoa física define a obrigatoriedade da declaração. Além do risco de erro, o descumprimento das obrigações pode trazer consequências financeiras e administrativas. No caso da pessoa física, o atraso na entrega do IRPF gera multa mínima de R$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido, além de juros. Informações inconsistentes levam à malha fina, com possibilidade de cobrança adicional. **(Especial para O HOJE)**

enel Green Power

ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.
CNPJ/MF nº 01.672.223/0001-68 - NIRE 52300007810
Companhia Fechada

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("Companhia"), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, à Rodovia GO 206, km 0, Zona Rural, CEP 75560-000, na Cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **I.** aprovação do relatório da administração e das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes; **II.** Proposta de destinação do resultado do exercício social de 2025 e a consequente distribuição de dividendos; e **III.** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2027. Para participar das Assembleias, o acionista deverá apresentar comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia. Caso o acionista seja representado por procurador, a Companhia solicita o depósito do respectivo mandato acompanhado dos documentos necessários, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia das Assembleias. Solicita-se aos acionistas que observem o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Cachoeira Dourada, 15 de abril de 2026. Flavio Cozzolino - Presidente do Conselho de Administração.

Segue o link da publicação na íntegra no eletrônico do portal https://ohoje.com/:

https://ohoje.com/publicidade-legal/►-enel-green-power-cachoeira-dourada-s-a-ago-edital-de-convocacao-a-ser-realizada-em-29-de-abril-de-2026-2a-publicacao/S



Econômica

Lauro Veiga Filho

| economica@ohoje.com.br

Crédito sofre deterioração com salto nas dívidas mais caras para famílias

Fustigadas por juros estratosféricos e pela falta de alternativas de custos mais baixos, as famílias têm migrado, mais recentemente, para "modalidades de crédito mais caras e mais arriscadas", o que tem contribuído para elevar o custo médio e os riscos de inadimplência no sistema financeiro. A avaliação é dos economistas Flávio Ataliba Barreto, Pedro Avelino e João Mário Santos de França, no estudo "Novas evidências sobre o peso do crédito nas famílias brasileiras", publicado pelo espaço digital do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O resultado da interação entre aqueles fatores, prosseguem eles, é a consolidação de uma espécie de círculo vicioso de consequências negativas para a demanda doméstica e, portanto, para a atividade econômica em seu conjunto. "Forma-se, assim, uma dinâmica de retroalimentação: juros elevados deterioram a qualidade da carteira [de crédito], o aumento da inadimplência eleva o risco, os spreads se ampliam e o crédito se torna ainda mais caro", assinala o trio de economistas. Como resultado, aponta o trabalho, gera-se um "equilíbrio adverso, no qual o sistema continua expandindo o crédito, mas com efeitos crescentemente restritivos sobre o consumo das famílias".

O "choque dos juros", expressão não utilizada pelos economistas do instituto, acaba penalizando "de forma desproporcional" aquele porção da sociedade que "mais depende desse tipo de financiamento", mais precisamente, as famílias, no caso brasileiro. A deterioração do mercado de crédito ocorre num sistema financeiro "segmentado, que opera como um mercado de crédito em 'em duas velocidades'", definem os autores do estudo. "De um lado, grandes empresas conseguem, em momentos de aperto monetário [leia-se, juros mais altos], reduzir sua dependência do sistema bancário", acessando o mercado de capitais para captar recursos proporcionalmente mais baratos "por meio da emissão de títulos privados".

Disparidades

O setor público, notadamente o governo federal, consegue ampliar a captação de recursos no mercado por meio da venda de títulos público a custos historicamente muito altos, neste momento, mas proporcionalmente mais baixos quando comparados às taxas de juros impostas às famílias, que na média das operações realizadas no segmento de crédito livre têm sido submetidas a taxas médias de 62,0% ao ano. Neste sentido, a expansão das operações de colocação de títulos públicos, observam os economistas que assinam o estudo, "tem sido um dos vetores do crescimento do crédito ampliado". Mas as famílias, no entanto, continuam "fortemente dependentes do crédito bancário tradicional, concentradas em linhas com spreads elevados, como cartão de crédito, crédito pessoal e cheque especial, e com acesso limitado a fontes mais baratas de financiamento".

BALANÇO

- Nas estatísticas do Banco Central (BC), o saldo do crédito ampliado, que considera outras formas de contratação de dívidas fora do sistema financeiro, a exemplo da colocação de títulos, operações com recebíveis e derivativos e operações no mercado internacional, cresceu 11,8% entre fevereiro do ano passado e o mesmo mês deste ano, dado mais recente divulgado, subindo de R$ 18,822 trilhões para R$ 21,043 bilhões, o que significou elevar sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) de 157,6% para 163,7%. Registrou-se uma variação, portanto, de quase R$ 2,221 trilhões naquela comparação.
- Quase 60% desse incremento veio do avanço de R$ 1,323 trilhão no saldo das dívidas dos governos, que passou de R$ 7,862 trilhões para R$ 9,185 trilhões, em alta de 16,8%. A relação com o PIB variou de 65,9% para 71,5%. A dívida ampliada das empresas apresentou incremento até mesmo modesto, na mesma comparação, com elevação de 5,8% em 12 meses, saindo de R$ 6,611 trilhões para R$ 6,993 trilhões (mais R$ 382,0 bilhões).
- Em torno de 91,4% desse aumento tiveram como origem o mercado de títulos privados de dívida (debêntures, notas comerciais, recebíveis em geral). O saldo devedor das empresas naquele segmento apresentou alta de 16,4% sempre em relação a fevereiro do ano passado, com o estoque movendo-se de R$ 2,125 trilhões (31,2% da dívida total das empresas) para R$ 2,474 trilhões (35,4% do saldo devedor total).
- O crédito ampliado para as famílias, na verdade, continuou crescendo, avançando de R$ 4,348 trilhões (36,4% do PIB) para R$ 4,866 trilhões (37,9% do PIB), em alta de 11,9% (ou R$ 518,0 bilhões a mais). O aumento de R$ 451,0 bilhões no saldo da dívida contratada no sistema financeiro nacional explicou 87,1% do crescimento do crédito total das famílias no período. Os empréstimos obtidos pelas famílias no sistema financeiro subiram de R$ 4,041 trilhões para R$ 4,492 trilhões, variando 11,2% em valores nominais.
- Mais da metade da dívida ampliada das famílias, no entanto, ou mais precisamente 51,1% daquele estoque estiveram concentradas no segmento de crédito livremente negociado com bancos e outras instituições de crédito (vale dizer, com taxas livremente impostas às famílias pelo setor financeiro). O saldo do crédito livre para pessoas físicas aumentou 12,56% entre fevereiro de 2025 e igual mês deste ano, saindo de R$ 2,207 trilhões para quase R$ 2,485 trilhões (num acréscimo de R$ 277,335 bilhões em 12 meses).
- O crescimento das dívidas no cheque especial, do crédito pessoal não consignado, do cartão de crédito parcelado e rotativo respondeu por praticamente 36% do aumento observado para o total das operações no segmento do crédito livre. E a participação daquelas dívidas, notoriamente mais caras, passou de 23,8% em fevereiro do ano passado para 25,1% neste ano. Nesta soma, a dívida de custo mais alto passou de R$ 524,819 bilhões para R$ 623,615 bilhões, num aumento de 18,82%.
- Se os juros médios para as famílias passou a rondar a casa dos 62% ao ano, no caso daquelas operações, os níveis são ainda mais exorbitantes. O crédito pessoal não consignado custa 112% ao ano, com juros de 147% no cheque especial e de 200,2% para o parcelamento no cartão de crédito. Já os juros no crédito rotativo do cartão, campeão dos campeões, dispararam para nada menos do que 435,9% ao ano – o que significa dizer que, se rolar seus compromissos ao longo de 12 meses, o devedor terá multiplicado o saldo de sua dívida em mais de cinco vezes.
- Como dificuldade adicional, aquelas dívidas têm gerado taxas de inadimplência muito mais elevadas, chegando a 59,7% no crédito rotativo, 14,4% no cheque especial, 12,9% para o crédito parcelado e 8,9% no crédito pessoal não consignado. "Forma-se, assim, um mecanismo de retroalimentação. Maior risco implica custos mais elevados, que dificultam o pagamento das dívidas e alimentam novamente a inadimplência", retomam os economistas do Ibre/FGV. **(Especial para O HOJE)**

Salário mínimo pode subir para R$ 1.717 em 2027

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de salário mínimo de R$ 1.717 para 2027. O valor integra o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), apresentado na quarta-feira (15), e representa um aumento nominal de 5,92% em relação ao piso atual. O cálculo segue a política de valorização que considera a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses até novembro, somada ao desempenho da economia de dois anos anteriores. **(Letícia Leite, especial para O HOJE)**

ENTREVISTA VILMAR ROCHA E EULER MORAIS

Ex-deputados criticam STF, falam em reformas e projetam eleições

O HOJE



Ex-congressistas apontam para o desequilíbrio entre Poderes, cobram mudanças no sistema político e analisam cenários para 2026, com destaque para a força da centro-direita no País e a disputa acirrada no Estado

Bruno Goulart

Nesta quinta-feira (16), o podcast Papo Xadrez recebeu o ex-deputado federal e um dos fundadores do PSD goiano, Vilmar Rocha, e o economista e também ex-deputado federal Euler Morais (MDB), aliado de primeira linha do governador Daniel Vilela (MDB), para um debate amplo sobre o momento político do Brasil. Em conversa com os jornalistas Wilson Silvestre e Bruno Costa, os políticos avaliaram o desgaste do Supremo Tribunal Federal (STF), apontaram falhas no equilíbrio entre os Poderes e projetaram cenários para as eleições presidenciais e estaduais.

Logo no início do episódio, Vilmar Rocha classifica o momento como delicado. "Temos uma crise política. Não chegou ainda a uma crise institucional, mas sua origem está no Supremo", afirma. Para o pessedista, o STF deixou de atuar apenas como guardião da Constituição e passou a influenciar diretamente o ambiente político, o que gera insegurança. O fundador do PSD em Goiás também critica o papel do Senado, que, segundo Vilmar, deveria exercer controle sobre a Corte. "O Senado está omisso. Não cumpre seu papel", diz, ao acrescentar que a sociedade acabou por assumir esse espaço de fiscalização.

Euler Morais concorda que há desequilíbrio entre os Poderes, mas amplia o diagnóstico. Segundo o emedebista, o problema não está apenas no Judiciário, mas também na forma como o Congresso e o Executivo têm atuado. "O Judiciário tem assumido papel de legislador", afirma. Ao mesmo tempo, o ex-deputado do MDB destaca que o Congresso tem ampliado sua influência sobre o orçamento, principalmente por meio das emendas parlamentares. "Hoje, quem influencia mais os Estados e municípios são os parlamentares, não o Executivo", diz.

> *"O grande motor dessa atual tensão é o STF"*

> *"Não sei se chega ao segundo turno, mas o Caiado vai crescer nas pesquisas"*

> *"Acredito que vamos ter segundo turno em Goiás e o Marconi tem mais possibilidade de crescer"*
>
> **Vilmar Rocha**

Ainda nesse ponto, Euler chama atenção para as dificuldades de planejamento no país. Para o fiel escudeiro de Daniel Vilela, o excesso de disputas e mudanças de prioridade a cada governo impede avanços estruturais. O emedebista cita como exemplo a China, que adotou planejamento de longo prazo e conseguiu se tornar a segunda maior economia do mundo. "No Brasil, entra um governante e muda tudo. Não há continuidade. E isso traz um prejuízo enorme", afirma. Diante desse cenário, Euler defende até a discussão de uma nova constituinte para atualizar o modelo político e administrativo.

Vilmar Rocha também defende mudanças, mas foca na reforma política. O pessedista cita o voto distrital misto como alternativa para aproximar eleitores e representantes. Além disso, faz uma autocrítica sobre a reeleição. "Erramos com relação à reeleição", afirmou. Segundo o braço direito em Goiás de Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, um mandato de cinco anos seria mais adequado, pois daria tempo para o governante apresentar resultados sem depender de mais alguns anos.

Eleição presidencial

Ao falar da eleição presidencial, Vilmar avalia que o cenário tende a favorecer a centro-direita. "Há um número enorme de eleitores que não querem Lula nem Flávio Bolsonaro", diz. Ainda assim, o pessedista afirma acreditar que o sentimento anti-PT é forte no País. "O maior movimento popular hoje é o anti-PT", destaca, ao prever dificuldades para a base de Lula. O fundador do PSD em Goiás também aposta no crescimento do ex-governador Ronaldo Caiado como alternativa nesse cenário.

> *"O orçamento do governo federal está praticamente carimbado, com pouca margem para investimento"*

> *"As emendas impositivas tiram ainda mais o poder de decisão do Executivo"*

> *"Talvez esteja no momento de pensar em uma nova constituinte para atualizar esse processo"*
>
> **Euler Morais**

Euler Morais, por sua vez, critica a condução econômica do governo federal. "O governo tem focado mais nos gastos do que em investimentos." Apesar de defender programas sociais, o emedebista afirma que falta uma estratégia para garantir autonomia às famílias. "O problema não é a porta de entrada, mas a porta de saída", explica, ao criticar o uso político desses programas.

Goiás

No cenário estadual, Vilmar Rocha aponta o governador Daniel Vilela como favorito à reeleição. "Essa eleição não é de ruptura, é de continuidade", afirma. Segundo o ex-deputado do PSD, o atual governo tem aprovação e base sólida. O pessedista ainda diz acreditar em segundo turno e vê mais chances de crescimento para o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) do que para o senador Wilder Morais (PL) na corrida rumo ao Palácio das Esmeraldas.

Euler Morais faz uma análise ainda mais cautelosa. Reconhece que Marconi é mais conhecido, mas destaca a rejeição elevada. Já Wilder, segundo o emedebista, pode crescer com o bolsonarismo, mas comete erros estratégicos, como a falta de alianças ao formar chapa pura. Por outro lado, ressalta a vantagem de Daniel. "Ele tem uma base com cerca de 200 municípios, o que faz diferença", conclui Euler. **(Especial para O HOJE)**

CASO BANCO MASTER

Ex-presidente do BRB é preso em investigação

A Polícia Federal avançou nesta quinta-feira (16) em mais uma etapa de uma investigação que apura um suposto esquema financeiro que envolve o Banco Master. Entre os alvos está o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, que teve a prisão preventiva cumprida por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com as apurações, a decisão foi autorizada pelo ministro André Mendonça após a PF apontar indícios de pagamento de vantagens indevidas relacionadas a operações que envolvem o banco. Os investigadores identificaram movimentações suspeitas associadas à compra de imóveis, que teriam sido utilizadas para ocultar repasses ilícitos.

Além do ex-dirigente do BRB, também foi determinada a prisão de um advogado apontado como peça-chave na estrutura financeira investigada, suspeito de atuar na montagem de mecanismos de lavagem de dinheiro.

Após a prisão de Vorcaro

Essa nova etapa dá continuidade às fases anteriores da operação, que já haviam resultado na prisão do banqueiro Daniel Vorcaro. Na ocasião, a investigação revelou diálogos que indicariam articulações para ataques contra adversários e a existência de um grupo com características paramilitares. Atualmente, Vorcaro negocia acordo de colaboração com as autoridades.

A Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR) continuam a acompanhar o caso, que permanece sob sigilo judicial em parte de seus desdobramentos. **(Luma Silveira, especial para O HOJE)**

Paulo H Carvalho/Agência Brasília



A prisão foi autorizada pelo ministro André Mendonça após a PF apontar indícios de pagamento de vantagens indevidas

Valter Campanato/ABr



Segundo petista, o presidente americano "não foi eleito para isso"

Lula afirma que Trump não pode "acordar e ameaçar um país"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, e a política externa do governo americano com o Irã, Cuba e Venezuela. "O Trump não tem o direito de acordar de manhã e achar que pode ameaçar um país. Não tem direito. Ele não foi eleito para isso. O mundo não lhe dá direito disso. A Constituição americana não garante isso. E muito menos a carta da ONU", afirmou Lula em entrevista ao jornal espanhol El País, publicada nesta quinta-feira (16).

O chefe do Executivo federal também comentou as ameaças do presidente norte-americano e as intervenções em Cuba e na Venezuela. Na última semana, Trump escreveu em sua rede social, a Truth Social, que "uma civilização inteira morrerá esta noite, para nunca mais ser ressuscitada" em relação à população iraniana. "Nenhum país tem direito de ferir a integridade territorial de outro país. Nenhum país tem o direito de não respeitar a soberania dos outros países", disse Lula. Segundo o presidente, as lideranças políticas mundiais precisam assumir a responsabilidade. "Por mais importante que seja esse país, é importante que os maiores tenham mais responsabilidade de manter a paz no mundo", frisou.

Lula também afirmou que uma eventual Terceira Guerra Mundial "será uma tragédia dez vezes mais potente do que foi a tragédia da Segunda Guerra Mundial". **(Thiago Borges, especial para O HOJE)**



Esplanada

Leandro Mazzini | reportagem@colunaesplanada.com.br

Com Carol Purificação e Alexandre Braz

A Delação de Vorcaro

A prisão ontem do advogado Daniel Monteiro caiu como uma bomba na Bahia. Já é resultado da delação de Daniel Vorcaro. Monteiro foi o 2º que mais faturou no Banco Master, e, de acordo com o inquérito da Polícia Federal, foi a ponte entre Vorcaro e pagamento de propinas. Mas o que a Bahia tem a ver agora com o caso? O "banqueiro" está entregando tudo, desde o início do Master, e o grande salto financeiro nacional da instituição passa pela criação do Credcesta, o monopólio de descontos dos servidores do Estado nordestino. Quem defendeu o Banco e Vorcaro nesse caso é o procurador e advogado Eugênio Kruschewsky, que recebeu nada menos que R$ 54 milhões e pode ficar na mira da PF, assim como a sócia advogada Ana Patrícia Leão, subestabelecida em procuração em ações do Master. Ela quer disputar pela 3ª vez a presidência da seccional da OAB.

Tiro eleitoral

A campanha vai começar sem nenhuma mulher expoente nacional na disputa. A única que tinha chances de aparecer nas urnas, novamente, caiu na armadilha do Poder. Com um ato só, o presidente Lula da Silva tirou Simone Tebet (MDB) da rota. Deu-lhe um ministério apagado (e ela aceitou) e agora a senadora, que perdeu poder no seu reduto no MS, tentará vaga ao Senado ou à Câmara por São Paulo. E não há certeza de vitória.

O juiz governador

O que se vê, cá de Brasília mirando o Estado do Rio de Janeiro, é que o Judiciário fluminense provou do gostinho do Poder e, num consórcio com ministros do STF, quer ficar o maior tempo possível no comando do Palácio Guanabara. O desembargador Ricardo Couto, governador interino, já mexe com cargos importantes e empregou pessoas de confiança. Seria um inédito aparelhamento judicial do Executivo?

Efeito colateral

Veja como o escândalo do Banco Master com BRB, além de envolver R$ 12 bilhões de dinheiro publico, já mexe com o mercado – mesmo que em casos pontuais. Uma pequena empresa do setor de tecnologia, sediada no setor gráfico, pode fechar as portas em breve. Tinha o BRB como maior cliente e não recebe há meses – coisa de milhões de reais. Salários estão atrasados e algumas salas já foram entregues.

Ludopatia on-line

Uma boa notícia, pelo menos em tempos de tanta ganância por faturamento – da União aos sites de apostas, apesar de Lula da Silva reclamar de barriga cheia (Tesouro lucrou R$ 5 bi com as apostas em 2025): Os sites .bet estão reportando aos órgãos federais de fiscalização e controle maior cerco à ludopatia. Parte dos apostadores banidos em 2025 (36%) foi por "perda de controle sobre o jogo".

Povos originários

Na semana dos Povos Indígenas, levantamento nacional realizado pela Croma Consultoria online, com 2 mil pessoas, aponta que 70% dos brasileiros acreditam que houve aumento no número de invasões em terras indígenas na última década. Já 32% dizem que as pessoas estão preocupadas com as condições de vida dos povos originários. Os dados foram apresentados em audiência no Senado.

ESPLANADEIRA

#Influenciador Daniel Fortune: curso do SPA/MF para apostadores "contribui para que jogador compreenda os riscos nas apostas. #SumUp amplia presença em saúde e beleza no País. #Dasa (RJ) realiza exames e vacinas em mais de 50 atletas do COB via Sérgio Franco, Bronstein e Alta. #Petlove lidera agenda ESG com certificação B Corp. #Hospital MedSênior conquista selo de excelência para UTI. #LBZ Advocacia chega a MG e aposta na Special Opportunities. #Uni Veiga de Almeida realiza declaração do IR gratuita até 30/6 no campus Tijuca (RJ). **(Especial para O HOJE)**

Políticos peregrinam rumo à Conamad por apoio eleitoral e Messias no STF

Evento da Assembleia de Deus em Goiânia atrai lideranças políticas em busca do eleitorado evangélico

Thiago Borges

A 51ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Convenção Nacional das Assembleias de Deus (Conamad), que teve início na última terça-feira (14) e vai até esta sexta-feira (17), recebeu uma romaria de políticos na Assembleia de Deus Campo de Campinas, em Goiânia. O encontro, que reúne os principais ministros e bispos da comunhão no País, também serviu para os pré-candidatos acenarem ao eleitorado evangélico.

Na última quinta-feira (16), o governador Daniel Vilela (MDB) e o ex-governador e pré-candidato à Presidência da República, Ronaldo Caiado (PSD), encabeçaram a lista de autoridades políticas que participaram do evento. Também marcaram presença a pré-candidata ao Senado, Gracinha Caiado (União Brasil); os deputados federais Glaustin da Fokus (Podemos) e Ismael Alexandrino (PSD); e os vereadores por Goiânia, Aava Santiago (PSB), Ronilson Reis (Solidariedade), Welton Lemos (Solidariedade) e Oséias Varão (PL).

Em ano eleitoral, a Convenção serviu como palanque político para os pré-candidatos presentes. Caiado, por exemplo, tratou em seu discurso sobre o crescimento do eleitorado evangélico e afirmou que "aonde o povo evangélico caminhar, ele elegerá o próximo presidente da República".

O ex-governador goiano é o nome apoiado pelo bispo Samuel Ferreira, presidente da Conamad - Ministério Madureira. Em entrevista coletiva, Caiado afirmou que as declarações do líder evangélico "mostram que a nossa pré-candidatura passa a ter uma densidade ímpar hoje no Brasil".

Já Daniel tratou de elogiar o "trabalho missionário extraordinário" da Assembleia de Deus Madureira. Segundo o governador, a comunhão "merece reconhecimento pela importância na evangelização e na contribuição que oferece ao fortalecimento da sociedade brasileira".

Aliás, os principais cotados para compor a vice na chapa de Daniel ao governo estadual também estiveram no evento. O presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, e o ex-senador Luiz do Carmo (Podemos) marcaram presença ao lado do governador goiano. O ex-senador é apoiado por seu irmão, o bispo Oídes José do Carmo, presidente da Assembleia de Deus Ministério de Campinas.

Junior Guimarães e Romullo Carvalho



Enquanto pré-candidatos buscam apoio eleitoral, base de Lula quer aval evangélico ao AGU no Supremo

Aava articula por Messias

O evento da Assembleia de Deus também serviu para Aava articular o aval de senadores e bispos ao advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, como indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Supremo Tribunal Federal (STF). A parlamentar era a única liderança ligada ao chefe do Executivo federal no evento.

A vereadora confirmou à reportagem do O HOJE que intermediou uma conversa via chamada de vídeo entre Messias e o bispo Oídes. A parlamentar afirmou que "recebeu a missão" de articular com os líderes políticos e evangélicos de Lula.

Segundo Aava, Messias havia confirmado presença no Conamad, mas voltou atrás após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UB-AP), marcar a sabatina do AGU para o próximo dia 28. "Ele está em Brasília por conta disso. Está dedicado às reuniões bilaterais com os senadores", explicou Aava.

A parlamentar revelou que já tratou sobre o assunto com Vanderlan. "O senador Vanderlan foi fundamental para a aprovação do ministro André Mendonça, do qual ele é muito próximo, no Senado, e o Mendonça está muito empenhado na aprovação do Jorge Messias. Então, a relação está muito ajeitada", disse Aava.

A vereadora também afirmou que já tratou sobre o assunto com outras lideranças evangélicas. "Conversei com os presidentes de convenções do Tocantins, Mato Grosso. Todos sinalizaram que veem com bons olhos a aprovação do Messias", ressaltou. **(Especial para O HOJE)**

Nova geração precisa respeitar como FHC, Iris, Maguito e Nion

Os sub-50 Daniel Vilela, Romário Policarpo, Gustavo Gayer e Alexandre Baldy podem renovar de vez a política, mas precisam conservar uma tradição importante, a de considerar o ser humano, não o mandato

Fotos: Junior Guimarães e Romullo Carvalho, Mariana Capeletti/Câmara de Goiânia, Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados e Divulgação/Secom Goiás



A lição que fica é honrar seus antecessores e educar seus auxiliares. Criou-se o vício de ignorar o cidadão e falar só com líderes classistas

Nilson Gomes-Carneiro

Sem ditaduras nem golpes, o sistema político norte-americano atravessa os séculos imutável. Para falar apenas do atual, em 2000, Al Gore ganhou de George W. Bush nas urnas, mas não levou; em 2016, Hillary Clinton teve mais votos, porém empossou-se Donald Trump. Ninguém contestou, todos obedeceram ao injusto sistema de delegados. Na mais recente eleição, a de 2024, houve uma novidade tão imperiosa quanto a tradição, a de renovar também pela idade. Joe Biden era o presidente e queria ser reeleito aos 81 anos. Seu partido, o Democrata, o apoiou até não dar mais. E cuidou para que não desse. Acabou desistindo em favor de Kamala Harris, então com 57. No Brasil, e em Goiás particularmente, o bastão tem sido passado com critérios aleatórios, daí a falta de reverência não somente aos antepassados, mas ao comportamento que lhes rendeu prestígio.

O fator idade costuma não prevalecer, mas surge em algumas reviravoltas. Na volta das eleições presidenciais, em 1989, dois dos candidatos mais celebrados representavam o regime que saía (Aureliano Chaves, do PFL, 60 anos) e o que entrava (Ulysses Guimarães, do MDB, 73 anos). Perderam para Fernando Collor, do PRN, que fez a campanha quase toda com 39 anos. E não apenas foram derrotados: Ulysses ficou em 7º, com 4,74%; Aureliano, em 9º, com 0,89% -- Ronaldo Caiado veio a seguir com 0,72%). No âmbito estadual, em 1998, Iris Rezende, com 64 anos, tinha 14 vezes mais intenções de votos que Marconi Perillo, 34 anos, e acabou perdendo. Nos dois casos, os vencedores não reverenciaram o passado. Pelo contrário. Collor e Marconi xingaram José Sarney e Iris o tempo inteiro, rejeitando qualquer ensinamento.

Agora, Goiás está sendo governado por Daniel Vilela (MDB), de 42 anos. Os presidentes da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores de Goiânia, Bruno Peixoto e Romário Policarpo, têm 51 e 38 anos. Das gerações anteriores, o único remanescente é Caiado, que aos 76 anos tenta de novo chegar ao Palácio do Planalto. No seu caso, os dois triunfos para governador foram conseguidos em pleitos contra adversários bem mais jovens. Em 2018, Daniel, o 2º colocado, tinha 35; José Eliton, o 3º, 46. Reelegeu-se quatro anos depois contra Gustavo Mendanha, o 2º, com 39 anos, e Vitor Hugo, o 3º, com 44. Era uma mudança de ciclo, o que menos interessava à sociedade era a data de nascimento.

Agora, o mais novo é Daniel contra Marconi, Wilder e o nome do PT

Em busca da reeleição, Daniel vai enfrentar Marconi (PSDB), agora com 63 anos; Wilder Morais (PL), de 57; e alguém do PT ainda definido. Dos 3, o único que nunca exerceu o Poder Executivo é Wilder, exatamente o que mais administrou, mas no setor privado. Marconi, que tinha idade para ser filho de Iris, agora tem para ser pai de Daniel e irmão mais velho de Wilder. No entanto, as pesquisas passam ao largo desse pormenor.

No caso nacional, o que pesa para Flávio Bolsonaro (PL) subir não é o fato de ter 44 anos e Lula, 80, mas a baixa aprovação do governo. Também fica fora dos debates a quantidade de obras realizadas. Se houvesse essa competição, ninguém em Goiás atualmente venceria Marconi, pois do alto de seus quatro mandatos só pode ser comparado, ainda assim apenas na longevidade no cargo, a Pedro Ludovico Teixeira – que não pode ser comparado a ninguém, afinal, foi ele quem construiu Goiânia, o que o torna hors concours, como Juscelino Kubitschek por ter erguido Brasília e José Wilson Siqueira Campos, autor de Palmas e da independência do Tocantins.

Havia em Siqueira (1928-2023), que foi deputado federal por Goiás, e JK (1902-1976), que compôs a bancada goiana no Senado, um comportamento que inspirou outros políticos de renome que tiveram mandatos em Goiás, o do respeito às pessoas, sobretudo as de fora da política. Iris Rezende (1933 – 2021), pai da vice de Wilder, Ana Paula Rezende, e Maguito Vilela, pai de Daniel e cuja 3ª esposa, Flávia Telles, é a vice de Marconi, atendiam a todos que os procurassem e ordenavam a suas equipes que fizessem o mesmo. Eram atitudes nobres como as dos melhores prefeitos da História de Goiânia, Darci Accorsi (1945-2014), pai da deputada federal Adriana Accorsi, lembrada para competir neste ano para o Governo de Goiás; e Nion Albernaz (1930-2017).

O jornalista Augusto Diniz, colaborador de O HOJE, se lembra da relação de Maguito com a imprensa: "Nunca recusou ligação, era o celular tocar e ele atender". Na atual safra, o presidente da Saneago acha que é presidente dos Estados Unidos e o presidente da Assembleia tem certeza de ser mais importante que o primeiro-ministro da Rússia. Telefone tocou, olham na bina, não é prefeito de beira de brejo se oferecendo, rejeitam a ligação. A bancada goiana no Congresso Nacional passa pela famosa Síndrome do Beiço de Porco, só se lembra dele em dia de feijoada ruim. E dá uma canseira desgramada entrevistar a maioria desses inúteis.

Uma lição que fica para os pré-candidatos ao Palácio das Esmeraldas

Portanto, a lição que fica para Daniel, Marconi, Wilder, Adriana ou qualquer que seja o candidato do PT é honrar seus antecessores e educar seus auxiliares. Criou-se o vício de ignorar o cidadão e falar só com seus alegados representantes, como os líderes de entidades classistas, como se elas representassem alguém. Em vez de se reunir com a Acieg, o governador deve falar com os empresários sem assento em entidade alguma. Mesma coisa com a população. Maguito no governo (1995-1998), no Senado (1999-2006) e a Prefeitura de Aparecida (2009-2016) era o interlocutor de quem quisesse. E ai do integrante da equipe que ignorasse um cidadão, ou seja, o indivíduo, o pastor como qualquer outro cidadão, o líder comunitário como qualquer outro morador.

Nion Albernaz ordenava o acesso imediato do povo a seu gabinete, encaminhado pelo secretário Sebastião Tejota, hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, que reunisse habitantes de Goiânia, à época incluindo Senador Canedo (onde Tejota foi subprefeito). Darci Accorsi tinha paciência de aguentar filas de desvalidos e debates chatíssimos no Orçamento Comunitário, discutindo assuntos da cidade com gente comum do povo. Maguito ficava pouquíssimo em cima de palanque. Descia para conversar com a audiência, podia ser até sobre futebol. Sandro Mabel, o atual prefeito, tem se notabilizado por fazer exatamente o contrário. Portanto, Daniel, Marconi, Wilder e alguém do PT precisam ter como parâmetro o passado - e um passado que se distancia, pois Darci, Nion, Iris e Maguito já não estão aqui para os aconselhar. **(Especial para O HOJE)**

HISTÓRIA SEM FIM

Justiça italiana amplia extradição de Carla Zambelli

A Corte de Apelação de Roma decidiu, nesta quinta-feira (16), aceitar a extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) também no processo relacionado ao porte ilegal de arma de fogo. Com isso, a Justiça italiana avançou em mais um pedido feito pelo Brasil contra a ex-parlamentar. Antes disso, o Tribunal já havia autorizado a extradição no caso da invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Zambelli foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 5 anos e 3 meses de prisão, em regime semiaberto, além da perda do mandato, no caso em que perseguiu armada um homem nas vésperas da eleição de 2022. A condenação foi assinada por uma das turmas da Corte e se somou a outro processo, no qual a ex-deputada recebeu pena de 10 anos e 8 meses de prisão pela invasão dos sistemas do CNJ e pela inserção de documentos falsos na plataforma.

Condenações no Brasil

Os dois casos contra Carla Zambelli já têm trânsito em julgado no Brasil, ou seja, não cabem mais recursos. No processo do CNJ, o STF apontou que a bolsonarista participou da articulação da invasão hacker ao sistema do Conselho Nacional de Justiça, em 2023. Já no episódio da arma, a Corte entendeu que ficou comprovada a prática dos crimes de porte ilegal e constrangimento ilegal.

Depois da condenação ligada ao CNJ, Zambelli deixou o Brasil e foi para a Itália. A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu sua prisão preventiva e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, atendeu ao pedido. Em seguida, o nome da ex-deputada entrou na lista vermelha da Interpol, usada para localizar foragidos internacionais.

Em 29 de julho de 2025, Zambelli foi presa em um apartamento em Roma. Na ocasião, a Corte de Apelação de Roma citou "grave risco de fuga" ao determinar a prisão.

O que ainda falta para a extradição

Mesmo com a decisão desta quinta-feira, a extradição ainda não está fechada. A defesa de Carla Zambelli pode recorrer na Justiça italiana. Além disso, a palavra final sobre o envio da ex-deputada ao Brasil caberá ao ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio, que poderá confirmar ou rejeitar a decisão do tribunal.

Se a extradição for mantida, Zambelli deve ser enviada ao Brasil para cumprir pena. A expectativa, de acordo com as informações já citadas no processo, é de que ela fique presa na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), a Colmeia.

A situação da ex-parlamentar também passou pela Câmara dos Deputados. Após as condenações, a Casa abriu um processo para cassar o mandato dela, mas o pedido não alcançou os votos necessários e acabou arquivado em dezembro do ano passado. Dias depois, o STF anulou a votação e determinou a perda do mandato. Em seguida, Zambelli renunciou ao cargo na Câmara. **(Thais Muniz, especial para O HOJE)**

VERDÃO segura o Dragão

Tocantinópolis cria melhores chances em casa, mas Atlético-GO equilibra na etapa final

Raphael Teixeira/ACG



Rikelme Santos

Na noite desta quinta-feira (16), Tocantinópolis e Atlético Goianiense empataram em 0 a 0 no Estádio Ribeirão, no Tocantins, em confronto válido pela 4ª rodada da Copa Centro-oeste.

Jogando diante de sua torcida, o Tocantinópolis começou a partida mais agressivo e foi quem mais levou perigo na primeira etapa. A equipe pressionou desde os minutos iniciais e criou a melhor oportunidade aos 22 minutos, quando Rômulo cobrou falta com categoria e obrigou o goleiro Paulo Henrique a fazer grande defesa, evitando o primeiro gol da partida.

O Verdão manteve a postura ofensiva e voltou a assustar já na reta final do primeiro tempo. Aos 44 minutos, Rômulo foi derrubado na área e o árbitro assinalou a infração. O próprio camisa 9 foi para a cobrança, mas acabou desperdiçando a chance ao finalizar para fora, mantendo o placar zerado.

Em jogo disputado e com boas oportunidades para os dois lados, Tocantinópolis e Atlético Goianiense ficaram no 0 a 0

Do outro lado, o Atlético-GO encontrou dificuldades para furar o bloqueio defensivo do time da casa na primeira etapa, mas conseguiu criar algumas jogadas, principalmente com Riquelme e Vitinho, que buscavam espaços pelas laterais e em jogadas individuais.

Na volta do intervalo, o cenário seguiu equilibrado, com as duas equipes alternando momentos de posse e investidas ao ataque. O Tocantinópolis continuou tentando impor seu ritmo, rondando a área adversária e levando perigo, como na finalização de Emerson, defendida com segurança por Paulo Henrique.

O Dragão, por sua vez, cresceu na partida ao longo do segundo tempo. A equipe goiana passou a trocar mais passes e explorar melhor os contra-ataques. Em uma das melhores chances, Vitinho fez boa jogada e acionou Gabriel Paé, que acabou finalizando sem direção.

Nos minutos finais, o Atlético-GO demonstrou mais controle da posse de bola e passou a administrar o resultado, enquanto o Tocantinópolis ainda buscava o gol em bolas paradas e jogadas trabalhadas. Alan chegou a invadir a área em uma dessas tentativas, mas a defesa adversária conseguiu afastar o perigo.

Já nos acréscimos, Gabriel Adão teve uma última oportunidade para o Dragão, fez boa jogada individual, mas se atrapalhou na conclusão e não conseguiu finalizar.

Sem eficiência para marcar, as duas equipes ficaram no empate sem gols até o apito final. **(Especial para O HOJE)**

NO PLANEJAMENTO

Goiás entra na rota da Copa do Mundo Feminina de 2027

Mesmo fora da lista de cidades-sede, Goiás garantiu espaço no planejamento da Copa do Mundo Feminina de 2027. A Fifa incluiu três estruturas do estado no catálogo oficial que será disponibilizado às seleções participantes como opção de base durante o torneio.

Foram selecionados o centro de treinamento do Vila Nova, em Goiânia, o Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira, também na capital, e o Estádio Anníbal Batista de Toledo, em Aparecida de Goiânia. A proximidade com Brasília, que receberá jogos da competição, pesou na escolha das estruturas goianas.

A definição dos locais veio após uma série de vistorias técnicas realizadas pela Fifa entre o fim de 2024 e o início de 2026. Ao todo, mais de 250 instalações esportivas foram analisadas em diferentes regiões do país até a formação da lista final, com 38 centros aptos a receber delegações.

A relação será usada pelas seleções depois da divulgação da tabela e das cidades-sede. A partir daí, cada equipe poderá escolher onde ficará concentrada durante o período de preparação e disputa do Mundial.

Entre os espaços indicados, o CT do Vila Nova se destaca pela estrutura moderna, reformulada recentemente, com campos profissionais e suporte completo para atletas. **(Thais Muniz e Rikelme Santos, especial para O HOJE)**

Divulgação/Vila Nova



Estado tem três estruturas incluídas pela Fifa como opção de base para seleções

GIGANTE DO CENTRO-OESTE

Portal Expresso Goiás



Goiás transfere jogo contra o Cruzeiro para o Serra Dourada após liberação de laudos e aval da CBF

Goiás leva decisão contra o Cruzeiro para o Serra Dourada

O Goiás confirmou a mudança do local da partida contra o Cruzeiro, válida pela ida da 5ª fase da Copa do Brasil. Inicialmente marcada para o estádio da Serrinha, a partida será disputada no Serra Dourada, em Goiânia, na próxima quarta-feira, 22 de abril.

O horário do confronto ainda passará por ajuste. A princípio agendado para as 19h, o clube esmeraldino solicitou à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a alteração para 20h30, pedido que deve ser atendido pela entidade.

Nas últimas semanas, a diretoria do Goiás já vinha se mobilizando para levar o jogo ao Serra Dourada, principal palco do futebol goiano. A confirmação oficial ocorreu após a liberação de todos os laudos técnicos exigidos, além do aval da CBF. Para isso, o clube contou com o apoio da empresa que administra o estádio e trabalhou em conjunto com órgãos como o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, garantindo as condições necessárias para receber a partida.

O retorno ao Serra Dourada marca também um reencontro recente do Goiás com o estádio. A última vez que a equipe atuou no local foi em abril de 2025, na final da Copa Verde, contra o Paysandu. Na ocasião, o time paraense levou a melhor e ficou com o título.

Já o confronto de volta entre Goiás e Cruzeiro está marcado para o dia 12 de maio, às 21h30, no estádio Mineirão, em Belo Horizonte. O duelo definirá quem avança às fases decisivas da competição nacional. **(Rikelme Santos, especial para O HOJE)**

Quer receber a **edição digital** do jornal O Hoje direto no seu **WhatsApp**? Entre em contato no **62 9964-8719** receba o conteúdo com acesso **ilimitado** e **assinatura sem custo**.



GRUPO O HOJE
TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ.



Influenciador é investigado por participação em esquema de lavagem de dinheiro e apostas ilegais

Reprodução

Detido pela PF em Goiânia, dono da Choquei vai continuar preso

Goiano foi preso por suposta participação em esquema que movimentou R$ 1,6 bi nas redes

Anna Salgado



Montagem/O HOJE

Audiência de custódia deve definir manutenção da prisão temporária do criador da página Choquei

A Operação Narco Fluxo, deflagrada pela Polícia Federal (PF) nesta quarta-feira (15), colocou um dos principais nomes do entretenimento digital brasileiro no centro de uma investigação de escala bilionária. Raphael Sousa Oliveira, criador e responsável pela página Choquei, foi preso temporariamente em Goiânia sob suspeita de integrar uma organização criminosa especializada em lavagem de dinheiro, evasão de divisas e blindagem patrimonial. Segundo as investigações, o esquema teria movimentado cerca de R$ 1,6 bilhão em menos de dois anos, utilizando o alcance de influenciadores e artistas para ocultar recursos provenientes de apostas ilegais, rifas digitais e, possivelmente, do tráfico internacional de drogas.

Nesta quinta-feira (16), Raphael passou por audiência de custódia na sede da Polícia Federal em Goiânia, iniciada por volta das 11h40. Apesar da expectativa da defesa pela soltura imediata, o juiz federal da 5ª Vara de Santos, responsável pelos mandados, optou por adiar a decisão. O magistrado decidiu ouvir previamente o delegado de São Paulo que conduz o caso, a fim de avaliar se a manutenção da prisão temporária ainda é necessária para a coleta de provas ou se os objetivos da medida já foram cumpridos, como a apreensão de dispositivos eletrônicos. Posteriormente, após a realização das audiências de custódia, a Justiça decidiu manter as prisões dos investigados, incluindo MC Ryan SP e MC Poze do Rodo, ao entender que a medida ainda é necessária para o andamento das investigações.

De acordo com a PF, a organização operava de forma estruturada, com divisão clara de funções entre líderes, gestores financeiros e operadores de mídia. O grupo utilizava empresas de fachada, "laranjas" e transações com criptoativos, especialmente a moeda digital Tether (USDT), para dificultar o rastreamento. Além disso, foram identificadas operações com grandes quantias em dinheiro em espécie e movimentações bancárias de alto valor. Entre as práticas utilizadas está o chamado "smurfing", que consiste em fracionar transferências para evitar alertas de órgãos de controle, como o COAF. A decisão judicial aponta que o esquema misturava receitas legais, como shows e publicidade, com recursos ilícitos, criando aparência de legalidade ao patrimônio acumulado.

A Polícia Federal aponta o funkeiro MC Ryan SP (Ryan Santana dos Santos) como líder e principal beneficiário econômico da organização. Segundo a investigação, ele teria utilizado empresas do setor musical para mesclar lucros de apostas ilegais com receitas da carreira artística. Outro nome citado é MC Poze do Rodo, preso em sua residência no Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro. No núcleo financeiro e operacional, também aparecem Tiago de Oliveira, apontado como braço-direito de Ryan e gestor financeiro; José Ricardo dos Santos, responsável por atividades de marketing e circulação de recursos; e Rodrigo de Paula Morgado, contador investigado por suposta ligação com o PCC, atuando como operador financeiro. Nesse contexto, Raphael Sousa Oliveira é descrito como "operador de mídia", responsável por divulgar conteúdos favoráveis aos líderes e, possivelmente, atrair usuários para plataformas investigadas.

Os advogados Pedro Paulo de Medeiros e Frederico Moreira negam qualquer envolvimento do influenciador em atividades ilícitas e sustentam que a relação com os demais investigados era exclusivamente comercial. Segundo Medeiros, os valores recebidos, incluindo R$ 270 mil pagos por MC Ryan SP, referem-se a serviços de publicidade efetivamente prestados.

A defesa afirma que Raphael desconhecia a origem dos recursos, que suas atividades são lícitas e exercidas regularmente por meio de empresas sediadas em Goiânia e que a prisão temporária não se justifica, já que ele colaborou com a investigação. Também sustenta que o influenciador foi surpreendido pela operação e não integra a estrutura do suposto esquema. Sobre uma transferência de R$ 100 mil de origem desconhecida, a defesa afirma que Raphael declarou à PF não saber quem realizou o envio. A página Choquei, que acumula mais de 27 milhões de seguidores no Instagram, está sem publicações há mais de 24 horas. Conhecida pela cobertura ágil de celebridades e política, interrompeu as postagens após a prisão do fundador. De acordo com a defesa, não há proibição judicial, mas a equipe optou por suspender as atividades por considerar que "não é o momento oportuno". A estratégia é concentrar esforços na defesa jurídica e retomar as operações após eventual soltura.

Choquei volta ao centro de muita controvérsia

O caso não é o primeiro episódio envolvendo a Choquei. Em dezembro de 2023, a página esteve ligada à repercussão do caso da jovem Jéssica Canedo, após a divulgação de informações falsas sobre um suposto relacionamento com Whindersson Nunes. A jovem, que enfrentava depressão e foi alvo de ataques nas redes, morreu dias depois por ingestão de medicamentos. Posteriormente, a Polícia Civil de Minas Gerais concluiu que ela havia forjado os prints, e as páginas não foram indiciadas criminalmente.

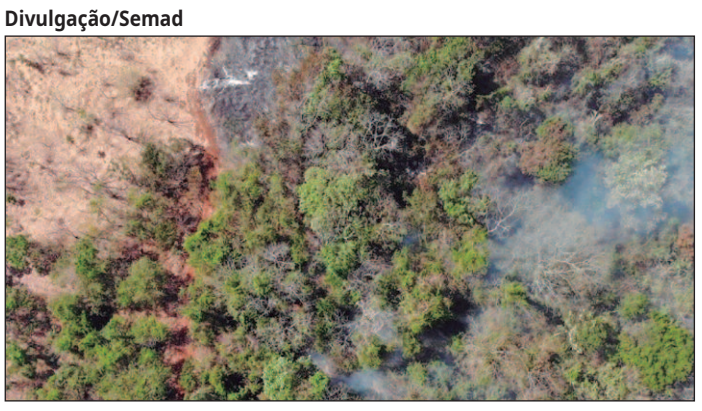
Ainda assim, o episódio gerou debate sobre a responsabilidade de perfis de grande alcance. Agora, em 2026, a nova investigação volta a colocar em discussão o modelo de atuação da página e suas conexões.

A Operação Narco Fluxo é um desdobramento das ações Narco Bet e Narco Vela. Ao todo, 200 agentes cumpriram 39 mandados de prisão temporária e 45 de busca e apreensão em diversos Estados e no Distrito Federal. Além de Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, a operação alcançou Pernambuco, Espírito Santo, Maranhão, Santa Catarina e Paraná. A Justiça também determinou o bloqueio de bens, contas bancárias e atividades empresariais ligadas ao grupo. Durante as buscas, foram apreendidos veículos de luxo, dinheiro em espécie, documentos e equipamentos eletrônicos que passarão por perícia.

O futuro imediato de Raphael depende da manifestação das autoridades responsáveis pela investigação. Caso a Polícia Federal entenda que sua liberdade não compromete o andamento do caso, ele poderá responder em liberdade em momento posterior. Caso contrário, a prisão poderá ser mantida conforme os desdobramentos judiciais. Os investigados podem responder por associação criminosa, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crimes contra o sistema financeiro.

Com a análise do material apreendido e de dados em nuvem, apontados como essenciais para o início da investigação, a Polícia Federal não descarta o surgimento de novos envolvidos. Raphael Sousa, que transformou um perfil criado em 2019 em um dos maiores canais de entretenimento digital do País, enfrenta agora o desafio de demonstrar a legalidade de suas atividades, enquanto a PF busca comprovar que sua atuação era parte central de um esquema de lavagem de dinheiro. **(Especial para O HOJE)**

Divulgação/Semad



Plano de Prevenção entende que o desmatamento, as queimadas e os incêndios florestais estão diretamente relacionados

Período de seca se aproxima e intensifica ações contra queimadas

João César Almeida

Com o fim das chuvas, Goiás passa pela troca de estações, dando início ao período de seca no Estado. Esse momento do ano, para os goianos, é de alerta quanto às queimadas e incêndios que ocorrem, tanto em áreas florestais e urbanas. De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBM-GO), já foram registradas 101 ocorrências de incêndio, mesmo com as chuvas, neste ano. Por conta disso, o governo estadual instituiu o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, das Queimadas e dos Incêndios Florestais (PPCDQIF).

A expectativa da corporação é conseguir reduzir os números com as ações propostas. Os dados de 2025 mostram que Goiás registrou 12 mil ocorrências de incêndios, sendo 4 mil classificadas como incêndio florestal. Com isso, o PPCDQIF funcionará como um instrumento de planejamento ambiental com o objetivo de prevenir, controlar e monitorar esses eventos em Goiás, concentrando-se na diminuição da perda de vegetação nativa e das emissões relacionadas à alteração do uso do solo.

Segundo o CBM-GO, a expectativa para este ano é positiva no sentido de conter a escalada das ocorrências, mas isso depende da continuidade das ações preventivas e da colaboração da sociedade. Eles destacam o resultado obtido em 2025, quando houve redução de 86% nas queimadas nas áreas dos parques estaduais protegidas pela Coordenação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

Para o período de estiagem neste ano, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado irá atuar com a Operação Cerrado Vivo, que é um planejamento específico para a estiagem no bioma Cerrado. Além de seguir com as ações de prevenção do PPCDQIF.

A operação é coordenada por especialistas em combate a incêndio florestal, o que permite à Corporação planejar, elaborar e executar de maneira estratégica as ações de prevenção, preparação e resposta. Caso presenciei o início de um incêndio, disque 193 para acionar o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. **(Especial para O HOJE)**

FRANCO LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEL

Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
ONLINE

inter

1º LEILÃO: 28/04/2026 - 10:30h - 2º LEILÃO: 30/04/2026 - 10:30h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo o**nline** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Casa nº 113-B, localizada no Condomínio Alto da Boa Vista, situado na Zona de Expansão Urbana d/Capital, lugar antes denominado Fazenda João Vaz, Goiânia/GO, com área privativa coberta de 101,60m², área privativa semi-coberta de 25,00m²; área privativa descoberta de 99,20m², área total privativa de 225,80m², área privativa do terreno 175,00m²; área comum de 353,60m², área total geral de 579,40m², correspondendo a fração ideal de 547,18m² ou 0,2625% do terreno. OBS: De acordo com a Prefeitura Municipal de Goiânia/GO, o imóvel está localizado na AV Perimetral Norte, QD. AREA LT. AREA COMPL. CASA 113B, COND Alto da Boa Vista, Faz Joao Vaz, Goiânia/GO. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026039.2.0097545-71 trasladada da Matrícula nº 97.545 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia/GO. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 28/04/2026, às 10:30 horas, e 2º Leilão dia 30/04/2026, às 10:30 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: GEORGEA DE CARVALHO OLIVEIRA, brasileira, advogada, solteira, nascida em 16/09/1980, CNH: 08396408692 DETRAN/GO, CPF: 946.650.281-68, residente e domiciliada na Rua CM, 14 T-12, APTO 1008 Buzios, Bairro Setor Candida de Moraes, Goiânia/GO, CEP: 74463-280. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES**:**1º Leilão: R$ 932.860,54 (novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos) 2º leilão: R$ 795.488,21 (setecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF /CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante**. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **08/04/2026.**

www.francoleiloes.com.br Ligue para: **(31) 3360-4030**



Jurídica

Manoel L. Bezerra Rocha | juridica@ohoje.com.br

Para STJ, exame clínico em menor sem a presença dos pais não gera dano moral

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido de indenização por danos morais contra um laboratório de análises clínicas que realizou exame de gravidez em adolescente de 13 anos sem a presença de um responsável legal. Ao julgar improcedente o pedido de indenização, a relatora do recurso no STJ, ministra Isabel Gallotti, destacou que a condenação foi baseada apenas na omissão do laboratório em comunicar o resultado positivo aos responsáveis e na realização do exame sem acompanhamento. Conforme apontou, o risco à saúde da adolescente decorreu de fatos anteriores, independentes do teste de gravidez, que não foram de responsabilidade do laboratório. A ministra observou que não consta nos autos informação sobre conduta administrativa do laboratório para comunicar o caso à autoridade pública competente, como previsto na legislação. Embora reconheça que tal descumprimento possa resultar em eventual sanção administrativa, a relatora explicou que isso não justifica, em princípio, o pagamento de indenização aos responsáveis legais. Segundo Gallotti, para fazer jus à indenização, seria necessário comprovar prejuízo concreto decorrente da omissão do laboratório no cumprimento de seus deveres legais. Por outro lado, ela ressalvou a possibilidade de adoção de medidas administrativas quanto à falta de notificação às autoridades.

Assédio ao consumidor

Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) do Senado aprovou o PL 133/2024 que combate o assédio de bancos e empresas de crédito aos consumidores. O projeto proíbe o assédio para oferecer produtos e serviços financeiros, por meio de ligações telefônicas, mensagens eletrônicas e publicidade direcionada. Para combater o problema, o projeto cria um cadastro centralizado no qual pessoas físicas podem se inscrever para não receber ofertas de operadores financeiros. A inscrição é feita por manifestação voluntária do consumidor e tem validade mínima de cinco anos.

Assassinato de policiais

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê a colocação de condenados pelo assassinato de policiais ou militares, no exercício da função ou em decorrência dela, em regime disciplinar diferenciado. Também será colocado no regime diferenciado quem for condenado por matar ou tentar matar cônjuge ou parente consanguíneo até o terceiro grau daqueles militares, e em razão dessa condição.



CGU e PF deflagram operação em Goiás contra suposto desvio de recursos públicos

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF) realizaram as Operações Rio Vermelho e Makot Mitzrayim (Pragas do Egito). As ações têm como objetivo investigar suspeitas de irregularidades na gestão de recursos públicos em contratos com duas organizações sociais que atuaram em Goiás, como direcionamento de contratações, precarização de serviços e desvios de verbas. Parte do recurso era destinada a um hospital de campanha montado para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

STF decidirá se direito ao silêncio deve ser respeitado durante abordagem policial

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluirá julgamento do recurso em que se discute a obrigatoriedade de informar o direito ao silêncio no momento da abordagem policial, e não somente no interrogatório formal. Relator do processo, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, votou para acolher o recurso e firmar a tese de que o direito ao silêncio, previsto no artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal, é aplicável desde a abordagem policial. Para ele, qualquer declaração colhida sem a advertência prévia de que a pessoa pode permanecer calada é ilícita, assim como as provas derivadas. Fachin considera ainda que cabe ao Estado comprovar que a comunicação foi feita, preferencialmente por meio audiovisual. O ministro Cristiano Zanin acompanhou o relator quanto à ilicitude das confissões informais sem advertência, mas admite que ela seja dispensada em situações de urgência ou impossibilidade manifesta.

RÁPIDAS

Corte Especial do STJ - Cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar réus com foro privilegiado, ainda que o crime imputado seja desvinculado do cargo ocupado ou que não tenha sido cometido em função dele. **(Especial para O HOJE)**

INVESTIGAÇÃO

Ginecologista é suspeito de cometer crimes sexuais contra pacientes

Um médico ginecologista é investigado pela Polícia Civil suspeito de praticar crimes sexuais contra pacientes em Goiânia e Senador Canedo, na Região Metropolitana da Capital. A investigação teve início há cerca de 40 dias e, até o momento, cinco vítimas já foram identificadas, uma no município de Senador Canedo e as demais em Goiânia.

De acordo com as apurações, o profissional atendia nas duas cidades e teria se aproveitado da relação de confiança estabelecida com as pacientes para cometer os abusos. A primeira denúncia remonta ao ano de 2017, o que indica que os crimes podem ter ocorrido ao longo de vários anos.

Segundo a Delegacia Estadual de Atendimento Especializado à Mulher (Deaem), o médico submetia as vítimas a atos libidinosos tanto durante consultas quanto durante a realização de exames ginecológicos. As circunstâncias dos atendimentos estão sendo analisadas detalhadamente pelos investigadores.

Diante dos indícios reunidos, a Polícia Civil chegou a representar pela prisão preventiva do investigado. No entanto, o pedido foi negado pelo Poder Judiciário, que determinou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. As restrições impostas não foram detalhadas.

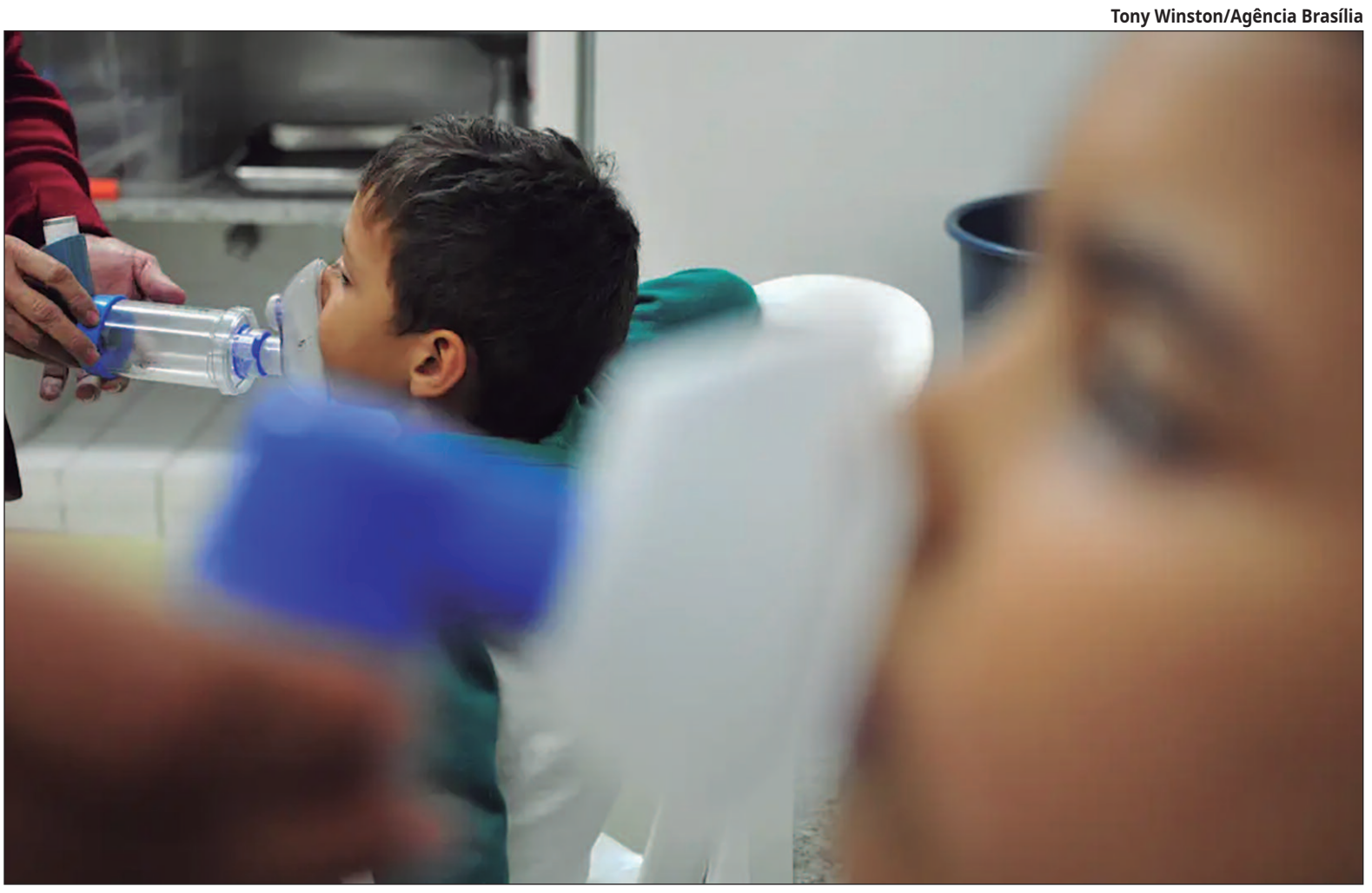
O médico é investigado, no âmbito do inquérito policial, pelo crime de estupro de vulnerável. A polícia não descarta o surgimento de novas vítimas e reforça a importância de denúncias para o avanço das investigações. **(Micael Moura, especial para O HOJE)**

SRAGs avançam e Goiás decreta emergência em saúde pública

Com mais de 2,5 mil registros em 2026 e cenário nacional de alerta, Estado amplia medidas e aposta na vacinação para conter agravamento da doença

Renata Ferraz

Tony Winston/Agência Brasília



Decreto autoriza medidas emergenciais, ampliação de leitos e reforço na vacinação contra influenza

O aumento expressivo dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) levou o Governo de Goiás a decretar situação de emergência em saúde pública. A medida foi oficializada por meio do Decreto nº 10.895, publicado no Diário Oficial do Estado na quarta-feira (15), e tem validade de 180 dias. O objetivo é ampliar a capacidade de resposta da rede de saúde diante da crescente demanda por atendimentos e internações.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES), Goiás já contabiliza 2.560 casos de SRAG em 2026. Desse total, 126 foram causados por Influenza, 49 por Covid-19, 987 por outros vírus respiratórios e 922 ainda não tiveram a causa especificada. Além disso, o Estado já registra 115 mortes relacionadas à síndrome, o que reforça o cenário de alerta e a necessidade de medidas emergenciais.

Diante desse quadro, o decreto autoriza uma série de ações imediatas, como a contratação temporária de profissionais, a ampliação de leitos hospitalares, especialmente de UTI e suporte ventilatório, aquisição de insumos e até a dispensa de licitação para agilizar processos. Também foi criado o Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE-SRAG), que passa a coordenar as estratégias de enfrentamento em todo o Estado.

Ao analisar os dados, especialistas destacam que a doença tem atingido principalmente os extremos de idade. No total de 115 óbitos registrados até agora, 82 ocorreram entre idosos com mais de 60 anos, enquanto nove foram de crianças menores de 2 anos. Outros oito óbitos foram registrados entre pessoas de 50 a 59 anos e quatro entre 40 e 49 anos.

A SRAG é caracterizada por um quadro respiratório grave, que pode evoluir rapidamente e exigir internação. Inicialmente, os sintomas podem se confundir com uma gripe comum, incluindo febre, tosse, dor de garganta e dores no corpo. No entanto, quando há piora, com dificuldade para respirar, queda na saturação de oxigênio e desconforto torácico, o quadro passa a ser considerado grave.

O infectologista Marcelo Daher explica que a síndrome não tem uma única causa. "A SRAG não é provocada por um único vírus. Ela pode ser causada por diferentes agentes, como o vírus sincicial respiratório, o rinovírus e a influenza, que hoje também tem sido uma causa importante de internação e até de óbitos", destaca.

Segundo o especialista, o cenário atual indica uma antecipação da sazonalidade das doenças respiratórias. "O que a gente esperaria para o final de maio ou início de junho já começou a acontecer agora. Isso acende um alerta importante e justifica medidas mais rápidas por parte do poder público", explica.

Daher ainda chama atenção para os grupos mais vulneráveis. "Crianças pequenas, idosos, gestantes e pessoas com comorbidades são os que têm maior risco de evoluir para quadros graves. Por isso, a vacinação e o diagnóstico precoce são fundamentais", reforça.

Além do cenário atual, dados recentes mostram que o avanço da síndrome já vinha sendo observado anteriormente. Em maio de 2025, Goiás acumulava 3.218 notificações de SRAG, número que representava um aumento de 18% em relação ao mesmo período de 2024. Na época, o crescimento já atingia principalmente crianças pequenas, grupo que segue como o mais vulnerável diante da circulação de vírus respiratórios.

Cenário nacional reforça estado de alerta

O avanço da SRAG em Goiás acompanha uma tendência nacional. Dados do boletim InfoGripe, da Fiocruz, apontam que o Brasil vive um cenário de alerta em 2026, com aumento de casos, especialmente entre crianças menores de 2 anos. Entre janeiro e março, mais de 9,4 mil internações por SRAG foram registradas em 21 Estados e no Distrito Federal.

O levantamento também indica que 14 Estados, incluindo Goiás, apresentam níveis de incidência considerados de alerta, risco ou alto risco, com crescimento sustentado nas últimas semanas. O principal responsável pelo aumento das hospitalizações em crianças é o vírus sincicial respiratório (VSR), seguido por Influenza e SARS-CoV-2.

Ainda segundo a Fiocruz, nas últimas semanas epidemiológicas, a incidência de SRAG tem sido maior entre crianças pequenas, enquanto a mortalidade se concentra principalmente entre idosos, padrão semelhante ao observado em Goiás. Entre os vírus identificados no País, o rinovírus, a influenza A e o VSR aparecem como os mais frequentes nos casos positivos.

Medidas emergenciais e resposta do Estado

Rovena Rosa/ABr



Especialistas alertam para diagnóstico precoce e vacinação como principais estratégias de controle

Diante do cenário, o decreto autoriza uma série de ações para conter o avanço da doença. Entre elas, estão a criação do Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE-SRAG), coordenado pela SES, além da possibilidade de contratação emergencial de profissionais, aquisição de insumos sem licitação e abertura de novos leitos hospitalares.

Além disso, o governo também poderá requisitar bens e serviços, caso necessário, para garantir o atendimento à população. Os processos administrativos relacionados ao enfrentamento da SRAG passam a tramitar em regime de urgência.

Outro ponto importante é o reforço na vigilância epidemiológica, com ampliação da testagem, notificação rápida dos casos e monitoramento constante dos indicadores de saúde.

Vacinação ainda é desafio em Goiás

Enquanto o número de casos cresce, a vacinação segue como principal estratégia de prevenção, mas ainda enfrenta baixa adesão. A campanha contra a Influenza começou em 28 de março e é voltada para grupos prioritários, como idosos, gestantes e crianças.

Até o momento, Goiás recebeu 436 mil doses enviadas pelo Ministério da Saúde. No entanto, apenas 388.179 foram aplicadas, o que representa uma cobertura vacinal de 16,19%, considerada abaixo do ideal. Em cidades como Caldas Novas, ações específicas já foram realizadas, como o "Dia D" de vacinação. Outros municípios também têm intensificado campanhas para ampliar a cobertura.

Além disso, a circulação de variantes, como o subclado K da Influenza A (H3N2), já identificado em cidades goianas, reforça a necessidade de vigilância constante, mesmo diante de casos inicialmente leves.

Diante desse cenário, autoridades de saúde reforçam que a combinação entre vacinação, diagnóstico precoce e medidas emergenciais será fundamental para conter o avanço da SRAG.

Sobre isso, Marcelo Daher também alerta para a importância da prevenção. "Hoje nós temos ferramentas importantes, como a vacinação contra a influenza e estratégias específicas para o vírus sincicial respiratório. No caso das gestantes, por exemplo, a vacinação ajuda a proteger os bebês nos primeiros meses de vida", explica. **(Especial para O HOJE)**

SEXTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2026 | O HOJE.com

EUA afirmam que Teerã não terá armas nucleares por 20 anos

Donald Trump diz que possui declarações do Irã sobre programa nuclear que contradizem a posição confirmada por Teerã

Daniel Torok/Casa Branca



Acordo entre Líbano e Israel é anunciado, mas segue incerto diante das posições de Tel Aviv e Hezbollah

Lalice Fernandes

O conflito no Oriente Médio segue sem solução diante de negociações fracassadas, divergências sobre o programa nuclear iraniano e acordos de cessar-fogo que ainda não se sustentam. Nesta quinta-feira (16), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o Irã teria aceitado não desenvolver armas nucleares por mais de 20 anos, declaração que contradiz a posição confirmada por Teerã.

"Temos uma declaração, uma declaração muito forte, de que eles não terão armas nucleares por mais de 20 anos", afirmou o republicano. A versão, no entanto, difere do que foi sinalizado por Teerã. De acordo com a emissora Al Jazeera, o Irã recusou interromper totalmente o enriquecimento de urânio pelo período mencionado e apresentou uma contraproposta que prevê apenas uma suspensão parcial do programa nuclear.

A contradição ocorre após uma rodada de negociações realizada no sábado (11), em Islamabad, no Paquistão, que terminou sem acordo e com bloqueio do Estreito de Ormuz pelos Estados Unidos. Mesmo com um cessar-fogo de duas semanas em vigor entre Estados Unidos e Irã, não há avanço concreto para um entendimento definitivo. Na quarta-feira (15), o país voltou a defender publicamente seu direito de enriquecer urânio para fins pacíficos. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmaeil Baqaei, afirmou que ninguém pode "tirar" esse direito e que o nível de enriquecimento é "negociável".

As divergências também se estendem ao campo militar, com versões conflitantes sobre a capacidade das forças iranianas após os ataques recentes. Em pronunciamento na televisão estatal, o comandante do Exército, Amir Hatami, disse que a estrutura militar do país permanece ativa. "Segue firme e o inimigo se mantém a uma distância de 300 quilômetros", afirmou. Em sentido oposto, o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, declarou que as forças norte-americanas estão "prontas para retomar o combate se o Irã não aceitar um acordo". "Se o Irã fizer escolhas ruins, bombas cairão sobre a infraestrutura, o setor elétrico e energético", afirmou o Hegseth em coletiva de imprensa no Pentágono. No campo diplomático, Trump voltou a indicar a possibilidade de uma nova rodada de negociações presenciais com representantes iranianos ainda neste fim de semana. O presidente também destacou o "bloqueio incrível" imposto aos portos do Irã, afirmando que a medida tem afetado diretamente a economia do país. "Eles não conseguem fazer negócios por causa do bloqueio. E então, sem Marinha, sem Força Aérea, sem equipamento antiaéreo, eles não têm nada, tudo se foi."

A tensão ainda se estende para território libanes, que tem sido alvo de ataques israelenses desde 1° de março. O Hezbollah afirmou que só aceitará o cessar-fogo anunciado pelos Estados Unidos caso haja retirada de tropas israelenses do sul do país. A condição foi rejeitada pelo primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que declarou que o acordo não prevê essa exigência. Diante da incerteza, o presidente do Parlamento libanês, Nabih Berri, recomendou que a população adie o retorno às áreas atingidas. Um cessar-fogo de dez dias entre Israel e Líbano chegou a ser anunciado por Donald Trump mas ainda depende da adesão plena das partes envolvidas. **(Especial para O HOJE)**



Essência

Fotos: Divulgação



Edital seleciona pesquisa afrodiaspórica sobre arte

Iniciativa seleciona até 12 pesquisas de autores pretos, pardos e indígenas até 19 de maio

Luana Avelar

Quando a Fundação Itaú e a Fundação Tide Setubal abriram, em 14 de abril, as inscrições para a terceira edição do Programa Ancestralidades de Valorização à Pesquisa, a temática escolhida foi direta: Arte e Cultura na Educação Integral em Perspectivas com Saberes Afrodiaspóricos e Indígenas. O recorte tem um propósito. Pesquisadores negros e indígenas seguem sub-representados nas universidades e nos centros de pesquisa brasileiros, e o programa aposta que a escola é o lugar onde essa realidade pode ser confrontada.

O chamamento seleciona até 12 pesquisas de pesquisadores pretos, pardos e indígenas. As inscrições são gratuitas e vão até 19 de maio, às 17h, pelo site www.ancestralidades.org.br. O resultado será divulgado até 3 de novembro.



Premiação da edição anterior do edital Ancestralidades, em 2024, que teve como temática Meio Ambiente e Raça

Os quatro eixos

Os projetos inscritos devem se enquadrar em um dos quatro eixos temáticos: Expressões Artísticas e Linguagens; Identidade, Memória e Patrimônio; Diversidade e Direitos Humanos; e Sustentabilidade e Território. A abrangência dos eixos é intencional. Ao reunir desde expressões artísticas até questões territoriais, o programa parte do entendimento de que os saberes afrodiaspóricos e indígenas não se organizam por fronteiras disciplinares e que estudá-los exige atravessar diferentes áreas do conhecimento.

Todos os projetos precisam estar inseridos, com aplicação prática, no contexto da educação integral, entendida como abordagem que promove o desenvolvimento pleno dos indivíduos em suas dimensões cognitiva, física, emocional, social e cultural. A exigência distingue o programa de um chamamento acadêmico convencional: não basta produzir conhecimento, é preciso que ele chegue às escolas e aos territórios onde essas comunidades existem.

Quem pode se inscrever

O chamamento é voltado a pesquisadores pretos, pardos e indígenas maiores de 18 anos, nascidos no Brasil, naturalizados ou estrangeiros com residência fixa no país há mais de dois anos, vinculados a universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, coletivos ou observatórios. A inclusão de coletivos e observatórios amplia o alcance para além das instituições acadêmicas tradicionais.

As inscrições podem ser feitas em duas categorias: Pesquisa e Estudos em Andamento ou Pesquisa e Estudos Concluídos. É permitida a participação nas duas, com inscrições separadas, mas o candidato só pode ter um trabalho selecionado.

Além dos formatos escritos, são aceitas produções digitais e audiovisuais, como registros fotográficos, sonoros, documentários, sites e aplicativos. A decisão de ampliar os formatos aceitos tem consequências práticas: reconhece que determinados saberes só se expressam fora do texto escrito, e que restringir a inscrição ao formato convencional seria impor, no próprio processo seletivo, os mesmos critérios que o programa busca rever.

Como funciona a seleção

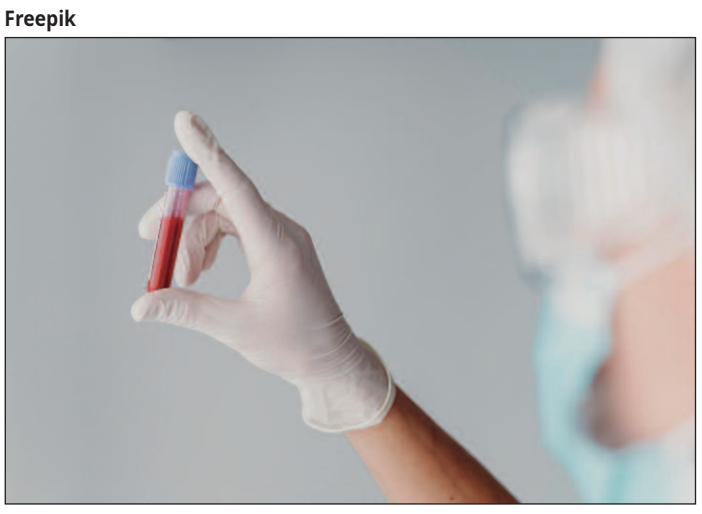
O processo seletivo ocorre entre junho e outubro. Os inscritos serão avaliados por duas instâncias. A Comissão de Avaliação analisa os projetos em relação aos critérios do programa e às temáticas propostas. A Comissão de Seleção, composta por cinco profissionais com atuação reconhecida nas áreas de educação integral e cultura, define os trabalhos contemplados entre os pré-selecionados.

A plataforma que sustenta o programa

O Programa Ancestralidades integra a Plataforma Ancestralidades, criada em novembro de 2021 com a proposta de difundir e potencializar conteúdos sobre o tema. A plataforma está organizada em quatro eixos: Arte e Cultura, Democracia e Direitos Humanos, Religiosidade e Espiritualidade e Ciência e Tecnologia. Disponibiliza verbetes sobre raízes afro-brasileiras, biografias de personalidades negras, marcos históricos desde o século XVI e conceitos como raça, gênero, quilombo e afrofuturismo, além de cursos e materiais de formação.

O programa tem como proposta contribuir para o enfrentamento do racismo e de outras formas de violência correlatas, a partir de práticas e reflexões que ampliam as possibilidades de aprendizagem e valorizam diferentes formas de conhecimento. Ao aproximar o universo acadêmico das experiências vividas por comunidades negras e indígenas, busca estimular estudos que dialoguem com territórios, identidades e práticas culturais diversas. A escolha dos conteúdos ensinados nas escolas, a preservação ou o apagamento de certas histórias e os critérios pelos quais uma pesquisa é considerada válida são decisões que definem quem ocupa o lugar de produtor de saber no Brasil. O programa age sobre essa definição. **(Especial para O HOJE)**

Freepik



O diagnóstico pode ocorrer apenas na vida adulta

Dia Mundial da Hemofilia chama atenção para doença rara

Nos quadros moderados e graves, os sangramentos podem surgir de forma espontânea

Leticia Marielle

Celebrado em 17 de abril, o Dia Mundial da Hemofilia tem como objetivo ampliar a conscientização sobre a doença genética que compromete a coagulação do sangue e pode causar hemorragias recorrentes. A condição é provocada pela deficiência dos fatores de coagulação VIII, na hemofilia tipo A, ou IX, na tipo B, proteínas essenciais para conter sangramentos. De caráter hereditário, a hemofilia atinge majoritariamente indivíduos do sexo masculino e se manifesta por alterações no processo de coagulação. A gravidade varia de acordo com a quantidade do fator presente no organismo, sendo classificada como grave, moderada ou leve. Nos casos mais brandos, o diagnóstico pode ocorrer apenas na vida adulta.

Nos quadros moderados e graves, os sangramentos podem surgir de forma espontânea e repetitiva, afetando principalmente músculos e articulações. Com o tempo, essas hemorragias podem causar desgaste das cartilagens e danos ósseos. Dor intensa, aumento da temperatura local e limitação dos movimentos estão entre os principais sintomas, especialmente em regiões como joelhos, tornozelos e cotovelos. Os primeiros sinais costumam aparecer ainda na infância, com a ocorrência frequente de hematomas, principalmente quando a criança começa a andar. No entanto, alguns sangramentos internos podem não ser facilmente identificados. Já nas formas leves, os episódios hemorrágicos tendem a ocorrer em situações específicas, como cirurgias, extrações dentárias ou traumas.

Especialistas destacam que o diagnóstico precoce e o acompanhamento médico são fundamentais para reduzir complicações e garantir qualidade de vida aos pacientes. A data reforça a importância da informação e do acesso ao tratamento adequado. O tratamento da hemofilia é baseado na reposição do fator de coagulação que o organismo não produz adequadamente. Pacientes com hemofilia tipo A recebem o fator VIII, enquanto os diagnosticados com o tipo B utilizam o fator IX, essenciais para controlar episódios de sangramento.

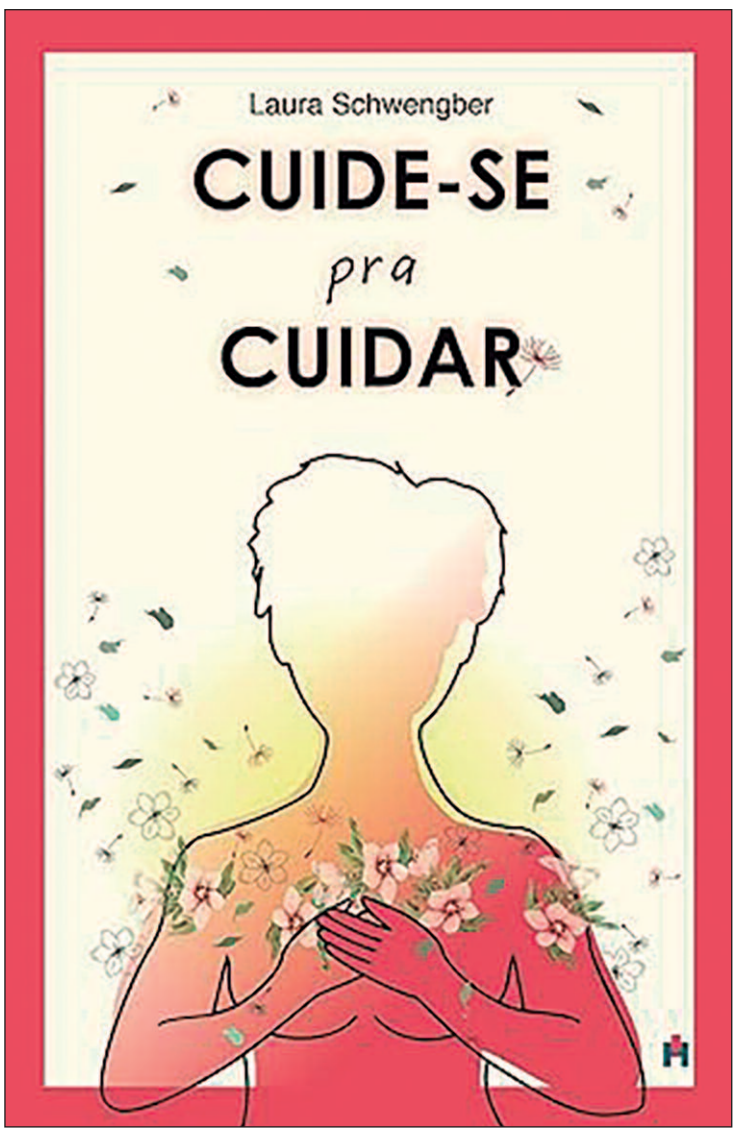
No Brasil, a maior parte dos atendimentos é realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que disponibiliza acompanhamento especializado e ações voltadas à prevenção de complicações. A rede pública é responsável por garantir o acesso ao tratamento, considerado fundamental para a qualidade de vida dos pacientes. Em janeiro de 2022, o Ministério da Saúde atualizou as diretrizes nacionais com a publicação do Manual de Diagnóstico e Tratamento de Inibidores em Pacientes com Hemofilia Congênita. O documento orienta profissionais de saúde sobre as estratégias terapêuticas mais adequadas, reforçando a necessidade de individualizar o tratamento conforme o perfil de cada paciente. **(Especial para O HOJE)**

LIVRARIA

Livro oferece estratégias para lidar com as dores da maternidade

Laura Schwengber encoraja mães a mudarem rotina

A maternidade contemporânea é marcada por múltiplas jornadas e altos níveis de exigência e performance, o que leva as mães ao adoecimento. Em Cuide-se Pra Cuidar, publicação da Hanoi Editora, a analista de Perfil Comportamental e de Percepção Infantil Laura Schwengber convida este público a refletir sobre a importância do autocuidado como imperativo para a saúde mental.



Mãe de quatro filhos, a especialista questiona crenças e papéis de gênero atribuídos às mulheres na maternidade e encoraja o público feminino a nadar contra a maré de pressões. O objetivo é estabelecer diálogos honestos e respeitosos sobre os desafios enfrentados no dia a dia para reduzir o sofrimento.

O livro reúne, além da experiência da autora, dicas práticas para ativar a "farmácia interna" que cada uma possui. Esse processo de cura acontece com a liberação de hormônios produzidos naturalmente pelo organismo para regular positivamente os sentimentos.

Eu só consegui acolher o choro dos meus filhos com mais consciência, por exemplo, e lidar melhor com ele quando consegui acolher o meu próprio choro, a minha própria frustração, sabe? Da mesma forma que só consegui compreender a limitação dos meus filhos (...) e ter mais paciência para lidar com os erros deles quando comecei a exercitar a compaixão por mim mesma. (Cuide-se Pra Cuidar, p. 13)

O exercício de autoperdão é um dos primeiros tópicos abordados por Laura, porque compreender-se, acolher-se e perdoar-se são atitudes essenciais na jornada da maternidade. Com escrita sensível e feeling da formação como jornalista, a autora expõe sabotadores e aborda a importância de mudar a mentalidade diante dos desafios.

Ao longo dos capítulos, ela toca em pontos sensíveis como sobrecarga, autorresponsabilidade, relacionamento, vida profissional e família. Laura Schwengber ainda ajuda mulheres a deixarem o cotidiano mais leve e a transformarem suas difíceis e cansativas rotinas.

Cuide-se Pra Cuidar tem uma importante mensagem às mães: a maternidade não é uma corrida para ver quem alcança mais rápido a linha de chegada. Tampouco é um cabo de guerra entre quem se doa ao extremo e abre mão de si mesma em nome dos filhos e quem segue a vida quase como se nada tivesse acontecido após o nascimento deles. A obra ensina que é preciso encarar essa incrível missão sem pretensão de se tornar uma super-heroína. **(Especial para O HOJE)**

Laura Schwengber faz um convite a encarar o autocuidado como imperativo para a saúde mental



RESUMO DE NOVELAS

A Escrava Isaura

André chega com o antídoto e Isaura reage ao medicamento. Francisco é preso pelo Sargento. O Comandante ordena a prisão de Belchior. Aurora desconfia de Malvina, Sebastião, Rosa ou Henrique. Malvina marca encontro secreto com Geraldo. Tomásia conta a Isaura que Álvaro assumiu a culpa pelo assassinato para salvá-la. Isaura revela ao pai que Branca esteve na prisão antes dela passar mal. Branca confessa à mãe que envenenou Isaura. Malvina, Aurora e Helena trocam confidências. Geraldo sugere que Branca fuja antes que o Comandante chegue com a ordem de prisão. Sebastião tem pressa com o casamento de Helena. Rosa avisa André que o quilombo será atacado. O Sargento Aloísio é morto no ataque ao quilombo. Após uma noite de amor, Geraldo pede Malvina em casamento. Diogo informa que Isaura está curada.

A Nobreza do Amor

Virgínia se irrita ao descobrir que terá que dividir o mesmo trem que Lúcia/Alika rumo ao Rio. Mirinho implica com Tonho. Alika garante à família que só voltará a Barro Preto após falar com Nilo Peçanha. Chinua revela a Omar que Alika e Niara estão em segurança, mas pede que o rapaz finja para Jendal que ainda está desacordado. Virgínia e Marta aprovam o vestido de noiva feito por Adalgisa. Mirinho marca um encontro com Adalgisa. Eugênia passa mal ao ficar presa no elevador, e Lúcia/Alika a socorre, ganhando uma nova aliada. Mirinho se declara para Lúcia/Alika.

Coração Acelerado

Leandro e Agrado estão felizes juntos. Alaorzinho repreende Palhares por veicular anúncios do bar de Janete na rádio. Janete confronta Alaorzinho, que confessa que ainda é apaixonado por ela. Naiane provoca Gael. Zuzu sonda Agrado sobre sua relação com Leandro, mas disfarça a preocupação com Eduarda. Malvino aconselha Alaorzinho a viajar com Zilá. Palhares demonstra seu desgosto com os encontros de Janete e Alaorzinho. Eduarda implica com Naiane durante uma sessão de fotos em dupla. Zilá se desespera ao saber que o avião de Alaorzinho não pousou em São Paulo.

Três Graças

Helga assume que matou Célio, mas Paulinho desconfia da confissão. Ferette afirma a Arminda que sabe que Helga assumiu o assassinato no lugar dela. Leonardo procura Ferette para dizer que não o considera mais seu pai. Misael condena o comportamento de Joaquim por não ter contado à polícia que foi chamado por Arminda para ajudá-la a se livrar do corpo de Célio. Leonardo fica satisfeito por ter marcado uma conversa com Viviane. Rivaldo conta a Cristiano sobre a morte do avô. Paulinho avisa ao delegado Jairo que o juiz autorizou a prisão preventiva de Leonardo. Ferette tenta atropelar Viviane, mas Leonardo percebe a tempo e empurra a farmacêutica, sendo atingido pelo veículo do pai. Ferette entra em pânico ao constatar que atingiu Leonardo. Viviane acusa Ferette de assassino. Zenilda fica apavorada ao saber que Ferette atropelou Leonardo.

AGENDA CULTURAL

EVENTOS

O compositor fluminense Altay Veloso desembarca em Goiânia

O Festival MPB em Série chega ao seu último espetáculo da temporada 2026 em Goiânia com um encontro inédito entre a cantora Maria Eugênia, o intérprete TomChris e o compositor carioca septuagenário Altay Veloso. A apresentação será realizada no dia 17 de abril (6ª feira), às 20 horas, no Teatro SESI, com entrada gratuita mediante doação de leite em pó para a campanha FIEG+Solidária. O projeto conta com incentivo da Lei Goyazes, da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás, e patrocínio da Coca-Cola e do Grupo José Alves. Idealizado por Maria Eugênia, o projeto MPB em Série teve suas primeiras edições realizadas em 2023 e 2024, com a proposta de reunir dois artistas em apresentações que valorizassem a diversidade da música popular brasileira produzida em Goiás. Em 2026, o projeto ganha novos contornos e amplia sua proposta artística, passando a reunir três nomes em cada espetáculo, fortalecendo ainda mais o diálogo entre diferentes trajetórias e estilos.Quando: 17 de abril (sexta-feira). Horário: 20h. Onde: Teatro SESI. Entrada: gratuita.

Divulgação



A temporada trouxe ao público encontros marcantes, como o show "Vozes do Cerrado"

Reggae e cultura sound system tomam conta do Lowbrow

O Lowbrow Lab Arte & Boteco, em Goiânia, recebe nesta sexta-feira (17) o artista Ras Romeu, que sobe ao palco acompanhado do projeto Ras Sound System para uma noite marcada pela força do reggae e da cultura sound system. A casa abre às 20h e o show tem início às 21h30. A entrada custa R$ 10. Com cerca de duas décadas dedicadas à música reggae, Ras Romeu construiu uma trajetória sólida na cena goiana, iniciando como percussionista e, posteriormente, assumindo os vocais da banda Rastacry, onde atua desde 2004. Ao longo da carreira, já dividiu palco com nomes importantes do reggae mundial, como The Gladiators, The Wailers, Groundation, Kymani Marley, Big Mountain, Andrew Tosh, Junior Marvin e Mad Professor. Desde 2013, o artista também desenvolve o projeto Ras Sound System, ao lado do DJ Stilingue, levando ao público uma experiência que vai além do show tradicional. Quando: 17 de abril. Onde: Ras Romeu & Ras Sound System. Horário: 21h30. Entrada: R$ 10.

Arquivo Histórico Estadual integra etapa goiana da 2ª Conferência Nacional de Arquivos

Evento acontece nesta sexta-feira (17/4), em Goiânia, e reúne profissionais e representantes da sociedade civil para debater políticas públicas e fortalecer a gestão de arquivos no país. O evento é organizado pela Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG) e será sediado no Centro de Excelência em Empreendedorismo Inovador (HUB Goiás). A iniciativa integra o processo nacional de construção de políticas públicas para o setor arquivístico, reunindo profissionais, gestores, estudantes e representantes da sociedade civil. O objetivo é promover o debate qualificado sobre a gestão documental no estado, além de sistematizar propostas que representarão Goiás na etapa nacional da conferência. Quando: 17 de abril. Onde: Centro de Excelência em Empreendedorismo Inovador (HUB Goiás). Horário: 8h. Entrada gratuita.

"Um Piano para Jaraguá"

A cidade de Jaraguá recebe, nesta sexta-feira (17/4), a segunda edição do projeto "Um Piano para Jaraguá", que promove recitais de música de câmara na tradicional Igreja Nossa Senhora do Rosário. O evento será realizado às 18h30, com entrada gratuita. Nesta edição, o público poderá conferir a apresentação do Piano Trio, formado por Ana Flávia Frazão (piano), Luciano Pontes (violino) e Emerson Nazario (violoncelo). O repertório destaca a riqueza e o diálogo característico da música de câmara, proporcionando uma experiência de escuta imersiva. A direção artística do projeto é assinada por Ana Flávia Frazão, enquanto a direção geral é de Gyovana Carneiro. Quando: 17 de abril. Onde: Igreja Nossa Senhora do Rosário. Horário: 18h30. Entrega gratuita.

Show de Gal Costa em Salvador vira álbum póstumo

Vinte anos depois de ocupar o palco do Teatro Castro Alves, em Salvador, uma apresentação de Gal Costa reaparece como documento sonoro de rigor raro. Gravado em 22 de maio de 2003, o concerto, até então fora de catálogo, será lançado como álbum póstumo ainda neste ano, preservando um recorte preciso da cantora em situação de máxima exposição artística: voz e violão.

Sem a mediação de arranjos extensos, o registro evidencia o desenho interpretativo de Gal, sustentado por inflexões, pausas e escolhas de fraseado. Ao lado do violonista Luiz Meira, a cantora conduz um repertório que atravessa matrizes centrais da música brasileira, operando com economia formal e atenção aos detalhes.

Reprodução/Instagram



Gal Costa foi uma cantora e compositora brasileira, sendo um dos principais nomes da MPB

Três faixas chegam às plataformas digitais nesta sexta-feira (17): "Eu vim da Bahia", de Gilberto Gil, "Azul", de Djavan, e "Força estranha", de Caetano Veloso. A escolha antecipa o eixo do álbum, que privilegia composições já incorporadas ao repertório da intérprete, agora revisitadas sob outra perspectiva.

O material passou por restauração conduzida pelo produtor Marco Mazzola, responsável por recuperar registros históricos da música popular brasileira. A edição resulta de parceria entre a MZA Music e a Biscoito Fino, selo que vem organizando lançamentos póstumos ligados à obra da artista.

O disco reúne composições que atravessam diferentes momentos da canção brasileira e recoloca em circulação uma apresentação até então restrita a arquivos. Ao fixar em áudio um concerto concebido para a escuta direta, o lançamento amplia o acesso a uma faceta menos documentada da cantora, marcada pela condução rigorosa da voz e pela interação contínua com o violão de Meira. **(Luana Avelar, especial para O HOJE)**

CELEBRIDADES

Viúvo de Isabel Veloso assume novo romance nas redes

O influenciador Lucas Borba, viúvo de Isabel Veloso, voltou a movimentar as redes ao revelar que está conhecendo uma nova pessoa. Em publicação, ele afirmou estar se permitindo viver novamente após a perda da esposa, destacando que a nova companheira acolheu sua história e o filho do casal. A declaração dividiu opiniões entre seguidores, com críticas e mensagens de apoio. Isabel morreu após complicações de saúde, deixando um filho pequeno com Lucas, que agora tenta reconstruir a rotina pessoal.

PF prende MC Ryan SP e Poze em operação bilionária

A Polícia Federal deflagrou a Operação Narcofluxo e prendeu os cantores MC Ryan SP e Poze do Rodo, além de investigar o influenciador Chrys Dias. A ação apura um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado mais de R$ 1,6 bilhão, com uso de empresas, intermediários e criptoativos. Mandados foram cumpridos em vários estados, com apreensão de bens e bloqueio de valores. Os investigados podem responder por crimes financeiros, enquanto a apuração segue em curso.

Defesa diz que dono da Choquei atuava só com publicidade



A defesa de Raphael Sousa Oliveira afirmou que a atuação do influenciador, preso na Operação Narcofluxo, se restringe à prestação de serviços publicitários. Segundo o advogado, os valores recebidos são referentes à venda de espaços de divulgação digital, atividade exercida de forma regular. A investigação, conduzida pela Polícia Federal, apura esquema bilionário de lavagem de dinheiro. A defesa nega participação em organização criminosa e diz que adotará medidas para comprovar a legalidade das ações.

Katy Perry é investigada após acusação de atriz

A cantora Katy Perry passou a ser investigada na Austrália após acusações feitas pela atriz Ruby Rose sobre um suposto caso de abuso ocorrido anos atrás em Melbourne. A denúncia foi formalizada após relatos públicos da atriz, levando autoridades a abrir apuração conduzida por equipe especializada. A defesa da cantora negou as acusações, classificando-as como falsas. O caso segue sob investigação, e a polícia informou que não divulgará detalhes enquanto reúne provas e ouve os envolvidos.

HORÓSCOPO

ÁRIES

(21/3 - 20/4)

O dia pede equilíbrio entre impulso e estratégia. Evitar decisões precipitadas pode trazer melhores resultados, especialmente no trabalho.

TOURO

(21/4 - 20/5)

Momento favorável para organizar a vida financeira. Pequenas mudanças podem gerar mais segurança e estabilidade.

GÊMEOS

(21/5 - 20/6)

A comunicação estará em destaque. Conversas importantes podem abrir caminhos, mas será essencial ouvir antes de agir.

CÂNCER

(21/6 - 21/7)

Questões emocionais ganham força. O dia favorece reconciliações e fortalecimento de vínculos familiares.

LEÃO

(22/7 - 22/8)

O reconhecimento pode surgir, mas exige paciência. Evite conflitos desnecessários e mantenha o foco nos seus objetivos.

VIRGEM

(23/8 - 22/9)

Organização e disciplina serão seus aliados. Aproveite para resolver pendências e colocar a rotina em dia.

LIBRA

(23/9 - 22/10)

Relacionamentos pedem mais clareza. O momento é ideal para alinhar expectativas e evitar mal-entendidos.

ESCORPIÃO

(23/10 - 21/11)

O dia pode trazer intensidade emocional. Cuidado com atitudes impulsivas — reflexão será essencial.

SAGITÁRIO

(22/11 - 21/12)

A energia favorece novos planos e ideias. Apenas evite exageros e mantenha os pés no chão.

CAPRICÓRNIO

(22/12 - 20/1)

Foco e responsabilidade trazem bons resultados. O dia favorece decisões importantes no trabalho.

AQUÁRIO

(21/1 - 19/2)

Criatividade em alta. Soluções diferentes podem surgir, principalmente em projetos pessoais.

PEIXES

(20/2 - 20/3)

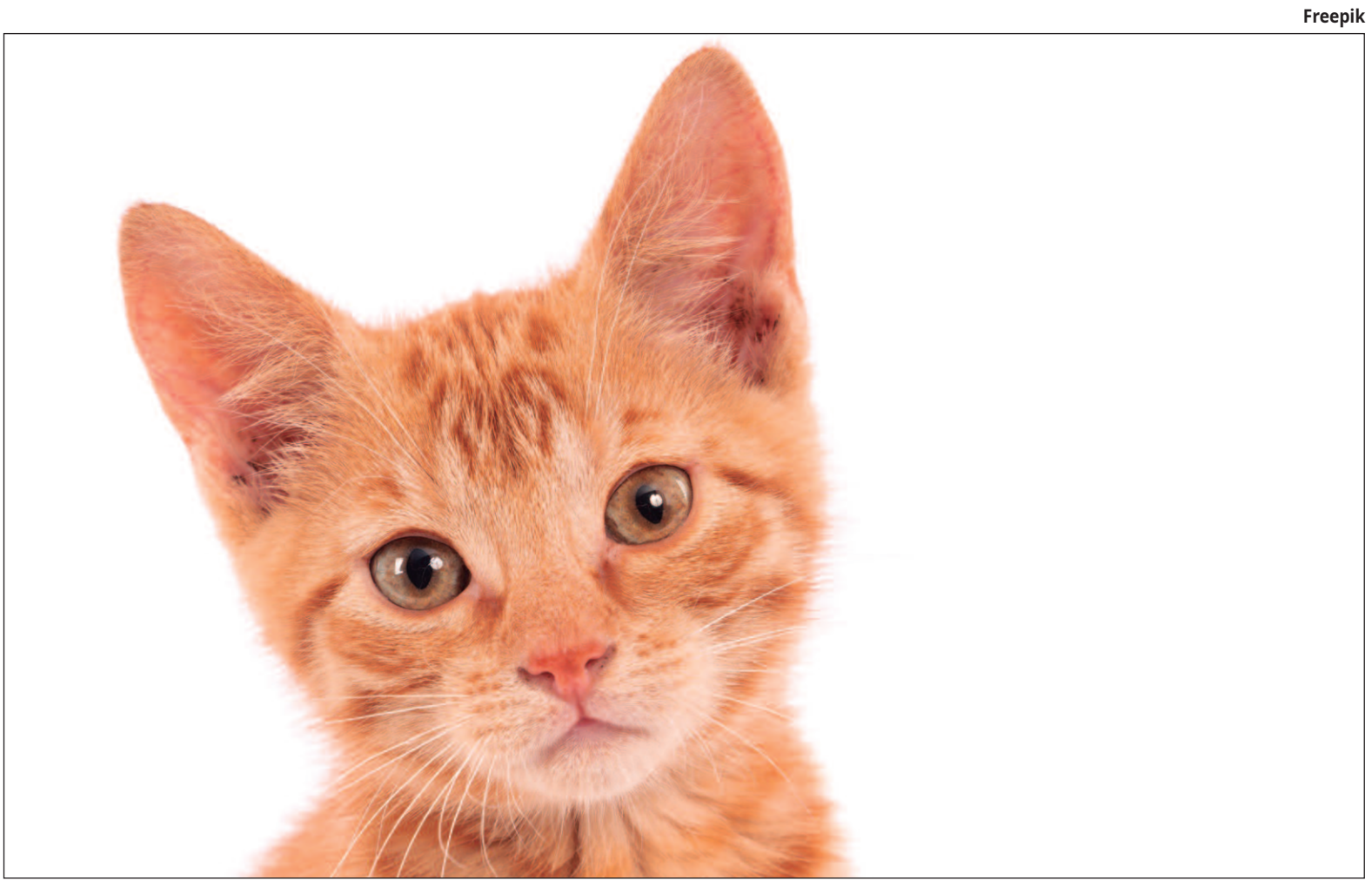
Sensibilidade ampliada. O momento pede atenção ao seu equilíbrio emocional e cuidado com excessos.

Distúrbios urinários estão entre as doenças mais comuns em gatos

Gatos machos apresentam maior probabilidade de desenvolver obstruções uretrais

Leticia Marielle

Freepik



A infecção urinária ocorre quando microrganismos entram pelo canal da uretra e atingem a bexiga

Os distúrbios do trato urinário inferior felino (DTUIF), também chamados de Síndrome Urinária Felina, estão entre as condições mais comuns em gatos e podem evoluir para quadros graves se não forem identificados precocemente. Especialistas alertam que mudanças no comportamento do animal são, muitas vezes, os primeiros sinais da doença. A infecção urinária ocorre quando microrganismos, como bactérias, vírus ou fungos, entram pelo canal da uretra e atingem a bexiga, podendo avançar até os rins. Apesar de frequente, a condição pode provocar dor intensa e complicações sérias, incluindo risco de morte.

Segundo estudos veterinários, esse tipo de infecção é menos comum em gatos jovens e saudáveis. O problema tende a ser mais recorrente em animais idosos, em gatos com doenças crônicas, como diabetes e insuficiência renal, além daqueles com baixa ingestão de água ou histórico de alterações urinárias. Estudos científicos têm identificado fatores que aumentam significativamente o risco de problemas urinários em gatos, especialmente os distúrbios do trato urinário inferior felino (DTUIF). Pesquisas conduzidas por instituições como o Cornell Feline Health Center e publicadas em bases como a PubMed e a Nature apontam que características biológicas e ambientais têm papel determinante no desenvolvimento dessas condições.

Entre os principais fatores de risco está o sexo do animal. Gatos machos apresentam maior probabilidade de desenvolver obstruções uretrais devido à anatomia da uretra, que é mais estreita e longa, favorecendo bloqueios. Esse tipo de quadro é considerado grave e pode evoluir rapidamente. A castração também aparece associada ao aumento do risco. Estudos epidemiológicos indicam que gatos castrados, especialmente machos, têm maior predisposição a desenvolver doenças urinárias ao longo da vida.

Entre os principais sintomas estão a tentativa frequente de urinar, muitas vezes sem sucesso, a eliminação fora da caixa de areia e a presença de sangue na urina. Também podem ocorrer sinais de dor ao urinar, lambedura excessiva da região genital, apatia e vômitos em casos mais avançados. Um dos quadros mais graves associados ao problema é a obstrução uretral, considerada uma emergência veterinária. Nesses casos, o animal pode parar completamente de urinar, e o risco de morte pode ocorrer em um período de 24 a 48 horas sem atendimento adequado.

Diante de qualquer alteração, a orientação é procurar assistência veterinária imediata. A observação atenta dos hábitos do gato, especialmente no momento da micção, é fundamental para o diagnóstico precoce e para evitar complicações. O diagnóstico de doenças urinárias em gatos exige avaliação clínica e exames específicos para identificar a origem do problema. Entre os procedimentos mais utilizados estão a urinálise, a ultrassonografia abdominal, a radiografia e os exames de sangue, que permitem detectar infecções, inflamações, presença de cristais e possíveis obstruções no trato urinário.

Além das infecções bacterianas, especialistas alertam para outras condições frequentes que afetam o sistema urinário dos felinos. A cistite idiopática felina, por exemplo, é uma inflamação da bexiga sem causa infecciosa definida e costuma estar relacionada ao estresse. Já a urolitíase corresponde à formação de cálculos urinários, que podem provocar dor intensa e dificultar a eliminação da urina. Também estão entre os diagnósticos possíveis a nefrite, inflamação dos rins que pode surgir após infecções não tratadas, e a insuficiência renal crônica, condição progressiva mais comum em gatos idosos e que pode ter relação com histórico de alterações urinárias.

O tratamento varia de acordo com a causa e a gravidade do quadro. As abordagens incluem o uso de medicamentos para controle da dor e da inflamação, antibióticos quando há infecção, além de mudanças na alimentação com dietas específicas. Em casos mais graves, podem ser necessários procedimentos como a desobstrução por cateter ou cirurgia. A prevenção é apontada como uma das principais estratégias para reduzir a incidência dessas doenças. Medidas simples, como incentivar a ingestão de água, oferecer alimentação de qualidade e manter a caixa de areia limpa, contribuem para a saúde urinária dos gatos. A redução do estresse e a realização de consultas veterinárias periódicas também são recomendadas. **(Especial para O HOJE)**

CINEMA

EM CARTAZ

Divulgação



O filme "Advogado de Deus" acompanha um advogado recém-formado chamado Daniel, que dedica seus anos de estudo a ajudar as pessoas

Michael (EUA, 2026). Duração: 2h 08min. Direção: Antoine Fuqua. Elenco: Jaafar Jackson, Colman Domingo, Nia Long. Gênero: Biografia. Cinemark Flamboyant: 15h20, 18h20, 21h20, 20h, 13h, 16h, 19h, 16h20, 19h20, 22h15, 21h30, 20h40, 22h. Kinoplex: 20h, 20h15, 21h20. Moviecom: 20h20, 21h30.

Cinco Tipos de Medo (BRA,2026) Duração: 1h 30min. Direção: Bruno Bini. Elenco: Bella Campos, Xamã, João Vitor Silva. Gênero: Ação. Cinemark Flamboyant: 11h, 12h. Cineflix: 15h.

Advogado de Deus (BRA,2026) Duração: 1h 57min. Direção: Wagner de Assis. Elenco: Nicolas Prattes, Danilo Mesquita, Lorena Comparato. Cinemark Flamboyant: 11h, 14h25, 17h20, 20h20, 12h, 15h25, 18h10, 20h50, 15h20, 18h30, 21h10, 15h30, 18h45, 21h45, 16h40, 19h30, 22h15.

Maldição da Múmia (EUA, 2026) Duração: 2h 14min. Direção: Lee Cronin. Elenco: Jack Reynor, Laia Costa, May Calamawy. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 12h, 15h, 17h50, 20h45, 12h15, 15h15, 18h30, 21h45, 13h, 15h50, 18h45, 21h45, 14h30, 17h30, 20h30, 13h, 16h20, 14h, 16h50, 14h30. Cineflix: 16h20, 19h10, 22h.

Cara de um, Focinho de Outro (EUA, 2026) Duração: 1h50min. Direção: Josh Greenbaum. Elenco: Will Ferrell, Jamie Foxx. Gênero: Comédia, Família. Cinemark Flamboyant: 14h00, 14h30. Cineflix: 14h40.

Super Mario Galaxy: O Filme (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Aaron Horvath, Michael Jelenic. Elenco: Chris Pratt, Anya Taylor-Joy, Charlie Day, Jack Black. Gênero: Animação, Aventura, Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h, 14h30, 17h, 19h45, 13h15, 13h40, 14h15, 16h30, 12h20, 15h20, 18h30, 21h25, 13h30, 16h, 18h45, 19h30, 22h, 19h, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h00, 12h40, 12h45, 14h00, 14h15, 14h30, 14h45, 15h10, 15h20, 16h00, 16h15, 16h30, 16h40, 16h45, 17h00, 17h10, 17h15, 18h00, 18h30, 18h45, 19h00, 19h20, 19h30, 19h40, 19h45, 20h30, 20h40, 21h00, 21h20. Cineflix: 14h20, 14h40, 16h00, 16h50, 17h10, 18h20, 19h10, 19h30, 20h40, 21h30.

Uma Segunda Chance (EUA, 2026) Duração: 2h00min. Direção: Vanessa Caswill. Elenco: Maika Monroe, Tyriq Withers. Gênero: Drama, Romance. Cinemark Passeio das Águas: 21h40, 22h00.Cineflix: 21h10.

Velhos Bandidos (Brasil/EUA, 2026) Duração: 1h33min. Direção: Cláudio Torres. Elenco: Fernanda Montenegro, Ary Fontoura, Bruna Marquezine. Gênero: Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h00, 12h15, 13h40. Cinemark Passeio das Águas: 12h00, 12h20, 22h00, 22h15. Cineflix: 14h35, 19h00.

O Drama (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Kristoffer Borgli. Elenco: Robert Pattinson, Zendaya, Alana Haim. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 13h20, 15h50, 18h45, 21h45, 14h45, 17h15, 20h10, 13h30, 20h, 22h30, 14h15, 17h15, 20h, 16h, 18h30. Cinemark Passeio das Águas: 13h00, 14h00, 15h40, 16h30, 18h15, 18h30, 19h00, 21h10, 21h15, 21h40. Cineflix: 17h00, 19h20, 21h40.

Cinco Tipos de Medo (Brasil, 2026) Duração: 1h48min. Direção: Bruno Bini. Elenco: Bella Campos, João Vitor Silva, Rui Ricardo Diaz. Gênero: Terror. Cinemark Flamboyant: 12h00, 16h20, 17h00, 21h40, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h15, 13h30, 14h30, 17h40, 19h00, 19h15. Cineflix: 16h40, 21h50.

Devoradores de Estrelas (EUA, 2026) Duração: 2h40min. Direção: Phil Lord, Christopher Miller. Elenco: Ryan Gosling, Sandra Hüller, Milana Vayntrub. Gênero: Ação, Ficção Científica. Cinemark Flamboyant: 12h45, 16h15, 14h15, 17h45, 21h35, 14h, 17h30, 21h40, 14h45, 14h10. Cinemark Passeio das Águas: 12h30, 14h15, 17h40, 20h20, 21h00, 21h30.

Negócios



Leo Macário

Modelo familiar fortalece operação e amplia presença de pequenas hamburguerias na Capital

Negócios de família crescem entre hamburguerias em Goiânia

Empreendimentos crescem com gestão compartilhada, baixo custo e expansão impulsionada pelo delivery

Fotos: Divulgação



Otávio Augusto

Em meio à expansão da gastronomia urbana, negócios familiares têm ganhado protagonismo no mercado de hamburguerias em Goiânia. Mais do que acompanhar a tendência do hambúrguer artesanal, esses empreendimentos se consolidam com base em gestão compartilhada, operação enxuta e forte vínculo com o público. Eventos como o Festival Burger Time, que segue até 26 de abril, ampliam a visibilidade e funcionam como vitrine para negócios que nasceram de forma simples e hoje disputam espaço em um mercado competitivo.

Criada em 2021, uma das hamburguerias exemplifica esse modelo. O negócio é conduzido por Bruno Morais, 36, ao lado da esposa, sogra e cunhada. Com seis pessoas na equipe, a operação é totalmente integrada: todos participam desde a produção até o atendimento. O crescimento foi gradual. Sem apoio institucional, a hamburgueria começou pequena e, diante do aumento da demanda, precisou ampliar o espaço físico em 2023. A participação no festival também se tornou estratégica. Após conquistar o terceiro lugar na edição anterior, a expectativa agora é ampliar alcance, atrair novos públicos e fortalecer parcerias.

Outro exemplo é administrado por dois casais. O negócio nasceu em Goianésia e, após mais de seis anos, foi transferido para Goiânia no fim de 2025. Inicialmente focada apenas em delivery, a operação precisou se adaptar rapidamente. Em menos de dois meses, passou a atender presencialmente, ainda com estrutura simples. Hoje, entre dois e quatro membros da família se revezam por turno, dividindo funções entre cozinha, atendimento, compras e gestão financeira. Esse modelo evidencia uma característica comum no setor: a multifuncionalidade dos empreendedores. A divisão clara de responsabilidades permite maior controle e agilidade na tomada de decisão, mesmo com equipes reduzidas.

Fundado em 2024, uma das hamburguerias reforça essa dinâmica. O negócio começou dentro de casa, com produção artesanal e atendimento exclusivo por delivery. Com o aumento da clientela, a operação cresceu de forma orgânica e hoje conta com seis pessoas. Mesmo com a expansão, a gestão segue concentrada no casal fundador. Enquanto um atua diretamente na produção e coordenação da equipe, o outro cuida da parte administrativa e logística. Sem investimentos externos, o crescimento foi sustentado pela fidelização dos clientes e pelo uso estratégico das redes sociais.

Esse padrão se repete em diversos empreendimentos locais: baixo investimento inicial, validação do produto no delivery e expansão gradual conforme a demanda.



Festivais ampliam visibilidade e fortalecem o setor

O Festival Burger Time é um dos exemplos de como os festivais impulsionam esse mercado. Além de eleger as melhores hamburguerias e pit dogs da região, tais eventos cumprem papel econômico ao dar visibilidade a pequenos negócios.

Segundo a organização, o objetivo é justamente fortalecer empreendedores locais, muitos deles familiares, que movimentam a economia da cidade. A diversidade de histórias também agrega valor ao evento, criando identificação com o público e reforçando o apelo dos produtos.

Na prática, participar de festivais significa ampliar alcance digital, atrair novos clientes e consolidar marca em um curto período de tempo, algo difícil de alcançar apenas com operação cotidiana.

Mercado em Goiânia cresce com base no empreendedorismo

O avanço das hamburguerias familiares acompanha a expansão do setor de alimentação fora do lar e do delivery em Goiás. Em Goiás, o crescimento urbano e a digitalização do consumo têm impulsionado pequenos negócios, especialmente na área gastronômica.

Em Goiânia, o modelo de hamburguerias artesanais se fortalece por combinar custo de entrada relativamente baixo, possibilidade de diferenciação e alta demanda. Ao mesmo tempo, a gestão familiar reduz despesas operacionais e aumenta a resiliência dos empreendimentos.

Mais do que uma tendência gastronômica, o movimento revela uma transformação econômica. Pequenos negócios, muitas vezes iniciados dentro de casa, passam a ocupar espaço relevante no mercado, gerando renda, empregos e novas oportunidades.

Com apoio indireto de eventos, redes sociais e do próprio crescimento do consumo urbano, as hamburguerias familiares se consolidam como parte importante da cena econômica local, mostrando que, em Goiânia, empreender em família deixou de ser alternativa e se tornou estratégia. **(Especial para O HOJE)**

EDITAIS

Edital de Comunicação
16.03.2026

ROBSON ALVES TEODORO torna público que requereu junto ao CONSED - Consórcio Públicos Intermunicipal a Licença Ambiental Corretiva (LAC) para a atividade de extração de areia e cascalho, a ser desenvolvida na Fazenda Morro Alto, localizada no município de Sanclerlândia-GO

39679

GILBERTO BARBOSA DE AVELAR, torna público que **REQUEREU** DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRÍCOS DE PIRACANJUBA, A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO p/ EXTRAÇÃO DE AREIA,** na Faz. CÓRREGO FUNDO, ZR – Piracanjuba– GO.

39674

AVISO DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES

O Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos Dr. Geraldo Landó/HSLMB, administrado pela Fundação Universitária Evangélica/FUNEV, através do Termo de Colaboração 9/2025, torna público, para o conhecimento dos interessados, a abertura do Procedimento de Carta Cotação, cujo objeto refere-se à contratação de empresa para prestação de serviços de remoção de pacientes, para atender as demandas do HSLMB. As empresas interessadas deverão consultar o Termo de Referência disponibilizado no site: https://funev.org.br/ e Plataforma Apoio Cotações. Prazo para apresentação das propostas: 17/04/2026 a 05/05/2026.

39680

MAHNIC OPERADORA LOGISTICA LTDA , inscrita com CNPJ n° 01.657.287/0001-90 torna a público que requereu à Secretaria municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia a **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO ,** para os serviços de atividades de transportes rodoviário de carga , exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional instalados na, Av Maria Elias Lisboa Santos s/n , Quadra 08 ,Lote 05, Bairro- Parque Industrial Aparecida Vice -Presidente Jose D - Aparecida De Goiânia, Goiás. empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 0001/86.

39678

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A EMPRESA GOIANA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, CNPJ 01554021/0001-11, NIRE 52300004535, Companhia Fechada, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de abril de 2026, em 1ª Convocação às 16:00 horas e em 2ª Convocação às 16:30 horas, na SEDE da Entidade, Avenida Anhanguera, 4983, Centro, CEP 74043-011, Goiânia, Go, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: 1º) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2º) Deliberar sobre destinação do saldo acumulado, em 31/12/2025, da Reserva para Contingências, possibilitando reversões destinadas à compensação do resultado do exercício de 2025 e a distribuição parcial do saldo remanescente por conta de dividendos; 3º) fixação dos honorários da Diretoria; 4º)outros assuntos de interesse social. Goiânia, 15 de abril de 2026. Carlos Alberto Ferreira Coelho Junior – Diretor Presidente.

39650

Publicação na Íntegra através do link:
https://ohoje.com/publicidade-legal/►-empresa-goiana-de-industria-e-comercio-s-a-edital-de-convocacao-ago-no-dia-27-04-2026-2a-publicacao/

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) DE RIO VERDE DO ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS de Rio Verde – GO, torna público a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2026, da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Rio Grande do Norte, com o objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 01/2026, Processo 10469.000205/2025-16, da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Rio Grande do Norte, para contratação de empresa para futura aquisição de longarinas destinadas às áreas de recepção e observação da UPA José Póvoa Mendes para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, Empresa: ASTA MOBILI MOVEIS LTDA, CNPJ sob nº 47.531.706/0001-43, com o valor total de R$ 256.410,00 (duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e dez reais). MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, na Sala de Licitação da Saúde. Fone (64) 3602-8124, em horário de expediente.

Rio Verde Goiás,16 de abril de 2026.

THIAGO DOS SANTOS SOUZA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

39452-20

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1487/2026

O Município de Paraúna/GO, através do Fundo Municipal de Educação torna público que realizará licitação na modalidade de Concorrência sob o nº 007/2026, do tipo menor preço global, visando a **contratação de empresa para a reconstrução do playground do centro municipal de educação infantil (CMEI) Dona Ronan da Silva, localizado na Rua 08, esquina com a Rua 13 de maio, Setor Parque dos Buritis em Paraúna/GO, conforme projetos anexos ao Edital**, sob o regime de empreitada global. **Data e horário do início da disputa** às **09:00 horas do dia 08/05/2026**. **Disponibilização do Edital e informações no endereço eletrônico: Bolsa Nacional de Compras – BNC** (www.bnc.org.br) e www.parauna.go.gov.br. Obra realizada com **recursos oriundos de Emenda Parlamentar do Estado de Goiás (autoria do Deputado André Luiz) - Emenda nº 1297.3/2025 - Processo nº 202500005022367 e complementada com recursos próprios**. Informações complementares poderão ser obtidas através do contato (64) 3556-1800.

Paraúna/GO, 17 de abril de 2026.

ESMUITY SAKAITY VIEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação.

39684

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE
EXTRATO DE APOSTILAMENTO, ADITIVO AO CONTRATO

5º Apostilamento ao Contrato nº 283/2023; Pregão Eletrônico nº 40/2023; Processo nº 48320/2026; Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Verde GO; Contratada: Vólus Instituição de Pagamento Ltda; Justificativa: Justifica-se o presente apostilamento para exclusão de dotação orçamentária diante da extinção da Secretaria de Desenvolvimento e Mobilidade Urbana, e ensejando a necessidade de readequação orçamentária, transferindo-se parcialmente o saldo para a Secretaria de Assistência Social que apresentou déficit no saldo destinado à cobertura de despesas com mão de obra/serviços, bem como parte do saldo da extinta secretaria será remanejado para a Secretaria de Cultura, que possui um veículo (ônibus) que demanda despesas de manutenção, conforme justificativa anexa aos autos supramencionados; Data da Assinatura: 10/04/2026; Fundamentação Legal: termos da lei nº 8.666/93.
3º Termo Aditivo ao Contrato n.º 464/2023; Concorrência n° 11/2023; Processo n.º 43433/2026; Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Verde; Contratada: Full Propaganda Ltda e Mancini Comunicação e Marketing Ltda; Objeto: Aditivo de acréscimo e inclusão de dotação orçamentária, referente a prestação de serviços de publicidade, por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias da **CONTRATANTE** junto a públicos de interesse; Valor: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil de reais); Data da Assinatura: 13/04/2026; Data de Vigência: 01/01/2026 até 31/12/2026; Fundamentação Legal: termos da lei nº 8.666/93.

39453-18

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO DE GOIÁS-GO - AVISO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - O MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIÁS-GO, torna público para conhecimento de todos interessados que às 09:00 do dia 08 de maio de 2026, no site *www.portaldecompraspublicas.com.br*, estará realizando processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026, processo adm. nº 2634/2026, tipo menor preço. A presente licitação tem como objeto Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos e locação de cesto aéreo para manutenção da iluminação pública do município, por meio de processo licitatório, com recursos do governo estadual e municipal, conforme descrição e especificações contidas no edital e seus anexos. O edital estará disponível no site: www.potaldecompraspublicas.com.br e no site do município: https://www.prefeiturademorroagudo.go.gov.br/. MORRO AGUDO DE GOIÁS-GO, 16 de abril de 2026 DIVINO EDUARDO RIBEIRO Secretário de Administração

39677-B

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO DE GOIÁS-GO AVISO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 O MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIÁS-GO, torna público para conhecimento de todos interessados que às 08:00 do dia 06 de maio de 2026, no site *www.portaldecompraspublicas.com.br*, estará realizando processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026, processo adm. nº 1547/2026, tipo menor preço. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta seletiva, triagem, manejo, transporte e destinação ambientalmente correta de resíduos sólidos secos recicláveis e instalação de pev's modelo grades para recebimento dos recicláveis, visando atender as demandas do município de Morro Agudo de Goiás-GO. O edital estará disponível no site: www.potaldecompraspublicas.com.br e no site do município: https://www.prefeiturademorroagudo.go.gov.br/. MORRO AGUDO DE GOIÁS-GO, 16 de abril de 2026 DIVINO EDUARDO RIBEIRO - Secretário de Administração

39677-A

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2026
Sistema Registro de Preços

Data Abertura**: 5 de maio de 2026 às 9h**.
Objeto da Licitação: Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de material hospitalar, com objetivo de atender as Unidades vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Caiapônia/GO. Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM** Retire o edital no site: www.caiaponia.go.gov.br ou informações pelo e-mail: licitacoescpa@gmail.com e fone: (64) 3663-8484

Adriane de Sousa Carvalho
Pregoeira

39543-4

PREFEITURA DE ARAGARÇAS - GO
EXTRATO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/25

O **MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS - GO**, através da Comissão Especial de Concurso Público - CECP, nomeada pelo Decreto n. 505/2025 **torna público** que foi divulgado por meio **do EDITAL DE CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR 02 – CONVOCA O(A) CANDIDATO(A) INSCRITO(A) SOB Nº 6612 NO CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS (2ª ETAPA).** O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.aragarcas.go.gov.br. Aragarças, 09/04/2026. ELAINE CLEMENTE ARADO - Presidente da CECP.

39675

AVISO DE RESULTADO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 45-2026

Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA contratação de empresa com artista LUIZA MARTINS para show na temporada de praia no dia 10 de julho de 2026, NO MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS/GO. Torna publica que julgou e homologou a Inexigibilidade n.º 45/2026, saindo como vencedor, **LM PASSOS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, CNPJ 29.388.461/0001-65** com o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Vigência: 16/04/2026 A 31/12/2026

Aragarças, 16 de abril de 2026.

Gisely Vieira Torres
Agente de Contratação

39671

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE
– ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO, através de sua Comissão de Penalidade Administrativa, Torna Públicas a **Decisão** do processo adm., sancionador seguinte: **DF MEDICAL LTDA**, CNPJ sob o nº 44.656.846/0001-50, processo nº 110/2025, advertência e multa de R$ 650,00. Maiores informações no site Oficial de Rio Verde: www.rioverdegoias.com.br e sala de Licitação, situada à Av. Flamboyant, esquina com RG 12, Bairro Gameleira II, CEP: 75.906-880 – Rio Verde/Goiás. Fones: (064)3602-8010/8021, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 08 de abril de 2026.

MÁRCIA B. G. DURÃO
Presidente/CPA

39453-17

PREFEITURA DE PIRES DO RIO
AVISO REPUBLICAÇÃO -
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 FME

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO da Prefeitura Municipal De Pires Do Rio, Estado de Goiás, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", visando a Aquisição de 10 ares condicionados 24.000 btus incluso instalação, 10 tendas 12x12m, 14 notebooks i3 e 21 computadores desktops i3 para as 7 escolas municipais de Pires do Rio/GO, em sessão pública com início às 09:00h do dia 12 de Maio de 2026, sendo início da disputa de preços às 09:00h do mesmo dia. O Pregão será realizado por intermédio do sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras - BNC, com acesso através do site https://bnc.org.br. As propostas serão recebidas das 23:59h do dia 17/04/2026 até às 08:00h do dia 12/05/2026. A cópia do respectivo edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados na sala do Departamento de Licitação e no site: www.piresdorio.go.gov.br/Licitação www.bnc.org.br e www.pncp.gov.br. Informações, pelo e-mail: licitacao@piresdorio.go.gov.br. Aline Camily de Godoy Branquinho - Pregoeira.

39668

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUMBIARA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2026.

Processo: 37018/2025
OBJETO: O Fundo Municipal de Saúde do município de Itumbiara, torna público a Aquisição de um veículo utilitário ou monovolume de sete lugares para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, verba da emenda parlamentar impositiva destinada pelo vereador Carlos Henrique Borges. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I neste Edital de Licitação, os quais se encontram à disposição dos interessados nos sites: www.licitanet.com.br e/ou www.itumbiara.go.gov.br, outras informações na sede da Diretoria Geral de Compras, sito a Rua Paranaíba, nº. 117 Centros – Itumbiara–GO, pelo telefax: 64-3433-0419. **ABERTURA: Dia 06/05/2026 às 08:00hs**; **Site: www.licitanet.com.br.**

Itumbiara-GO, 16 de abril de 2026.

Elinamar Arantes Silva
Secretária Municipal de Saúde

39681

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) DE RIO VERDE DO ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS de Rio Verde – GO, torna público o Contrato nº 431/2026 de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 01/2026, da ASTA MOBILI MOVEIS LTDA, com o objeto: Adesão a Ata de Registro de Preço 01/2026 da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Rio Grande Do Norte, para contratação de empresa para aquisição de longarinas destinadas às áreas de recepção e observação da UPA José Póvoa Mendes para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde. Empresa: ASTA MOBILI MOVEIS LTDA, CNPJ sob nº 47.531.706/0001-43, com o valor total de R$ 256.410,00 (duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e dez reais). MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, na Sala de Licitação da Saúde. Fone 64-3602-8124, em horário de expediente.

39452-19

PREFEITURA DE PIRES DO RIO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

A Prefeitura Municipal De Pires Do Rio, Estado de Goiás, através da SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO e da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", visando Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos em geral, materiais para iluminação pública e artigos de decoração natalina iluminada, destinados à manutenção das instalações elétricas de prédios públicos, vias e espaços públicos, bem como à ornamentação natalina do município, visando atender às necessidades da Administração Municipal., em sessão pública com início às 09:00h do dia 05 de maio de 2026, sendo início da disputa de preços às 09:00h do mesmo dia. O Pregão será realizado por intermédio do sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras - BNC, com acesso através do site https://bnc.org.br. As propostas serão recebidas das 23:59h do dia 17/04/2026 até às 08:00h do dia 05/05/2026. A cópia do respectivo edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados na sala do Departamento de Licitação e no site: www.piresdorio.go.gov.br/Licitação www.bnc.org.br e www.pncp.gov.br. Informações, pelo e-mail: licitacao@piresdorio.go.gov.br. Aline Camily de Godoy Branquinho - Pregoeira.

39673

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE
ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE ADITIVO DE ARP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2025 (SRP)

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Rio Verde torna público o seguinte aditivo à **Ata de Registro de Preços nº 067/2025,** decorrente do **Pregão Eletrônico nº 067/2025:**

- PRIMEIRO TERMO ADITIVO com a finalidade de retificar os atos, declarar o fracasso e **EXCLUIR** os **ITENS 23 (cânula de traqueostomia PVC com balão nº 5,0)** e **25 (cânula de traqueostomia PVC com balão nº 7,5),** revogando os atos que, inicialmente, atribuíram os referidos itens à empresa Aba Med Ltda., inscrita no CNPJ nº 04.369.147/0001-04, conforme o processo administrativo digital nº 40469/2026.

Maiores informações em: www.rioverde.go.gov.br ou no Setor de Licitações do FMS pelo telefone: (64) 3602-8124, em horário de expediente ou via *e-mail:* licitacaofms@rioverde.go.gov.br.

Rio Verde - GO, 17 de abril de 2026.

THIAGO DOS SANTOS SOUZA
Gestor do FMS

39452-22

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE
ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE ADITIVO DE ARP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025 (SRP)

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Rio Verde torna público o seguinte aditivo à **Ata de Registro de Preços nº 039/2025,** decorrente do **Pregão Eletrônico nº 039/2025:**

- TERCEIRO TERMO ADITIVO celebrado com a finalidade de **ALTERAR A MARCA** dos **ITENS 07, 14, 48 e 67,** conforme solicitação da empresa **Williams Centro de Distribuição de Medicamentos Ltda.,** inscrita no **CNPJ nº 41.582.087/0001-30,** e laudo técnico favorável emitido pela equipe da Central de Abastecimento Farmacêutico do Fundo Municipal de Saúde de Rio Verde - GO, em conformidade com a documentação acostada aos autos do Processo Digital nº 42679/2026.

Maiores informações em: www.rioverde.go.gov.br ou no Setor de Licitações do FMS pelo telefone: (64) 3602-8124, em horário de expediente ou via *e-mail:* licitacaofms@rioverde.go.gov.br.

Rio Verde - GO, 17 de abril de 2026.

THIAGO DOS SANTOS SOUZA
Gestor do FMS

39452-21

METROBUS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA METROBUS

O Diretor Presidente da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, convoca os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus Transporte Coletivo S/A, a realizar-se no dia 24/04/2026, sexta-feira, às 10:00 (dez horas), **via digital, com a utilização de ferramenta de Videoconferência**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Ordinária: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025; b) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Sociedade, caso necessário. A realização da Assembleia digital está amparada no Parágrafo Único do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e na IN DREI nº 81. Os dados para acesso à Assembleia, bem como demais informações, serão repassadas via Ofício. Francisco Caldas – Diretor Presidente da Metrobus.

39307-B

PREFEITURA DE GOIÂNIA
Controladoria Geral do Município

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 10/2026-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, **CONVOCA**, pelo presente edital, a servidora **Najara Pimentel Souto, matrícula n.º 971154-01,** para tomar ciência de seu Processo Administrativo Disciplinar n.º 26.7.000001310-2 e nomear testemunhas que julgar necessárias, no **prazo de 05 (cinco) dias** a contar da data de publicação deste**,** junto à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. D, 1º Andar, Park Lozandes, Goiânia-GO, e-mail: precpp.cgm@gmail.com e WhatsApp: 62-32819258.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 10 dias do mês de abril de 2026.

Sebastião Mendes dos Santos Filho
Chefe de Gabinete
Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM

39342,20

PREFEITURA DE GOIÂNIA
Controladoria Geral do Município

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 8/2026-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, neste ato representado por seu Chefe de Gabinete, **CONVOCA**, pelo presente edital, a ex-servidora **Adriana Sales de Castro Rocha, matrícula n.º 1353543-01,** para tomar ciência de seu Processo Administrativo Disciplinar n.º 26.7.000001438-9 e nomear testemunhas que julgar necessárias, no **prazo de 05 (cinco) dias** a contar da data de publicação deste**,** junto à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 04 - CESPAD-04, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. D, 1º Andar, Park Lozandes, Goiânia-GO.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 13 dias do mês de abril de 2026.

Sebastião Mendes dos Santos Filho
Chefe de Gabinete
Portaria n.º 207/2025-GAB/CGM

39342-19

MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS-GO
AVISO DE ADIAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

O MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS-GO, por meio do Agente de Contratação (Pregoeiro) e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026**, o qual tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de Gases Industriais para uso em Máquinas de Solda e Maçarico na Caldeiraria do Almoxarifado para atender as necessidades Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Quirinópolis-GO, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, DFD e ETP, anexos neste processo**, conforme descrito no Edital e demais documentos anexos ao processo do Pregão Eletrônico nº 030/2026, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, que a sessão pública de abertura marcada para o dia **30/04/2026, às 09h00min**, está **ADIADA**, em razão de alterações no Edital, vindo assim a sessão pública de abertura do certame postergada para o dia **05/05/2026, às 09h00min**, no mesmo local indicado no edital do Pregão Eletrônico nº **030/2026**. Sem nenhuma mudança a mais. Os interessados poderão obter o Edital nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.quirinopolis.go.gov.br e http://bnc.org.br/.

Quirinópolis - GO, 16 de abril de 2026.

DIENE ANDRESSA SILVA MARCELINO
Agente de Contratação (Pregoeiro)

39450-33

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

O MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS, Estado de Goiás, por meio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar no dia **08 de Maio de 2026, às 9h**, no sítio eletrônico: http://bnc.org.br/, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, visando a **Contratação de empresa para execução dos serviços, sob o regime de empreitada por preço global, objetivando a construção de uma Praça com Quadras Poliesportivas no Bairro Jardim Vitória (conforme Proposta nº 061795/2023 e Convênio nº 950239/2023 do Ministério das Cidades), sob a supervisão da Secretaria Municipal de Obras Públicas, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas, DFD, ETP, Projetos e Termo de Referência, anexos neste processo**, conforme descrito no Edital e Anexos da Concorrência Eletrônica nº 003/2026. Os interessados poderão obter o Edital nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.quirinopolis.go.gov.br e http://bnc.org.br/.

Quirinópolis - GO, 10 de abril de 2026.

MAURO FERNANDO MARTINS FERREIRA BAILÃO
Agente de Contratação

39450-32

ESTÂNCIA CABANAS DO RIO QUENTE
CNPJ/MF sob n.º 01.787.563/0001-34
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **ESTÂNCIA CABANAS DO RIO QUENTE**, associação civil, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.787.563/0001-34, com sede na Fazenda Água Quente, SN, ("CABANAS"), neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, no uso das atribuições conferidas pelo estatuto social, em especial o artigo 29, **CONVOCA** os senhores sócios para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária("AGO"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2026**, às 10h30m (dez horas e trinta minutos) em primeira convocação, observado o quórum exigido de 2/3 nos termos do artigo 25, parágrafo único do estatuto social ou às 11h00m (onze horas) em segunda convocação, oportunidade na qual a assembleia será instalada com qualquer número de sócios presentes, realização essa que ocorrerá na sede da associação, denominada "**ECO CHALÉS**" na Fazenda Água Quente, s/n, no município de Rio Quente, Estado de Goiás, a fim de votar as seguintes matérias constantes da ordem do **dia: 1.) exame, apreciação e aprovação do relatório da diretoria e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025**, publicado em 25 de março de 2026, no jornal O Hoje, Caderno Cidades, página 11, com divulgação simultânea da íntegra na página do mesmo veículo de comunicação na internet nos termos do artigo 289, inciso I da Lei 6.404/1976 alterado pela Lei 13.818/2019. **INSTRUÇÕES GERAIS**: **a)** Os sócios deverão estar munidos de sua credencial/carteirinha social ou outro documento oficial com foto que possa identificá-los; **b)** Os sócios poderão ser representados na assembleia mediante a apresentação do mandato de representação/procuração, nos termos do artigo 27 do estatuto social; **b.1)** As Procurações deverão estar com reconhecimento de firma da assinatura do outorgante **OU**, em substituição, deverão estar acompanhadas de cópia da cédula de identidade do sócio outorgante ou outro documento oficial de identificação com foto e assinatura, de modo a permitir a conferência da assinatura do sócio outorgante; **b.2)** As Procurações assinadas digitalmente serão aceitas quando, forem assinadas por certificado digital emitido no âmbito da **ICP-Brasil ou pelo PLATAFORMA GOV.BR**(https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade /assimatura-eletronica) bem como deverão estar acompanhadas de cópia da cédula de identidade e CPF do sócio outorgante ou outro documento oficial de identificação, de modo a permitir a conferência do sócio outorgante; **c.)** Os Sócios ou Procuradores poderão se credenciar mediante apresentação de documentos oficial com foto e respectiva procuração até o horário designado para início da Assembleia, ou seja, 10h30m do dia 26/04/2026, no mesmo local em que esta se realizará; **d.)** Só será permitido aos Sócios ou Procuradores o acesso das áreas de votação e credenciamento, exceção feita àqueles que tenham dificuldade de locomoção e necessitem de acompanhamento; **e.)** Os portões de acesso ao local de credenciamento e área de votação da Assembleia, serão abertos às 10h00 (dez horas) do dia 26 de abril de 2026, para fins de, antecipadamente os sócios possam realizar a sua habilitação para participação da assembleia.

Rio Quente/Goiás, 17 de abril de 2026.
GESMAR GOMES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA ESTÂNCIA CABANAS DO RIO QUENTE

39648

Publicação na Íntegra através do link:
https://ohoje.com/publicidade-legal/►-estancia-cabanas-do-rio-quente-ago-realizada-em-26-de-abril-de-2026/

Prefeitura Municipal de Guarani de Goiás
Juntos e unidos para o progresso continuar!

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DE GOIÁS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

O **Fundo Minicipal de Educação de Guarani de Goiás - Go,** torna público que fará realizar **às 09:00 horas do dia 04 de maio de 2026,** em sessão pública eletrônica na plataforma **Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO,** tipo menor preço por item, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Envio das propostas: a partir de 20/04/2026 às 08:00 hs,** Informações: A integra do edital encontra-se a disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura Municipal de Guarani de Goiás/GO, situada na Av. Savagé Alves de Oliveira, Quadra 26, Lote 02, Centro, e/ou nos sites: www.guaranidegoias.go.gov.br ou www.bnc.org.br, https://pncp.gov.br/app/editais, ou via e-mail: licitacao@guaranidegoias.go.gov.br.

Guarani de Goiás-GO, 16 de abril de 2026.

ODAIR VIEIRA DE BRITO
Pregoeiro

39669

GoiásFomento
Valorizamos o seu negócio

Convocação nº 1/2026 - GoiásFomento
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
CNPJ-03.918.382/0001-25 // NIRE-52300008476
// Companhia Fechada

O Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento de Goiás S/A – GoiásFomento, Alan Farias Tavares, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os senhores acionistas da Agência para a realização de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de abril de 2026 (quinta-feira), às 10:00 horas, em sua sede social, na Avenida Goiás nº 91, Centro, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
1) Assembleia Geral Ordinária:
a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
c) Eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.
2) Assembleia Geral Extraordinária:
a) Aumento de capital;
b) Alteração no Estatuto Social:
- Artigo 7º: alteração do capital social subscrito e integralizado.
- Adequação ao Decreto Estadual nº 10.433, de 8 de abril de 2024 e alterações posteriores.
Encontra-se à disposição dos acionistas, na Sede da Agência - Av. Goiás nº 91, Centro, Goiânia - GO, a documentação a ser apreciada na Assembleia.

Goiânia (GO), 16 de abril de 2026.
Alan Farias Tavares
Presidente do Conselho de Administração

39327-1

PREFEITURA DE GOIÂNIA
Secretaria Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - SMS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026 – SAÚDE

Início de acolhimento de proposta no dia 17/04/2026 a partir das 08h00min – Horário de Brasília/DF

Início da sessão de disputa de lances no dia 04/05/2026 às 09h00min - Horário de Brasília/DF

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de insumos (estações) e inseticida (refil bioativo), por meio do **Sistema de Registro de Preços**, destinados à manutenção, continuidade e ampliação do Projeto das Estações de disseminação de Inseticida (EDI), como estratégia complementar e integrada às ações de controle vetorial do Aedes aegypti, com vistas ao abastecimento da Diretoria de Vigilância em Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por grupo
MODO DE DISPUTA: Aberto
CÓDIGO UASG: 926995
PROCESSO SEI Nº: 26.29.000001227-0
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Retire e Acompanhe o Edital: site da Prefeitura, no endereço https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/ , no site da Secretaria Municipal de Saúde https://www.saude.goiania.go.gov.br ou solicitando através do e-mail da Comissão Permanente de Licitação da SMS (licitasms@goiania.go.gov.br) e através do portal de compras do Governo Federal, endereço: www.gov.br/compras.

Luiz Gaspar Machado Pellizzer
Secretário

39342-16

MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS-GO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PE 019/2026

A Prefeitura Municipal de Quirinópolis-GO, torna público o resultado Registro de preços para futura aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Quirinópolis-GO, conforme especificações e quantidades estabelecidas no DFD, ETP e termo de referência, anexos ao Processo. O resultado assim se mostrou:

Empresa: CABANA MAGAZINE LTDA. CNPJ: 51.621.518/0001-83, com valor de R$ 26.656,40.
Empresa: COMERCIAL D & V LTDA. CNPJ: 41.018.512/0001-62, com valor de R$ 4.394,46.
Empres

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

leiloaria smart

BEATRIZ OLIVEIRA ASSIS, leiloeira oficial — JUCESP nº 1478, Rua Barão do Triunfo, 427, sala 509, Brooklin, SP, autorizada pela Credora Fiduciária **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, CNPJ **25.005.683/0001-09**, **Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º Andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.407-003**, levará a **PÚBLICO LEILÃO on-line** (www.leiloariasmart.com.br), nos termos da Lei 9.514/97, art. 27, em **18/05/2026 às 14h00**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, lance mínimo **R$ 485.909,14 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e nove reais e quatorze centavos)**, o imóvel: **MATRÍCULAS Nºs 302.904 e 302.922**. **Localização:** Av. T-4, nº 619, Quadra 141, Lote 4/5, Salas Comerciais nºs 1203 e 1204, Buena Vista Office Design, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP 74.230-035. **Descrição (Matrícula 302.904):** Sala comercial n. 1203, localizada no BUENA VISTA OFFICE DESIGN, situado na Avenida T-4, Quadra 141, Lote 4/5, Setor Bueno, nesta cidade de Goiânia/GO, com área privativa de 32,680m², área de uso comum de 31,5581123m² e área total de 64,2381123m², correspondendo-lhe no terreno e nas coisas comuns a fração ideal de 4,6968m² ou de 0,31312000%. DESIGNAÇÃO CADASTRAL: 30405401200156. **Descrição (Matrícula 302.922):** Sala comercial n. 1204, localizada no BUENA VISTA OFFICE DESIGN, situado na Avenida T-4, Quadra 141, Lote 4/5, Setor Bueno, nesta cidade de Goiânia/GO, com área privativa de 33,310m², área de uso comum de 31,1664566m² e área total de 65,4764566m², correspondendo-lhe no terreno e nas coisas comuns a fração ideal de 4,7873m² ou de 0,31915600%. DESIGNAÇÃO CADASTRAL: 30405401200157. **DEVEDOR(A) FIDUCIANTE: GEORGEA DE CARVALHO OLIVEIRA**, CPF **946.650.281-68**. **Ocupado.** Desocupação pelo adquirente, art. 30 da Lei 9.514/97. Sem licitante no 1º leilão, fica designado **20/05/2026**, **SEGUNDO LEILÃO**, lance mínimo **R$ 426.452,14 (quatrocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos)**. Participação on-line mediante cadastro e habilitação no site **www.leiloariasmart.com.br**, até 1 hora antes do início do leilão, não sendo aceitas após esse prazo. Lances exclusivamente pelo site, respeitados lance inicial e incremento mínimo, em igualdade com participantes presenciais. Venda **"ad corpus"**, no estado em que se encontra o imóvel, cabendo ao arrematante eventuais regularizações. A devedora fiduciante será comunicada na forma do art. 27 da Lei 9.514/97, podendo exercer o direito de preferência no 1º ou 2º leilão, nos termos legais. O arrematante pagará à vista o valor do arremate e comissão de **5%**, inclusive a devedora fiduciante em caso de exercício do direito de preferência. Edital completo disponível em **www.leiloariasmart.com.br**. Horários de Brasília/DF. Demais condições conforme Decretos nº 21.981/1932 e nº 22.427/1933.

Estado de Goiás. Poder Judiciário. Comarca de Montes Claros de Goiás - Montes Claros de Goias - Vara Cível Alameda Adão Galiza Pires, esquina com Avenida Bahia, 511, Centro, FORUM LOCAL, CEP: 76255-000 - Fone: (62) 3370-1551 - ramal 2005 e 2006. **EDITAL DE CITAÇÃO**. Ação: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos -> **Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Processo nº: 5392538-60.2024.8.09.0166**. Requerente(s): **Itau Unibanco Holding S/A**. Advogado do Requerente: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI - OAB/GO 50.094-A. Requerido(s): **Yasminny Pereira Peres**. Valor da Causa: 68.165,10. Juiz: MARIA EMILIA DE QUEIROZ. Prazo do Edital: 20 (vinte) dias. Prazo para contestar: 15 DIAS. O(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito MARIA EMILIA DE QUEIROZ, da Comarca de Montes Claros de Goiás, Estado de Goiás, **FAZ SABER**, que por este, **CITA** o requerido(s) acima qualificado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido para todos os termos, até final sentença, da ação acima especificada que se processa perante esse Juízo, com o seguinte objetivo: CONTESTAR A AÇÃO NO PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS. DESPACHO: "(...) CITE-SE a requerida, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 257, inciso III do CPC.(...)." Montes Claros de Goiás, 25 de março de 2026 MARIA EMILIA DE QUEIROZ Juiz de Direito.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE – GO
EXTRATO DE ADITIVO DA ARP 010/2026 (SRP)

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Rio Verde torna público o 1º Termo Aditivo à **Ata de Registro de Preços n 010/2026** **- PRIMEIRO TERMO ADITIVO** para declarar o fracasso e excluir os itens 9, 12, 41, 58 e 127 da Ata de Registro de Preços n 010/2026 **Maiores informações em:** www.rioverde.go.gov.br, (64) 3602-8124

Rio Verde - GO, 15 de abril de 2026

THIAGO DOS SANTOS SOUZA
Gestor do FMS

39452-18

SANEAGO

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, torna público que recebeu da Superintendência Municipal de Meio Ambiente de Morrinhos-GO, a seguinte licença ambiental:

- Licença Ambiental de Ampliação Corretiva nº 06/2026 para o Serviço de Abastecimento de Água do município. Validade até 19/03/2031 O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 006/86 que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.

APAE Goiânia - GO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A APAE de Goiânia – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goiânia, sediada na Rua 255, n.º 628, Setor Coimbra, Goiânia-GO, por meio de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por sua Presidente, Sra. Ivone Pereira Borges, **CONVOCA**, por meio do presente Edital, **todos os associados contribuintes e pais de alunos da APAE de Goiânia, para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada no Complexo I da Instituição, situado na sede da APAE de Goiânia, localizada na Rua 255, n° 628, Setor Coimbra, Goiânia – Goiás, às 08:00 horas, do dia 19 de maio de 2026, com a seguinte ordem do dia:

1. Apreciação para aprovação do relatório de atividades e das contas da Diretoria Executiva, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano de 2025, tudo forte nos termos do parágrafo único do art. 26, e demais dispositivos do Estatuto da Instituição aplicados à espécie.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação às 08:00 horas, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, conforme vaticina o § 2o do artigo 24 do Estatuto da APAE de Goiânia.

Goiânia-GO, em 17 de abril de 2026.
Ivone Pereira Borges
Presidente da APAE de Goiânia

39676

VAGAS DE EMPREGO E ESTÁGIO

EMPREGOS

CONSULTOR DE MERCADO
SUPERVISOR DE VENDAS
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ANALISTA DE PCP
WEB MARKETING
RECEPCIONISTA
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
CONSULTOR(A) DE ATENDIMENTO ADVISER

Para concorrer às oportunidades de emprego anunciadas pelas empresas parceiras cadastre seu currículo GRATUITAMENTE, acesse: www.ielgo.com.br/emprego. Clique na opção "Cadastrar Currículo."

ESTÁGIOS

Vagas por Área:

ADMINISTRAÇÃO
ENSINO MÉDIO
PUBLICIDADE E PROPAGANDA
TÉCNICO EM QUÍMICA
TÉCNICO EM ALIMENTOS

Para contato, disponibilizamos o número de whatsapp (62) 9.9852-4246 ou (62) 9.9624-3600 de 2 a 6 feira das 08:00 as 18:00 hrs.

Para concorrer à vaga é necessário ter o currículo cadastrado gratuitamente no site (www.ielgo.com.br/estagio), clique em: "Quero me cadastrar."

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL — FIEG IEL

J.F.S. TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
C.N.P.J.: 11.788.758/0001-52

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024

Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
ATIVO	3.813.789,76D	PASSIVO	3.813.789,76C
ATIVO CIRCULANTE	3.811.649,92D	PASSIVO CIRCULANTE	220.275,43C
DISPONIVEL	3.577.061,79D	EXIGIVEL A CURTO PRAZO	220.275,43C
CAIXA GERAL	3.484.752,08D	FORNECEDORES	3.203,75C
CAIXA	3.484.752,08D	FORNECEDORES DIVERSOS	3.203,75C
BANCO CONTA MOVIMENTO	87.876,72D	OBRIGACOES SOCIAIS	26.055,67C
BANCO DO BARSIL	521,87D	INSS A RECOLHER	1.987,82C
BANCO C6 S/A	29.654,02D	FGTS A RECOLHER	1.825,17C
BANCO DO ESTADO DO PARA	57.672,53D	SALARIOS A PAGAR	19.729,32C
BRADESCO	28,30D	PRO-LABORE A PAGAR	2.513,36C
TITULOS A RECEBER	4.432,99D	OBRIGACOES FISCAIS	191.016,01C
SEGURO A VENCER	4.432,99D	SIMPLES A RECOLHER	190.831,15C
CREDITOS	234.588,13D	IRRF S/ FOLHA	184,86C
DUPLICATAS A RECEBER	12.477,73D	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	361.258,77C
CLIENTES DIVERSOS	12.477,73D	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	361.258,77C
ESTOQUES	222.110,40D	FINANCIAMENTOS	361.258,77C
MERCADORIAS PARA REVENDA	222.110,40D	PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL	361.258,77C
ATIVO PERMANENTE	2.139,84D	PATRIMONIO LIQUIDO	3.232.255,56C
INVESTIMENTOS	2.139,84D	CAPITAL SOCIAL	24.000,00C
IMOBILIZADO	19.708,55D	CAPITAL SUBSCRITO	20.000,00C
MOVEIS E UTENSILIOS	680,00D	CAPITAL INTEGRALIZADO	20.000,00C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.173,65D	RESERVAS	4.000,00C
COMPUTADORES E PERIFERICOS	3.854,90D	RESERVAS DE LUCROS	4.000,00C
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	17.568,71C	RESERVAS	3.208.255,56C
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	748,04C	LUCROS / PREJUIZOS ACUMULADOS	3.208.255,56C
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	12.580,33C	LUCROS ACUMULADOS	3.208.255,56C
(-) COMPUTADORES E PERIFERICOS	4.240,34C		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**3.933.440,68**
VENDAS DE MERCADORIAS A VISTA - MATRIZ	1.416.884,07
PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO - MATRIZ	2.516.556,61
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(654.888,99)**
(-) DEDUCOES DAS RECEITAS	
(-) DEVOLUCAO DE VENDA DE MERCADORIAS	(4.839,96)
(-) SIMPLES NACIONAL	(650.049,03)
CUSTOS	**(22.189,15)**
(-) DEVOLUCOES DE COMPRA	(22.189,15)
RECEITA LÍQUIDA	**3.256.362,54**
LUCRO BRUTO	**3.256.362,54**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.360.953,70)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(4.361.871,22)**
TELEFONE	(715,88)
MATERIAL DE USO E CONSUMO	(779.148,86)
SERVICOS PRESTADOS PF	(750.366,03)
SERVICOS PRESTADOS PJ	(1.295.468,56)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(895.270,64)
DEPRECIACOES	(1.970,88)
LANCHES E REFEICOES	(1.980,75)
SALARIOS E ORDENADOS	(288.946,81)
FGTS	(24.883,36)
PRO-LABORE	(33.888,00)
13º SALARIO	(16.298,49)
FERIAS	(23.938,50)
VALE TRANSPORTE	(1.720,00)
RESCISAO	(35.903,57)
(-) AVISO PREVIO IDENIZADO	4.112,50
IMPOSTOS E TAXAS	
TAXAS DIVERSAS	(5.190,22)
DESPESAS BANCARIAS	(9.723,73)
JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	(443,57)
DESPESAS COM CARTÃO	(182.457,22)
JUROS PASSIVOS	(12.259,66)
IOF/IOC	(789,97)
JUROS E MULTAS S/ IMPOSTOS	(4.619,02)
RECEITAS FINANCEIRAS	**917,52**
RENDIMENTOS S/ APLICACOES FINANCEIRAS	36,84
BONIFICACAO	880,68
RESULTADO OPERACIONAL	**(1.104.591,16)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(1.104.591,16)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(1.104.591,16)**

GOIANIA, 07 de Abril de 2026

ABIANO AFONSO AZINI:03722227658

39686-A

J.F.S. TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
C.N.P.J.: 11.788.758/0001-52

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2025

Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.670.604,24D**	**PASSIVO**	**1.670.604,24C**
ATIVO CIRCULANTE	**1.655.330,17D**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.953.682,10C**
DISPONIVEL	**42.831,73D**	**EXIGIVEL A CURTO PRAZO**	**2.953.682,10C**
BANCO CONTA MOVIMENTO	**42.831,73D**	**FORNECEDORES**	384.852,20C
BANCO DO BRASIL AG. 3656 C/C. 20801-9	801,12D	FORNECEDORES DIVERSOS	384.852,20C
C6 S/A AG. 1 C/C. 19537818-0	2.262,01D	**OBRIGACOES SOCIAIS**	**115.799,79C**
BANPARA AG.49 C/C. 8030839	39.737,78D	INSS A RECOLHER	421,34C
BRADESCO AG. 2274 C/C.0038160-8	30,82D	FGTS A RECOLHER	315,47C
CREDITOS	**1.612.498,44D**	SALARIOS A PAGAR	61.896,28C
DUPLICATAS A RECEBER	**965.635,66D**	PRO-LABORE A PAGAR	17.515,99C
CLIENTES DIVERSOS	965.635,66D	13º SALARIO A PAGAR	15.096,85C
ESTOQUES	**541.668,01D**	RESCISAO A PAGAR	20.553,86C
MERCADORIAS PARA REVENDA	541.668,01D	**OBRIGACOES FISCAIS**	**120.117,30C**
IMPOSTOS A RECUPERAR	**105.194,77D**	ICMS A RECOLHER	29.023,34C
IRRF A RECUPERAR	39,94D	IRRF A RECOLHER	39,94D
PIS RETIDO S/ VENDAS	15.032,29D	PIS A RECOLHER	12.438,60C
COFINS RETIDO S/ VENDAS	68.203,50D	COFINS A RECOLHER	57.275,62C
CSLL RETIDA S/ VENDA	21.919,04D	IRRF S/ FOLHA	16,62D
ATIVO PERMANENTE	**15.274,07D**	RENT. PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	82,25C
INVESTIMENTOS	**15.274,07D**	ISS A RECOLHER	21.354,05C
IMOBILIZADO	**19.708,55D**	**ADIANTAMENTOS DIVERSOS**	**1.898.338,25C**
MOVEIS E UTENSILIOS	680,00D	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	1.898.338,25C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.173,65D	**EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS**	**127.969,48C**
COMPUTADORES E PERIFERICOS	3.854,90D	INOVA JFS LTDA	18.331,47C
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	**4.434,48C**	OPERACAO CAPITAL DE GIRO - BRADESCO	109.638,01C
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	153,09C	**PARCELAMENTO DE IMPOSTOS**	**306.605,08C**
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.414,15C	PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL - PARCSN - Nº 02 - 60X	139.074,80C
(-) COMPUTADORES E PERIFERICOS	867,24C	PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL - PARCSN - No 04 - 60X	302.283,53C
		PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL - PARCSN - No 05 - 60X	134.753,25D
		PATRIMONIO LIQUIDO	**1.283.077,86D**
		CAPITAL SOCIAL	**20.000,00C**
		CAPITAL SUBSCRITO	**20.000,00C**
		FABIANO AFONSO AZINI	10.000,00C
		JOAO BATISTA FISHER SILVA	10.000,00C
		RESERVAS	**1.303.077,86D**
		LUCROS / PREJUIZOS ACUMULADOS	**1.303.077,86D**
		(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	1.276.666,92D
		(-) AJUSTE DO EXERCICIO ANTERIOR	81.847,16C
		(-) DISTRIBUICAO DE LUCRO JOÃO BATISTA FISCHER SILVA	52.508,10D
		(-) DISTRIBUICAO DE LUCRO FABIANO AFONSO AZINI	55.750,00D

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**3.344.993,19**
VENDAS DE MERCADORIAS	1.012.124,05
VENDAS DE MERCADORIAS A PRAZO	2.400,00
PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	2.330.469,14
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(565.908,36)**
(-) DEVOLUCAO DE VENDA DE MERCADORIAS	(125.726,50)
(-) ICMS S/ VENDAS	(121.641,46)
(-) COFINS INCIDENTE S/ VENDAS	(182.910,35)
(-) PIS INCIDENTE S/ VENDAS	(39.710,81)
(-) ISS	(95.919,24)
CUSTOS	**(216.576,25)**
(-) ICMS S/ COMPRAS	52.950,43
(-) DEVOLUCOES DE COMPRA	(350.035,25)
(-) PIS INCIDENTE S/ COMPRAS	14.549,36
(-) COFINS INCIDENTE S/ COMPRAS	65.959,21
RECEITA LÍQUIDA	**2.562.508,58**
CMV	**(14.991,17)**
FRETE	(14.991,17)
LUCRO BRUTO	**2.547.517,41**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(2.847.720,92)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(2.848.460,79)**
ALUGUEIS	(11.482,90)
HONORARIOS CONTABEIS	(9.107,44)
ENERGIA ELETRICA	(4.122,66)
TELEFONE/PROVEDOR DE INTERNET	(3.310,70)
MATERIAL DE USO E CONSUMO	(405.701,17)
CONSERVACAO MANUTENCAO/REPAROS	(130,00)
SERVICOS PRESTADOS PF	(1.044.758,78)
SERVICOS PRESTADOS PJ	(468.140,91)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(585.009,08)
DEPRECIACOES	(1.970,88)
ASSOCIACAO DE CLASSE	(1.128,60)
DESPESAS COM CARTORIOS	(18,38)
LANCHES E REFEICOES	(2.031,48)
SEGUROS	(2.450,63)
MULTAS DE TRANSITO/IPVA	(104,13)
DESPESAS COM VIAGENS	(746,96)
SISTEMAS E SOFTWARES	(3.892,68)
VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL	(6.179,70)
SALARIOS E ORDENADOS	(5.500,28)
FGTS	(10.911,45)
PRO-LABORE	(0,20)
13º SALARIO	(124,20)
INSS	(464,95)
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTO	(7.233,62)
TAXAS DIVERSAS	(133.034,75)
TAXAS MUNICIPAIS	(11.349,62)
TAXAS ESTADUAIS	(35.731,36)
DESPESAS BANCARIAS	(9.787,93)
JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	(5.053,07)
DESPESAS COM CARTÃO	(51.551,02)
JUROS PASSIVOS	(3.637,19)
IOF/IOC	(1.353,87)
JUROS E MULTAS S/ IMPOSTOS	(22.440,20)
RECEITAS FINANCEIRAS	**739,87**
RENDIMENTOS S/ APLICACOES FINANCEIRAS	6,14
BONIFICACAO	733,73
RESULTADO OPERACIONAL	**(300.203,51)**
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	**(39,96)**
MULTAS E JUROS	(39,96)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(300.243,47)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(300.243,47)**

GOIANIA, 07 de Abril de 2026

ABIANO AFONSO AZINI:03722227658

39686-B

GRUPO O HOJE

Quer receber a **edição digital** do jornal O Hoje direto no seu **WhatsApp**? Entre em contato no **62 9964-8719** e receba o conteúdo com acesso **ilimitado** e **assinatura sem custo**.

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ.

O HOJE | O HOJE.com | FOX MAPPIN | O HOJE NEWS | MANDAVÉ | CURIÓ | DOSSIÊ DA REPORTAGEM



EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.

CNPJ/MF nº 07.779.299/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.009.346	74.750
Disponibilidade da rede elétrica	6	45.814	54.261
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	15.410	4.257
Outros tributos compensáveis	7	24.253	8.563
Estoques	10	1.031	7.257
Ativos da concessão	12	314.703	312.221
Parcela de ajuste	14	37.941	42.655
Outros créditos	13	4.004	20.894
Total do ativo circulante		**1.452.502**	**524.858**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	11	19.084	15.080
Ativos da concessão	12	1.790.464	1.624.106
Parcela de ajuste	14	87.237	99.373
Outros créditos	13	2.056	158
		1.898.841	**1.738.717**
Investimentos		532	532
Propriedades para investimentos	17	18.599	18.599
Imobilizado	15	21.126	17.050
Intangível	16	5.176	8.971
		45.433	45.152
Total do ativo não circulante		**1.944.274**	**1.783.869**
TOTAL DO ATIVO		**3.396.776**	**2.308.727**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	18	16.891	30.681
Debêntures	20	231.369	69.476
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	11.050	11.170
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7		184
Outros tributos a recolher	7	12.803	21.078
PIS e COFINS diferidos	8	28.017	28.846
Dividendos	19		65.560
Encargos setoriais	23	2.132	2.881
Provisões	24	7.722	6.723
Parcela de ajuste	14	31.002	14.397
Outras contas a pagar	13	10.955	10.248
Total do passivo circulante		**351.941**	**261.244**
Não circulante			
Debêntures	20	1.855.984	479.236
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	42.681	53.308
Outros tributos diferidos	8	163.896	153.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	108.803	460.922
Encargos setoriais	23	1.080	1.019
Provisões	24	11.339	11.736
Parcela de ajuste	14	13.381	9.905
Outras contas a pagar	13	7.055	6.036
Total do passivo não circulante		**2.204.219**	**1.175.546**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25.1	1.445.195	520.750
Reservas de capital	25.2	(591.498)	
Reservas de lucros	4.3		351.122
Outros resultados abrangentes	25.4	(632)	83
Ações em tesouraria		(18)	(18)
Prejuízos acumulados		(12.431)	
Total do patrimônio líquido		**840.616**	**871.937**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.396.776**	**2.308.727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2025	2024
Receitas	26	**544.610**	**681.728**
Custos	27		
Custo de operação		(77.449)	(68.878)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(152.253)	(141.043)
		(229.702)	**(209.921)**
Lucro bruto		**314.908**	**471.807**
Despesas e Receitas operacionais	28		
Despesas com vendas		(3.569)	
Despesas gerais e administrativas		(2.050)	(5.549)
Outras despesas e receitas operacionais		5.696	(9.484)
		77	**(15.033)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**314.985**	**456.774**
Resultado financeiro	29		
Receitas financeiras		101.221	13.231
Despesas financeiras		(347.570)	(76.377)
		(246.349)	**(63.146)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**68.636**	**393.628**
Tributos sobre o lucro	30		
Imposto de renda e contribuição social correntes		696	(12.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.703	(105.386)
		30.399	**(117.583)**
Lucro líquido do exercício		**99.035**	**276.045**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	31		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		6,00722	16,74393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	99.035	276.045
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(1.081)	242
Imposto de renda e contribuição social diferidos	366	(81)
	(715)	**161**
Resultado abrangente do exercício	**98.320**	**276.206**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**328.750**	**–**	**476.872**	**(18)**	**(78)**	**–**	**805.526**
Aumento de capital - AGO de 30/12/2024	192.000		(192.000)				–
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2024			(136.697)				(136.697)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC							–
Lucro líquido do exercício						276.045	276.045
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal			13.803			(13.803)	–
Dividendo adicional proposto			189.144			(189.144)	–
Dividendos intermediários (JSCP)						(50.241)	(50.241)
Dividendos complementares obrigatórios						(22.857)	(22.857)
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					242		242
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(81)		(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**520.750**	**–**	**351.122**	**(18)**	**83**	**–**	**871.937**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**520.750**	**–**	**351.122**	**(18)**	**83**	**–**	**871.937**
Acervo líquido - Incorporação da controladora Pequena Central Hidrelétrica SL	(153.155)	(591.498)	(351.122)			(111.466)	(1.207.241)
Aumento de capital - AGO de 30/12/2025	1.077.600						1.077.600
Lucro líquido do exercício						99.035	99.035
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					(1.081)		(1.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					366		366
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.445.195**	**(591.498)**	**–**	**(18)**	**(632)**	**(12.431)**	**840.616**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		68.636	393.628
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		417	31.072
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		3.569	
Remuneração dos Ativos da concessão		(260.603)	(289.006)
Depreciações e amortizações		4.224	3.452
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1.929	
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(5.696)	4.777
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		260.523	72.609
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		183	266
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		13	20
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		3.255	4.027
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		248	320
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.343	1.763
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.085)	(4.650)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2.406)	(139)
		73.550	**218.139**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		4.878	(15.625)
Ativos da concessão		278.499	246.499
Outros tributos compensáveis		(4.762)	(5.483)
Estoques		11.922	694
Cauções e depósitos vinculados		(1.919)	(595)
Parcela de ajuste		(16.850)	(142.028)
Outros ativos operacionais		1.578	(9.360)
		273.346	**74.102**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(13.790)	11.255
Outros tributos a recolher		(6.347)	(4.375)
Benefícios pós-emprego			(5)
Encargos setoriais		(2.031)	(2.013)
Provisões		(2.901)	(12)
Parcela de ajuste		20.081	11.520
Outros passivos operacionais		345	4.517
		(4.643)	20.887
Caixa proveniente das atividades operacionais		**342.253**	**313.128**
Imposto de renda e contribuição social pagos		3.383	(18.480)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**345.636**	**294.648**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos ativos da concessão		(133.557)	(141.043)
Adições ao imobilizado e intangível		(1.944)	(4.939)
Alienação de bens e direitos		2.959	21.609
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(132.542)**	**(124.373)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados			3.881
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		1.077.600	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(19.975)	(657.738)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.343.858	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(1.481.529)	(70.264)
Pagamentos de encargos de dívidas		(196.832)	(10.743)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(1.620)	(1.098)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	33.1	**721.502**	**(735.962)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**934.596**	**(565.687)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.009.346	74.750
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		74.750	640.437
		934.596	**(565.687)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Geração do valor adicionado	**613.209**	**791.325**
Receita operacional	147.262	383.613
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3.569)	
Receita relativa à construção de ativos próprios	220	2.273
Receita de construção	208.500	161.355
Atualização dos ativos da concessão	253.358	233.716
Outras receitas	7.438	10.368
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(187.642)**	**(193.400)**
Materiais	(2.334)	(2.225)
Serviços de terceiros	(23.065)	(26.726)
Custo com construção da infraestrutura	(152.473)	(143.316)
Outros custos operacionais	(9.770)	(21.133)
Valor adicionado bruto	**425.567**	**597.925**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(4.226)	(3.452)
Valor adicionado líquido produzido	**421.341**	**594.473**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	102.220	13.907
Valor adicionado total a distribuir	**523.561**	**608.380**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	28.984	27.743
Benefícios	5.880	5.769
FGTS	2.068	1.841
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	37.366	216.449
Estaduais	656	1.473
Municipais	1.502	1.669
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	347.570	76.377
Aluguéis	500	1.014
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio		50.241
Dividendos		22.856
	424.526	**405.432**
Resultado líquido do exercício	99.035	202.948
	523.561	**608.380**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP-Energias do Brasil), com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás, foi constituída em 26 de dezembro de 2005, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a exploração técnica e comercial de instalações de transmissão, que lhe foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos.

A Companhia possui linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de transmissão.

1.1 Reorganização Societária - Incorporação reversa da controladora Pequena Central Hidrelétrica SL

Em 31 de março de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária a Companhia, deliberou a incorporação reversa de sua até então controladora, a Pequena Central Hidrelétrica SL, tendo, em vista que as partes são companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico, sendo que a Pequena Central Hidrelétrica SL é titular da totalidade do capital social da Companhia, a operação trará benefícios às partes, de ordem administrativa, econômica e financeira.

No processo de incorporação, todos os saldos dos grupos de ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante e do passivo não circulante da Pequena Central Hidrelétrica SL, foram somados às contas correspondentes na Companhia, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

Os montantes incorporados foram a valores de livros por se tratar de uma transação entre partes relacionadas. Os saldos incorporados estão abaixo:

	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	924
Imposto de renda e contribuição social a compensar	34.170
Outros tributos a recuperar	7.644
Derivativos - posição ativa	158.856
Dividendos a receber	45.586
Imobilizado	1.639
Tributos diferidos	304.711
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.726.410)
Derivativos - posição passiva	(34.310)
Outros passivos	(51)
Acervo líquido incorporado	**(1.207.241)**

2 Concessão

A transferência da concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia Energética de Goiás para a EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 643, de 25 de julho de 2006.

A Companhia detém junto à ANEEL as seguintes concessões de transmissão:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	nº Contrato
744 km	Serviço Público	Serviço Público	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/ 138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	004/2016
11 km	Serviço Público	Serviço Público	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	063/2001(*)
0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Serviço Público	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	003/2015

(*) O contrato possui um marco regulatório específico conforme nota 2.1 e é regido pela Lei 12.783/2013.

Os contratos apresentam vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

No contrato de Concessão nº 063/2001, prorrogado nos termos da Lei 12.783/2013, a RAP da Companhia passou a ser de R$258.044, sendo o valor de R$34.118 relativo ao Componente Financeiro e R$52.694 referente ao Componente Econômico dos ativos de transmissão indenizados nos termos da Portaria MME 120/2016, R$67.993 relacionado aos custos de Operação e Manutenção (Custos Operacionais) e R$103.241 relativos aos novos empreendimentos de transmissão.

Já os contratos de Concessão nºs 003/2015 e 004/2016 estabelecem que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R$1.640 e R$17.489, respectivamente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.481 (Nota 4.4), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R$354.855 para ambos os contratos de concessão 063/2001, 003/2015 e 004/2016.

O montante da RAP recebida no exercício de 2025 é de R$441.533 (R$409.444 em 31 de dezembro de 2024).

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025 (Nota 4.7).

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2026.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 32.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 12); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 22); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 24.2); Propriedades para investimentos (Nota 17); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 32.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

3.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou *joint ventures,* visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Publica de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2025 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª série	dez/25	dez/30	900.000	CDI + 0,52% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª série	dez/25	dez/32	450.000	CDI + 0,60% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos
			1.350.000		

Para maiores informações vide nota 20.

4.2 Reforma Tributária sobre o Consumo

A leis complementares nº s 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML.

Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse ínterim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

4.3 Incorporação Reversa

Em 31 de março de 2025, foi realizada a incorporação reversa entre Pequena Central Hidrelétrica SL e EDP Goiás, conforme aprovado na AGE realizada na mesma data (Nota 1.1). A incorporação reversa consiste na absorção da empresa controladora pela empresa controlada, resultando na extinção da companhia controladora e na continuidade das operações pela companhia controlada. Com a incorporação reversa, e a absorção do patrimônio líquido da Pequena Central Hidrelétrica SL, houve uma redução de capital na Companhia no montante de R$ 153.155 sem o cancelamento de ações, passando de R$520.750 para R$367.595, compensação da reserva de lucro no montante de R$351.122, constituição de um reserva de capital no montante de -R$591.498 e o saldo remanescente da incorporação ficou alocado na rubrica de prejuízo acumulado no valor de R$111.466.

A partir desta data, a EDP- Energias do Brasil passa a ser controladora direta da EDP Goiás.

4.4 Reajuste tarifário

Em 15 de julho de 2025, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.481 estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de -0,76% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

4.5 Amortização de Mais-Valia Pré-Incorporação

Em 30 de junho de 2025, com base nas projeções, o estudo tributário confirmou a existência de lucro tributável futuro, o que possibilitou o registro dos Impostos Diferidos Ativos pela dedutibilidade da amortização da mais-valia, gerando um impacto positivo no resultado de R$53.383, em decorrência da incorporação da Pequena Central Hidrelétrica SL pela Companhia.

4.6 Aquisição do Lote A da CelgPar

Em 03 de outubro de 2025, em leilão realizado na B3, a Companhia arrematou, o Lote A da Celg Participações (CelgPar) por R$83.623. O lote é composto por 100% das ações da Firminópolis Transmissão e da Lago Azul Transmissão, que totalizam 152km de linhas no estado de Goiás. A RAP homologada para o ciclo 2025/2026 é de R$17,1 milhões. Aguardando a data do *close*.

4.7 REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando os percentuais de aplicação e os prazos dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE), conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerrou-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte dos recursos destinados aos Programas de P&D e PEE regulados pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, os percentuais da Receita Operacional Líquida (ROL) aplicados em P&D e PEE passam a ser padronizados e fixos, substituindo as faixas variáveis anteriormente vigentes. Para a Companhia, o P&D passa de 0,28-0,40% para 0,40%

4.8 Aquisição do Lote 5 Goiás

Em 31 de outubro de 2025, a Companhia arrematou o Lote 5 no Leilão de Transmissão 4/2025, que inclui duas linhas de transmissão em Goiás, somando 285km de extensão, e uma subestação 230/138 kV, com 300 MVA de potência, visando atender principalmente as regiões de Itapaci, Firminópolis e Matrinchã. A RAP proposta pela Companhia foi de R$38,1 milhões. O empreendimento deve ser construído nos próximos quatro anos, com investimento previsto de aproximadamente R$441,5 milhões e prazo de construção de 48 meses.

4.9 Aumento de capital

A Companhia deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 05 de dezembro de 2025, pelo aumento de seu capital social dos atuais R$367.595 para R$1.445.195, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R$1.077.600 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		5.789	18.370
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	101.991	23.733
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	901.566	32.647
		1.003.557	**56.380**
Total		**1.009.346**	**74.750**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 32.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 99,50% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxas que variam entre 80,00% e 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Disponibilidade da rede elétrica

	Valores correntes							
	A vencer	Vencidos						
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	De 181 a 360 dias	PECLD	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Disponibilidade de uso da rede elétrica	40.106	172	1.392	941	8.242	(5.039)	45.814	54.261
	40.106	**172**	**1.392**	**941**	**8.242**	**(5.039)**	**45.814**	**54.261**

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2025 de R$45.814 (R$54.261 em 31 de dezembro de 2024), refere-se, substancialmente, ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. A variação no exercício decorre, principalmente, do aumento da receita da Companhia, dado o reajuste anual que ocorreu em julho de 2025, o qual contempla a inflação definida pela ANEEL (Nota 4.4).

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Incorporação (Nota 4.3)	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.257		2.460	4.519	(13.272)	614	16.832	15.410
Total Circulante	**4.257**	**–**	**2.460**	**4.519**	**(13.272)**	**614**	**16.832**	**15.410**
Outros tributos compensáveis								
ICMS	1			535		(536)		–
PIS e COFINS	99	1.137				(1.139)		97
IRRF sobre aplicações financeiras	8.128	3.023		4.832			109	16.092
IRRF sobre juros s/capital próprio	–						7.536	7.536
IR/CS retidos sobre faturamento	273	603				(410)		466
Outros	62							62
Total Circulante	**8.563**	**4.763**	**–**	**5.367**	**–**	**(2.085)**	**7.645**	**24.253**
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	184	(696)				512		–
Total Circulante	**184**	**(696)**	**–**	**–**	**–**	**512**	**–**	**–**
Outros tributos a recolher								
ICMS	2.433	5.572		(7.234)		(536)		235
PIS e COFINS	3.760	45.026		(30.563)	(13.268)	(1.435)		3.520
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	5.896	5.349	7	(3.366)		(12)		7.874
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.536			(7.536)				–
Encargos com pessoal	1.453	12.655	47	(12.981)				1.174
Outros	–	20.751		(20.751)				–
Total Circulante	**21.078**	**89.353**	**54**	**(82.431)**	**(13.268)**	**(1.983)**	**–**	**12.803**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 20 de dezembro de 2022, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI as obras de reforços das subestações Xavantes (Ato declaratório executivo 122/2022) e Pirineus (Ato declaratório Executivo 123/2022). O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão. Além dos citados a Companhia também é beneficiária do REIDI para outros reforços, por meio dos Atos Declaratórios executivos 61/2022, 78/2023, 245/2024 e 560/2024.

8 Tributos diferidos

		Passivo			
		Circulante		Não Circulante	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	8.1	28.017	28.846		
Outros tributos diferidos	8.2			163.896	153.384
Imposto de renda e contribuição social	8.3			108.803	460.922
Total		**28.017**	**28.846**	**272.699**	**614.306**

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Outros Tributos diferidos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025 que determinam a extinção do PIS e da COFINS e sua substituição pela CBS a partir de 1º de janeiro de 2027 (Nota 4.2), a Companhia manteve o saldo diferido de longo prazo classificado como outros tributos diferidos, preservando o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina o seu enquadramento e destinação.

8.3 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.3.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio líquido	
Natureza dos créditos	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Prejuízos Fiscais	15.393				15.393			
Base Negativa da Contribuição Social	5.541				5.541			
	20.934	**–**	**–**	**–**	**20.934**	**–**	**–**	**–**
Diferenças Temporárias								
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1.322	109			1.213			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.669	3.712			(43)	1.222		
Amortização/Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)	343.819				39.108		304.711	
Valor justo de terrenos para investimento			5.967	5.967		7.332		
Atualização dos ativos da concessão			594.146	522.075	(72.071)	(124.041)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	64.582	61.294			3.288	9.974		
Instrumentos financeiros - CPC 39	58.995		4.103		37.552			
Benefícios pós-emprego - PSAP	326			40		1	366	(81)
Licenças ambientais	1.215	1.136			79	105		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	794	712	754	749	77	3		
Outras	670	999	159	53	(435)	18		
Total diferenças temporárias	**475.392**	**67.962**	**605.129**	**528.884**	**8.768**	**(105.386)**	**305.077**	**(81)**
Total bruto	**496.326**	**67.962**	**605.129**	**528.884**	**29.702**	**(105.386)**	**305.077**	**(81)**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(496.326)	(67.962)	(496.326)	(67.962)				
Total	**–**	**–**	**108.803**	**460.922**				

8.3.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026	2027	2028	2029	2030	2030 a 2032	A partir de 2033	Total Não circulante
57.065	37.136	36.633	35.187	35.187	68.164	226.954	496.326

continua

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora (Nota 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

		Ativo Circulante		Ativo Não circulante		Ativo Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais	
	Relacionamento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Uso do sistema de transmissão									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	214	218					1.965	1.980
EDP São Paulo	Controle Comum	250	318					2.795	2.978
Enerpeixe	Controle Comum	23	23					284	259
Lajeado	Controle Comum	32	31					391	354
Investco	Controle Comum							5	5
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum (****)		8					84	98
São Manoel	Controle Comum	40	44					513	504
CEJA	Controle Comum (****)		19					195	190
		559	**661**					**6.232**	**6.368**
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)									
Contrato de prestação de serviços									
Investco	Controle Comum		85					966	1.008
CEJA	Controle Comum		54					378	633
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum (****)		54					378	633
Enerpeixe	Controle Comum	56	53					654	627
São Manoel	Controle Comum	55	104					591	620
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)								103
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (**)		112					229	675
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	99	96					581	607
EDP Transmissão Norte	Controle Comum	15	14					172	79
EDP Transmissão Norte 2	Controle Comum	15						180	
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (***)								51
Renováveis	Parte Relacionada	566	308					1.739	1.378
		806	**880**	–	–	–	–	**5.868**	**6.414**
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e *Backoffice*									
EDP - Energias do Brasil	Controladora			1.908	158	3.098	2.712	(4.561)	(4.590)
EDP São Paulo	Controle Comum					1	1	(15)	
		–	–	**1.908**	**158**	**3.099**	**2.713**	**(4.576)**	**(4.590)**
		1.365	**1.541**	**1.908**	**158**	**3.099**	**2.713**	**7.524**	**8.192**

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(**) Em 30 de abril de 2025, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a controlada EDP Transmissão Aliança e, consequentemente, a partir desta data a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(***) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(****) Em 13 de agosto de 2025, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou as companhias CEJA e Cachoeira Caldeirão e, consequentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 34.2.

As operações de compartilhamentos e prestações de serviços realizadas com as partes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Contratos de Prestação de serviços: Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Posteriormente, foram celebrados termos aditivos aos contratos com o objetivo de prorrogar seus respectivos prazos de vigência, limitados à data de 30 de junho de 2026, tendo em vista que contratos de prestação de serviço entre partes relacionadas não podem ter vigência superior a 5 anos.

Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigeram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

Posteriormente, foram celebrados termos aditivos aos contratos com o objetivo de prorrogar seus respectivos prazos de vigência, limitados à data de 30 de junho de 2026, tendo em vista que contratos de prestação de serviço entre partes relacionadas não podem ter vigência superior a 5 anos.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2025	2024
Remuneração (a)	4.057	3.654
Benefícios de curto prazo (b)	79	61
Benefícios - Previdência Privada	110	96
Total	**4.246**	**3.811**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima e insumos para produção de energia		
Outros	1.010	7.092
Material de almoxarifado	300	444
Resíduos e sucatas	41	41
(–) Perda estimada na realização dos estoques	(320)	(320)
Total	**1.031**	**7.257**

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços das linhas e subestações de transmissão.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais		1.454	8.322	314	(6.403)	3.687
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	12.829		1.757		14.586
Outros cauções		797		14		811
Total Não circulante		**15.080**	**8.322**	**2.085**	**(6.403)**	**19.084**

11.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Refere-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo de seis parcelas do serviço da dívida.

12 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº 122/22 e nº 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 26.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 32.2.4.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições (Notas 26 e 27)	O&M	Remuneração (Nota 26)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Margem na construção (Nota 26)	Reajuste tarifário (Nota 4.4)	Outros (Nota 12.1)	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos da concessão	1.936.327	152.253	10.817	253.358	(318.806)	13.564	42.334	15.320	2.105.167
	1.936.327	**152.253**	**10.817**	**253.358**	**(318.806)**	**13.564**	**42.334**	**15.320**	**2.105.167**
Circulante	312.221								314.703
Não circulante	1.624.106								1.790.464

Do saldo total de R$2.105.167: (i) R$1.841.425 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R$237.510 refere-se ao contrato 004/2016; e (iii) R$26.232 refere-se ao contrato 003/2015;

12.1 Outros

O montante de R$15.320 refere-se à apuração de alíquota de PIS/COFINS sobre a receita de construção.

13 Outros créditos - Ativo e outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		484	790		
Dispêndios a reembolsar		20	20		
Bens destinados à alienação/desativação			16.749		
Serviços prestados a terceiros		3	115		
Ressarcimento de custos - CDE		1.331	1.173		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	806	880	1.908	158
Despesas pagas antecipadamente		1.123	930	50	
Outros		237	237	98	
Total		**4.004**	**20.894**	**2.056**	**158**
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos			1.218		
Folha de pagamento		1.023	733	363	489
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			3.099	2.713
Arrendamentos e aluguéis	13.1	1.500	923	835	1.171
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.2	8.388	7.340		
Outros		44	34	2.758	1.663
Total		**10.955**	**10.248**	**7.055**	**6.036**

13.1 Arrendamentos e aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Circulante							
Edifícios	795	1.886	(707)	601	31	(1.886)	720
Veículos	128	810	(913)	759	41	(45)	780
	923	**2.696**	**(1.620)**	**1.360**	**72**	**(1.931)**	**1.500**
Não circulante							
Edifícios	1.064	40		(601)			503
Veículos	107	874		(759)	110		332
	1.171	914	–	(1.360)	110	–	835
Total	**2.094**	**3.610**	**(1.620)**	**–**	**182**	**(1.931)**	**2.335**

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2026	720	10,79	780	13,81
Total	**720**		**780**	
Não Circulante				
2027	503	10,79	332	13,81
Total	**503**		**332**	

13.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

14 Parcela de ajuste

O saldo total de R$ 125.178, no Circulante e Não circulante no ativo, refere-se ao saldo remanescente da parcela de ajuste ativa homologada pela revisão tarifária periódica do ano base 2023, e ao saldo da projeção da parcela ainda não homologada (será homologada em 2028). Nesta parcela de ajuste é considerada a receita revisada de reforços e melhorias autorizadas, a qual retroagirá à data da entrada em operação comercial da obra. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se ao incremento na RAP endereçando o período em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados (seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

O saldo total de R$44.383 em 31 de dezembro de 2025 (R$24.302 em 31 de dezembro de 2024) no Circulante e Não circulante no passivo, refere-se à estimativa da parcela de ajuste correspondente ao ciclo tarifário 2024/2025 e ao saldo remanescente da parcela de ajuste correspondente do ciclo tarifário 2023/2024. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se às diferenças entre os duodécimos da RAP constantes em resolução homologatória e os duodécimos da RAP constantes nos avisos de crédito emitidos pelo ONS: tal diferença é homologada pela ANEEL ao final de cada ciclo tarifário e endereçada nos avisos de crédito subsequentes.

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria.

15.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	14,16	5.259	(2.213)	3.046	11,52	4.836	(1.546)	3.290
Máquinas e equipamentos	12,02	15.757	(5.891)	9.866	10,04	9.684	(4.674)	5.010
Veículos	14,29	416	(345)	71	14,29	336	(322)	14
Móveis e utensílios	5,48	1.181	(368)	813	5,42	1.101	(308)	793
Total Imobilizado em serviço		**22.613**	**(8.817)**	**13.796**		**15.957**	**(6.850)**	**9.107**
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	25,00	2.898	(1.727)	1.171	25,00	2.744	(972)	1.772
Equipamentos de informática	8,67	291	(16)	275	8,67	291	(16)	275
Veículos	46,27	1.889	(1.116)	773	31,58	363	(208)	155
Total Ativos de direito de uso		**5.078**	**(2.859)**	**2.219**		**3.398**	**(1.196)**	**2.202**
Imobilizado em curso								
Administração		5.111		5.111		5.741		5.741
Total Ativos Imobilizado em curso		**5.111**	**–**	**5.111**		**5.741**	**–**	**5.741**
Total do imobilizado		**32.802**	**(11.676)**	**21.126**		**25.096**	**(8.046)**	**17.050**

15.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Goiânia; e (ii) à filial instalada na sede da controladora, localizada em São Paulo.

• Equipamentos de informática: refere-se ao contrato de aluguel de *notebooks* e *desktops* utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.

• Veículos: refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

A movimentação no exercício para os Ativos de direito de uso está demonstrada abaixo:

15.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transferência para ativo da concessão	Incorporação (Nota 16.2.1)	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.290		422	(666)				3.046
Máquinas e equipamentos	5.010		6.073	(1.217)				9.866
Veículos	14		80	(23)				71
Móveis e utensílios	793		81	(61)				813
Total do imobilizado em serviço	**9.107**	**–**	**6.656**	**(1.967)**	**–**	**–**	**–**	**13.796**
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.772	1.926		(744)	(1.773)	(10)		1.171
Equipamentos de informática	275							275
Veículos	155	1.684		(918)	(158)	10		773
Total Ativos de direito de uso	**2.202**	**3.610**	**–**	**(1.662)**	**(1.931)**	**–**	**–**	**2.219**
Imobilizado em curso								
Máquinas e equipamentos	5.337	14	(399)		(1.884)		1.639	4.707
Outros	404							404
Total do imobilizado em curso	**5.741**	**14**	**(399)**	**–**	**(1.884)**	**–**	**1.639**	**5.111**
Total do imobilizado	**17.050**	**3.624**	**6.257**	**(3.629)**	**(3.815)**	**–**	**1.639**	**21.126**

16 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

16.1 Composição do Intangível

		31/12/2025				31/12/2024			
	Nota	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
Software		20,00	3.832	(1.900)	1.932	20,00	2.931	(1.307)	1.624
Total do Intangível em serviço			**3.832**	**(1.900)**	**1.932**		**2.931**	**(1.307)**	**1.624**
Intangível em curso									
Software			3.244		3.244		7.347		7.347
Total do Intangível em curso			**3.244**	**–**	**3.244**		**7.347**	**–**	**7.347**
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	16.1.2	4,2	1.053.864	(194.993)	858.871				–
(–) Provisão para manutenção de dividendos	16.1.2	4,2	(1.053.864)	194.993	(858.871)				–
			–	–	–		–	–	–
Total do Intangível			**7.076**	**(1.900)**	**5.176**		**10.278**	**(1.307)**	**8.971**

16.1.2 Ágio - Incorporação de sociedade controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com a Instrução CVM nº 78/22 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal.

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

16.2 Movimentação do Intangível

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço					
Software	1.624		901	(593)	1.932
Total do Intangível em serviço	**1.624**	**–**	**901**	**(593)**	**1.932**
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso	7.347	206	(4.309)		3.244
Total do intangível em curso	**7.347**	**206**	**(4.309)**	**–**	**3.244**
Total Intangível	**8.971**	**206**	**(3.408)**	**(593)**	**5.176**

17 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são ajustados ao valor justo, em conformidade com o CPC 28 - Propriedade para investimento, com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes após a aquisição da Companhia.

O valor justo dos terrenos é determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

O montante em 31 de dezembro de 2025 de R$18.599 (R$18.599 em 31 de dezembro de 2024), refere-se aos imóveis recebidos como promessa de compra e venda, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controladora da Companhia. Além disso, parte foi ajustada ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido.

18 Fornecedores

		Circulante	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	18.1	16.891	30.681
Total		**16.891**	**30.681**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

18.1 Materiais e serviços

O saldo de Materiais e serviços, em 31 de dezembro de 2025, de R$16.891 (R$30.681 em 31 de dezembro de 2024) é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linhas de transmissão e subestações sob concessão da Companhia.

19 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGOE, realizada em 30 de abril de 2025, a destinação do lucro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$276.045 da seguinte forma: (i) R$13.803 como reserva legal; (ii) R$50.241 como JSCP, já creditados para acionista com base na posição acionária de 23 de dezembro de 2024, sendo deliberados e aprovados nas Reuniões do Conselho da Administração - RCA; e (iii) R$22.857, como dividendos adicionais; e (iv) R$189.144, como reserva de retenção de lucros.

JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de janeiro de 2025, foi aprovada a antecipação do pagamento de JSCP relativo ao exercício de 2024, no montante de R$23.500, sendo R$19.975 líquido de imposto de renda, nesta data.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	Nota	31/12/2024	Pagamentos	Incorporação	31/12/2025
Santa Leopoldina	19.1	65.560	(19.975)	(45.585)	–
Total dividendos passivo		**65.560**	**(19.975)**	**(45.585)**	**–**

19.1 Incorporação

O saldo de R$45.585 foi baixado no momento da incorporação reversa entre Pequena Central Hidrelétrica SL e a Companhia. (Nota 4.3).

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Debêntures

20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025 Encargos Circulante	31/12/2025 Principal Circulante	31/12/2025 Principal Não circulante	31/12/2025 Total	31/12/2024 Encargos Circulante	31/12/2024 Principal Circulante	31/12/2024 Principal Não circulante	31/12/2024 Total
Moeda Nacional																		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1	366.666	1ª emissão, 1ª série em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil				–	924	52.381	314.285	367.590
(–) Custos de emissão		(2.478)			45.747	22/12/2023 a 22/12/2028			Amortização mensal					–		(694)	(1.039)	(1.733)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1	183.334	1ª emissão, 2ª série em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil				–	468	16.667	166.667	183.802
(–) Custos de emissão		(1.239)				22/12/2023 a 22/12/2030			Amortização mensal					–		(270)	(677)	(947)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	2ª emissão (antiga 1ª emissão PCH SL antes da incorporação) em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2029	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Juros Semestral e Principal anual a partir janeiro/2027	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	51.462	175.000	512.935	739.397				–
(–) Custos de emissão		(404)				19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal					–				–
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	900.000	1	900.000	3ª emissão 1ª Série em 10/12/2025	10/12/2025 a 10/12/2030	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	CDI + 0,52% a.a.	Juros Semestral e Principal anual a partir janeiro/2027	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	3.093		900.000	903.093				–
(–) Custos de emissão		(4.613)				10/12/2025 a 10/12/2030			Amortização mensal				(4.613)	(4.613)				–
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	3ª emissão 2ª Série em 10/12/2025	10/12/2025 a 10/12/2032	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	CDI + 0,60% a.a.	Juros Semestral e Principal anual a partir Dezembro/2031	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	1.814		450.000	451.814				–
(–) Custos de emissão		(2.338)				10/12/2025 a 10/12/2032			Amortização mensal				(2.338)	(2.338)				–
Total geral											**56.369**	**175.000**	**1.855.984**	**2.087.353**	**1.392**	**68.084**	**479.236**	**548.712**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2025, é de R$2.094.304 (R$551.392 em 31 de dezembro de 2024).

20.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Incorporação (Nota 4.3)	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante									
Debêntures									
Principal	69.048		(550.000)		480.952	175.000			175.000
Juros	1.392		(135.556)	171.625		18.908			56.369
Custo de transação	(964)				(907)		1.871		–
	69.476	**–**	**(685.556)**	**171.625**	**480.045**	**193.908**	**1.871**	**–**	**231.369**
Não circulante									
Debêntures									
Principal	480.952	1.350.000			(480.952)	521.379		(8.444)	1.862.935
Custo de transação	(1.716)	(6.142)			907				(6.951)
	479.236	**1.343.858**	**–**	**–**	**(480.045)**	**521.379**	**–**	**(8.444)**	**1.855.984**

20.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2026	231.369
	231.369
Não circulante	
2027	398.824
2028	399.118
2029	399.215
2030	224.410
2031	222.841
2032 até 2044	211.576
	1.855.984
Total	**2.087.353**

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.
As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:
• Específicas para a 1ª emissão:
(i) enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida/EBITDA indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.
Tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora. Índice Financeiro período Menor ou igual à 3,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; Menor ou igual à 4,00x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027; menor ou igual à 4,25x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030; menor ou igual à 4,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante. Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do Índice Financeiro menor ou igual à 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança;
(ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000.
(iii) enquanto a Fiança estiver em vigor, término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo Poder Concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui previstos, no término definitivo da concessão de qualquer Controlada da Garantidora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 30% da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social e desde que cause um Efeito Adverso Relevante na Garantidora;
(iv) se a Garantidora, enquanto a Fiança estiver em vigor, deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de cumulativamente (a) no mínimo, 50% mais 1 ação do capital votante da companhia; e (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da companhia ("Alteração de Controle"), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% mais uma das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% das Debêntures em Circulação, sendo o item (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam detidas por, no mínimo, 250 Debenturistas (CPFs ou CNPJs distintos);
• Específicas para a 3ª emissão:
(i) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas;
(ii) Protesto de títulos contra a Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, contra a Garantidora, em valor individual ou agregado seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora e/ou a Garantidora forem intimadas de tal protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
(iii) Rescisão, caducidade, encampação, anulação ou qualquer outra forma de término antecipado das Concessões pelo poder concedente, que implique no término definitivo das Concessões que representem mais de 30% (trinta por cento) da receita da Emissora e desde que tenha decorrido o período de remediação, conforme aplicável, e não caiba mais qualquer recurso administrativo ou, após exaurida a etapa administrativa, exceto se tal determinação tiver seus efeitos suspensos ou revertidos em um prazo de 60 (sessenta) dias após o fim da fase administrativa;
(iv) Inadimplemento, pela Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, pela Garantidora, de decisão arbitral final não sujeita a recurso e/ou de sentença judicial, transitada em julgado contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas e, em todos os casos, que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
(v) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas;
(vi) Enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA indicado na tabela abaixo ("Índice Financeiro Garantidora"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e acompanhado pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora;
Menor ou igual a 4,00x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027;
Menor ou igual a 4,25x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030;
Menor ou igual a 4,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante;
(vii) Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA menor ou igual à 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes) ("Índice Financeiro Emissora"), a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança e acompanhado pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Emissora.
[1] O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".
[2] A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.
A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício de 31 de dezembro de 2025 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025 Encargos Circulante	31/12/2025 Principal Circulante	31/12/2025 Principal Não circulante	31/12/2025 Total	31/12/2024 Encargos Circulante	31/12/2024 Principal Circulante	31/12/2024 Principal Não circulante	31/12/2024 Total
Moeda nacional																
CCB BRASIL -511600554	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	179	4.853	18.604	23.636	197	4.853	23.458	28.508
(–) Custo de transação	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(45)	(174)	(219)		(46)	(223)	(269)
CCB BRASIL - 511600555	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28	674	2.583	3.285	26	411	1.987	2.424
(–) Custo de transação	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(10)	(38)	(48)		(7)	(34)	(41)
CCB BRASIL - 511600556	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	31	730	2.801	3.562	39	674	3.257	3.970
(–) Custo de transação	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(7)	(27)	(34)		(10)	(50)	(60)
CCB BRASIL - 511600557	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26	720	2.761	3.507	38	720	3.481	4.239
(–) Custo de transação	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(9)	(36)	(45)		(9)	(46)	(55)
CCB BRASIL - 511600561	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	15	411	1.576	2.002	42	730	3.532	4.304
(–) Custo de transação	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação			(10)	(37)	(47)		(10)	(47)	(57)
CCB BRASIL - 511600669	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	25	571	2.475	3.071	34	571	3.047	3.652
(–) Custo de transação	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031			Amortização mensal do custo de transação			(15)	(66)	(81)		(7)	(39)	(46)
CCB BRASIL - 511600670	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	52	1.201	5.203	6.456	72	1.202	6.403	7.677
(–) Custo de transação	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031			Amortização mensal do custo de transação			(7)	(32)	(39)		(15)	(81)	(96)
CCB BRASIL - 511600682	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	27	633	2.798	3.458	38	633	3.431	4.102
(–) Custo de transação	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031			Amortização mensal do custo de transação			(7)	(35)	(42)		(8)	(39)	(47)
CCB BRASIL - 511600785	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	40	959	4.392	5.391	57	958	5.350	6.365
(–) Custo de transação	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031			Amortização mensal do custo de transação			(15)	(67)	(82)		(13)	(79)	(92)
									423	**10.627**	**42.681**	**53.731**	**543**	**10.627**	**53.308**	**64.478**

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionados acima.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima na Companhia, em 31 de dezembro de 2025, é de R$54.368 (R$65.241 em 31 de dezembro de 2024).

21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Incorporação (Nota 4.3)	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	10.752	(931.529)		10.753	(2.606)	991.948		(68.566)	10.752
Juros	543	(65.019)	45.724			19.175			423
Custo de transação	(125)			(126)			126		(125)
	11.170	**(996.548)**	**45.724**	**10.627**	**(2.606)**	**1.011.123**	**126**	**(68.566)**	**11.050**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	53.946			(10.753)					43.193
Custo de transação	(638)			126					(512)
	53.308	**–**	**–**	**(10.627)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**42.681**

continua

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Total
Circulante	
2026	11.050
	11.050
Não circulante	
2027	10.626
2028	10.626
2029	10.626
2030	9.408
2031 até 2035	1.395
	42.681
Total	**53.731**

22 Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A Companhia, através da Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Valor Presente das Obrigações (VPO) dos planos é zero, uma vez que o superávit atuarial está integralmente destinado a cobrir as garantias e revisões dos benefícios, não configurando um benefício econômico futuro para a patrocinadora dos planos.

	Circulante 31/12/2025	Não circulante 31/12/2025
Contribuição definida	2	1.092
	2	**1.092**

22.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

22.1.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) Equatorial CV Goiás - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do Equatorial CV Goiás.

(ii) Equatorial BD Goiás - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Equatorial do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

22.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2025 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

22.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(15.155)	16.756	(1.601)	–
Custo do serviço corrente	(13)			(13)
Ganhos/(perdas) atuariais	(340)	(2.378)	1.637	(1.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(15.508)**	**14.378**	**36**	**(1.094)**

As contribuições da Companhia pagas neste plano para o exercício de 2025 são de R$2.

O saldo de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2025, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R$715 (R$242 em 31 de dezembro de 2024).

22.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculados nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Circulante		
2026	2	
	2	**–**
Não circulante		
2027	1.011	131
2028	1.060	137
2029	1.111	143
2030	1.162	149
2031 a 2035	6.600	877
	10.944	**1.437**
Total	**10.946**	**1.437**

22.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2025	2024
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		13	7
Custo dos juros	29		13
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		**13**	**20**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		2.378	(2.025)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		247	580
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		93	(361)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(1.637)	1.564
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		**1.081**	**(242)**
Total		**1.094**	**(222)**

22.1.1.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2025		2024	
	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Participantes ativos	20			23
Participantes assistidos				
Aposentados e pensionistas	14	1	1	14
Total	**34**	**1**	**1**	**37**

22.1.1.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Obrigações dos planos 2025	
Análise de sensibilidade	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Pressupostos centrais	11.762	1.448
Taxa de desconto		
Aumento em 0,5%	11.128	1.368
Redução em 0,5%	12.221	1.505
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	11.936	1.471
Mortalidade		
Aumento em 0,5%		
Redução em 0,5%		

22.1.1.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2025		2024	
Econômicas	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Taxa de desconto - nominal	0,00%	0,00%	11,07% a.a.	11,07 a.a.%
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	n/a	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,80% a.a.	3,80% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000 Masculina, suavizada em 10%	AT-2000	AT-2000 Masculina, suavizada em 10%	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI2006	Winklevoss	MI2006	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	n/a	TASA 1927 D50%	n/a

22.1.2 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

• Suplementação de aposentadoria;
• Suplementação de aposentadoria por invalidez;
• Suplementação de pensão; e
• Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R$665 (R$797 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, este plano tem a adesão de 35 colaboradores (38 em 31 de dezembro de 2024).

23 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Conta de desenvolvimento energético - CDE	23.1	808	4.335		(5.143)	–
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	23.2	2.955	3.671	315	(3.849)	3.092
Outros encargos		137	1.532		(1.549)	120
Total		**3.900**	**9.538**	**315**	**(10.541)**	**3.212**
Circulante		2.881				2.132
Não circulante		1.019				1.080

23.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento à programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL.

23.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

24 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2025	Circulante 31/12/2024	Não circulante 31/12/2025	Não circulante 31/12/2024
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	24.1	4.850	4.351	10.637	10.766
Licenças ambientais	24.2	2.872	2.372	702	970
Total		**7.722**	**6.723**	**11.339**	**11.736**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

24.1 Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

24.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo	
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025	Depósito judicial 31/12/2025	Depósito judicial 31/12/2024
Trabalhistas	24.1.1.1	9.684	2.901	(2.397)	(1.387)	917	9.718	1.368	990
Cíveis		1.078	611	(488)	(426)	141	916	134	
Regulatórias	24.1.1.2	4.351				498	4.849		
Outros		4					4		
		15.117	**3.512**	**(2.885)**	**(1.813)**	**1.556**	**15.487**	**1.502**	**990**
Circulante		4.351					4.850		
Não circulante		10.766					10.637	1.502	990

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R$3.459 em 31 de dezembro de 2025 (R$2.499 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

24.1.1.2 Regulatórias

Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

24.1.2 Risco de perda possível

			Ativo	
			Depósito judicial	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Trabalhistas	24.1.2.1	11.651	13.379	2.095	326
Cíveis	24.1.2.2	11.376	10.468		
Fiscais	24.1.2.3	885	825		
Total		**23.912**	**24.672**	**2.095**	**326**

O valor referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$4.700 em 31 de dezembro de 2025 (R$4.536 em 31 de dezembro de 2024).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

24.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial. Durante o exercício de 2025 houve ingressos de novos processos que totalizam o montante de R$11.651 (R$13.379 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.2.2 Cíveis

• Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações Ltda., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela Companhia. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2025 é de R$6.908 (R$5.935 em 31 de dezembro de 2024).

• Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada em 31 de dezembro de 2025 é de R$3.147 (R$2.821 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.2.3 Fiscais

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2025, o montante envolvido totaliza R$885 (R$825 em 31 de dezembro de 2024). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico revisto em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal, cuja classificação passa a ser remota de perda. A Companhia apresentou as respectivas defesas e aguarda o julgamento dos processos.

24.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza fiscais e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 é de R$90 (R$138 em 31 de dezembro de 2024).

24.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
Circulante	2.372	(16)	110	399	7	2.872
Não circulante	970		44	(399)	87	702
Total	**3.342**	**(16)**	**154**	**–**	**94**	**3.574**

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R$1.445.195 (R$520.750 em 31 de dezembro de 2024) totalmente subscrito e integralizado, representado por 16.486 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Em 31 de março de 2025, a AGE da EDP Goiás, deliberou a redução de capital social no montante de R$153.155, sem o cancelamento de ações, passando de R$ 520.750 para R$ 367.595, em virtude da absorção do patrimônio líquido negativo da Pequena Central Hidrelétrica SL, no processo de incorporação reversa (Nota 4.3).

Em 31 de dezembro de 2025, a AGE da EDO Goiás, deliberou o aumento de capital social de R$367.595 para R$1.445.195, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R$1.077.600 (Nota 4.9)

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

25.2 Reserva de capital

A Reserva de Capital registada pela Companhia resulta da incorporação de ágio decorrente de operações realizadas com a controladora (Nota 4.3),

25.3 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		99.035	276.045
Incorporação reversa (Nota 4.3)		(111.466)	
Prejuízo/Lucro líquido ajustado		**(12.431)**	**276.045**
Constituição da reserva legal - 5%			(13.803)
		(12.431)	**262.242**
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	19		50.241
Dividendos complementares	19		22.857
Lucro do exercício a deliberar			189.144
Prejuízos acumulados		(37.074)	
		(37.074)	**262.242**

25.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2024	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2025
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	123	1.648	(2.729)		(958)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(40)			366	326
	83	**1.648**	**(2.729)**	**366**	**(632)**

26 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia é de 9,15% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2025	2024
Receita de construção	12 e 26.1	210.447	161.355
Atualização dos Ativos da concessão	12	253.358	233.716
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	26.2	93.664	298.970
Arrendamentos e aluguéis		(30)	656
Parcela Variável	14	45.879	77.355
Outras receitas operacionais		5.802	6.632
Receita operacional bruta		**609.120**	**778.684**
(–) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(53.686)	(70.281)
ISS		(303)	(341)
		(53.989)	**(70.622)**
Encargos do consumidor			
P&D		(3.671)	(5.208)
CDE		(4.335)	(15.755)
PROINFA - Consumidores Livres		(983)	(3.935)
Outros encargos		(1.532)	(1.436)
		(10.521)	**(26.334)**
Receita		**544.610**	**681.728**

26.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

A variação no exercício deve-se, principalmente, aos custos decorrentes da substituição e/ou ampliação da infraestrutura de transmissão.

continuação

EDP Transmissão Goiás S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2 Receita de Operação e Manutenção (O&M)
A redução observada no exercício decorre, principalmente, do reconhecimento, em 2024, de receita relacionada à Parcela de Ajuste ativa, apurada no âmbito da Revisão Tarifária Periódica, a qual resultou em incremento da RAP. Tal ajuste teve por finalidade recompor a remuneração de ativos que entraram em operação no período de 2019 a 2023 e que, até então, não haviam sido integralmente remunerados, seja em razão do intervalo regulatório entre as revisões periódicas, seja em decorrência da postergação, por um ano, da RTP referente ao ano-base de 2023. No exercício de 2025, não houve reconhecimento de receita de mesma natureza, o que explica a variação observada.

27 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

27.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2025	2024
Edificações, obras civis e benfeitorias			640
Máquinas e equipamentos	27.1.1	149.368	139.079
Veículos		1.475	
Móveis e utensílios		107	18
Outros		1.303	1.306
	12	**152.253**	**141.043**

27.1.1 Máquinas e equipamentos
A variação refere-se aos custos associados à modernização e atualização de subestações das linhas de transmissão, principalmente nas linhas de Xavantes, Goiânia Leste e Cachoeira Dourada.

27.2 Custo de operação

	Nota	2025	2024
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.2	40.986	40.591
Material		2.109	2.120
Serviços de terceiros	28.3	21.628	23.557
Depreciação - Imobilizado em serviço		2.024	2.246
Depreciação - Ativos de direito de uso		304	
Amortização	27.2.1	592	364
Arrendamentos e aluguéis		500	
Outras		9.306	
Total		**77.449**	**68.878**

27.2.1 Amortização
A variação refere-se a amortização de Mais-Valia do direito de concessão incorporado.

28 Despesas e receitas operacionais
As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2025				
		Custo do serviço	Despesas operacionais			
	Nota	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.2			384		384
Material				128		128
Serviços de terceiros	28.3			807		807
Depreciação - Imobilizado em serviço				(57)		(57)
Depreciação - Ativos de direito de uso				1.358		1.358
Amortização				1		1
PECLD/perdas líquidas			3.569			3.569
Provisões				1.514		1.514
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	28.1				(5.696)	(5.696)
Custo com construção da infraestrutura		152.253				152.253
Outras				(2.085)		(2.085)
Total		**152.253**	**3.569**	**2.050**	**(5.696)**	**152.176**

		2024				
		Custo do serviço	Despesas operacionais			
	Nota	Prestado a terceiros		Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.2			156		156
Material				1		1
Serviços de terceiros	28.3			2.139		2.139
Depreciação - Ativos de direito de uso				842		842
Provisões					1.207	1.207
Arrendamentos e aluguéis				1.014		1.014
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	28.1				4.777	4.777
Custo com construção da infraestrutura		141.043				141.043
Outras				1.397	3.500	4.897
Total		**141.043**		**5.549**	**9.484**	**156.076**

28.1 Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens
A variação no exercício refere-se ao recebimento da indenização do seguro relacionada ao transformador ("Trafo") que se encontrava em processo de reforma. O ganho reconhecido decorre do ressarcimento efetuado pela seguradora, cujo valor excedeu os custos incorridos com a reforma, resultando em impacto positivo no resultado do exercício.

28.2 Pessoal

	2025	2024
Pessoal		
Remuneração	20.666	19.650
Encargos	6.835	6.949
Previdência privada - Corrente	744	816
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	13	7
Programa de demissão voluntária		1
Despesas rescisórias	412	1.975
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	3.310	3.160
Outros benefícios - Corrente	5.079	4.941
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(9)	1
(–) Créditos de tributos recuperáveis	(355)	(347)
Outros	232	364
	36.927	**37.517**
Administradores		
Honorários e encargos	3.818	2.817
Benefícios dos administradores	625	413
	4.443	**3.230**
	41.370	**40.747**

28.3 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços de consultoria	1.583	1.589
Serviços de manutenção	7.418	8.699
Serviços de limpeza e vigilância	3.872	4.711
Serviços ambientais	353	1.120
Serviços de informática	2.479	2.232
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	207	334
Serviços Compartilhados	2.719	2.480
Outros	3.804	4.531
	22.435	**25.696**

29 Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	5	18.688	13.652
Depósitos judiciais	11	314	92
Juros e multa sobre tributos	7	2.460	142
Outros juros e variações monetárias	29.1	72.278	
(–) Tributos sobre Receitas financeiras		(999)	(676)
Outras receitas financeiras		8.480	21
		101.221	**13.231**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	21.2	(46.955)	(6.125)
Debêntures	20.2	(173.486)	(66.484)
Operações de *swap* e *hedge*	29.1	(120.803)	
Juros e multa sobre tributos	7	(54)	(3)
Provisões	24.1.1	(1.556)	(2.309)
Benefícios pós-emprego	22.1.1.4		(13)
Arrendamentos e aluguéis	13.1	(182)	(266)
Outros juros e variações monetárias		(248)	(320)
Outras despesas financeiras		(4.286)	(857)
		(347.570)	**(76.377)**
		(246.349)	**(63.146)**

29.1 Outros juros e variações monetárias e Operações de *swap* e *hedge*
A variação observada refere-se, substancialmente, à liquidação do contrato de *swap* da Companhia, realizada em dezembro. Tal evento resultou no reconhecimento da respectiva receita financeira, bem como no pagamento dos juros associados à operação.

30 Impostos de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Nota	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		68.636	393.628
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		**(23.336)**	**(133.834)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(176)	(733)
Juros sobre o capital próprio			17.082
Amortização de Mais-Valia Pré-Incorporação	4.5	53.383	
Efeito tributário de créditos extemporâneos	30.1	914	32
Outras		(386)	(130)
Despesa de IRPJ e CSLL		**30.399**	**(117.583)**
Alíquota efetiva		-44,29%	29,87%

30.1 Efeito tributário de créditos extemporâneos
A variação observada refere-se, substancialmente, ao recálculo do IRPJ e da CSLL do exercício de 2024, em decorrência da aprovação do incentivo fiscal de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

31 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	99.035	276.045
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	16.486	16.486
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**6,00722**	**16,74393**

32 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

32.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

32.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	1.003.557	56.380	1.003.557	56.380
			1.003.557	**56.380**	**1.003.557**	**56.380**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	5.789	18.370	5.789	18.370
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	45.814	54.261	45.814	54.261
Cauções		Nível 2	15.397	13.626	15.397	13.626
Outros créditos - Partes relacionadas	13	Nível 2	2.714	1.038	2.714	1.038
			69.714	**87.295**	**69.714**	**87.295**
Total			**1.073.271**	**143.675**	**1.073.271**	**143.675**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	18	Nível 2	16.891	30.681	16.891	30.681
Debêntures	20	Nível 2	2.102.359	619.271	2.087.353	548.712
Empréstimos e financiamentos	21					
Moeda nacional		Nível 2	53.731	64.430	53.731	64.478
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	3.099	2.713	3.099	2.713
Arrendamentos e aluguéis	13.1	Nível 2	2.383	1.994	2.335	2.094
Licenças ambientais	24.2	Nível 2	3.574	3.343	3.574	3.342
Total			**2.182.037**	**722.432**	**2.166.983**	**652.020**

32.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:
• Custo amortizado
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio do resultado (VJR)
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

32.1.1.2 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

32.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;
(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e
(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

32.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

32.1.2.2 Instrumentos financeiros derivativos
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.
Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos contratados que foram incorporados (Nota 4.3) pela Companhia:

					2025
Contraparte	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Efeito no Resultado
	Swap				
Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	08/12/2023 a 08/12/2025	USD + 6,2700% a.a./ CDI + 1,23% a.a.	172.414	845.000	(120.803)
					(120.803)

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

				Efeito no Resultado		
	31/12/2024	Liquidação	Incorporação (Nota 4.3)	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	31/12/2025
Swap						
Risco cambial						
Empréstimos	–	(3.743)	124.546	(52.035)	(68.768)	–
	–	**(3.743)**	**124.546**	**(52.035)**	**(68.768)**	**–**

32.1.2.2.1 Contratos de *swap*
Em 31 de março de 2025, a controlada EDP Goiás incorporou instrumento financeiro derivativo classificado como swap da Pequena Central Hidrelétrica SL , registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank.
O referido instrumento financeiro derivativo foi integralmente liquidado em 08 de dezembro de 2025.

32.2 Gestão de riscos
A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.
A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.
O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões regulatórias podem complementar o modelo.
(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detém a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.
(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.
(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.
Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Companhia organiza sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.
O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

32.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.
As Debêntures e os Empréstimos, financiamentos captados pela Companhia, apresentados na notas 20 e 21, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à CDI e IPCA.
Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

32.2.1.1 Análise de sensibilidade
A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	101.991	12.387			12.387	3.072	6.135	(3.082)	(6.173)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	901.566	11.374			11.374	2.635	5.197	(2.713)	(5.510)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	15.397	1.496	4.243		5.739	1.658	3.410	(1.566)	(3.042)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**1.018.954**	**25.257**	**4.243**	**–**	**29.500**	**7.365**	**14.742**	**(7.361)**	**(14.725)**
Debêntures	CDI	(2.094.304)	(280.553)	(713.191)	(73.944)	(3.161.992)	(239.813)	(477.525)	244.822	491.995
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(2.094.304)**	**(280.553)**	**(713.191)**	**(73.944)**	**(3.161.992)**	**(239.813)**	**(477.525)**	**244.822**	**491.995**
		(1.075.350)	**(255.296)**	**(708.948)**	**(73.944)**	**(3.132.492)**	**(232.448)**	**(462.783)**	**237.461**	**477.270**
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(54.368)	(4.432)	(7.368)	(25)	(11.825)	(1.593)	(3.236)	1.546	3.047
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**(54.368)**	**(4.432)**	**(7.368)**	**(25)**	**(11.825)**	**(1.593)**	**(3.236)**	**1.546**	**3.047**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,17% e 22,35% a.a. e IPCA entre 1,72% e 9,92% a.a.

32.2.2 Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 20 e 21.

continua

→★ continuação

EDP Transmissão Goiás S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 12) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025							31/12/2024
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	15.986	215	690				16.891	30.681
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				3.099			3.099	2.713
Debêntures			231.369	1.855.984			2.087.353	548.712
Empréstimos e financiamentos			11.050	42.681			53.731	64.478
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos			308.526	1.013.026	129.326		1.450.878	194.301
Arrendamentos e aluguéis	150	150	1.351	905		(221)	2.335	2.094
Licenças ambientais	45	2.546	299	766	50	(132)	3.574	3.342
	16.181	**2.911**	**553.285**	**2.916.461**	**129.376**	**(353)**	**3.617.861**	**846.321**

32.2.3 Vencimento antecipado de dívidas
A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 20. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.
Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 34) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

32.2.4 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:
• Caixa e Equivalentes de caixa
A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

32.2.5 Riscos regulatórios
As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, AGR) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

32.2.6 Riscos ambientais
As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.
Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:
(i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

32.2.7 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura
A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.
Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.
Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.
Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de C*ompliance.*

32.2.8 Risco técnico
A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 35).

32.2.9 Gestão de capital
Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e debêntures	2.141.084	613.190
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(1.009.346)	(74.750)
Dívida líquida	**1.131.738**	**538.440**
Total do patrimônio líquido	840.616	871.937
Total do capital	**1.972.354**	**1.410.377**
Índice de alavancagem financeira - %	57,38%	38,18%

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

33.1 Atividades de financiamento
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2025						
				Efeito não caixa				
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Incorporação (Nota 4.3)	Saldo em 31/12/2025
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento								
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	11	12.829		1.757				14.586
		12.829	**–**	**1.757**	**–**	**–**	**–**	**14.586**
Aumento (diminuição) de passivos financiamento								
Dividendos	19	65.560	(19.975)				(45.585)	–
Debêntures	20	548.712	658.302	(8.444)	173.496		715.287	2.087.353
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	64.478	(996.548)	(68.440)	(2.606)	45.724	1.011.123	53.731
Instrumentos financeiros derivativos		–	3.743	120.803			(124.546)	–
Ações em tesouraria		(18)						(18)
Arrendamentos e aluguéis		2.094	(1.620)		182	1.679		2.335
Capital social	25.1	520.750	1.077.600				(153.155)	1.445.195
		1.201.576	**721.502**	**43.919**	**171.072**	**47.403**	**1.403.124**	**3.588.596**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (–) Ativos de financiamento)		**1.188.747**	**721.502**	**42.162**	**171.072**	**47.403**	**1.403.124**	**3.574.010**

	2024					
			Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12.158	(3.881)	4.552			12.829
	12.158	**(3.881)**	**4.552**	**–**	**–**	**12.829**
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	521.041	(657.738)			202.257	65.560
Debêntures	546.647	(64.419)		66.484		548.712
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	74.941	(16.588)	173		5.952	64.478
Ações em tesouraria	(18)					(18)
Arrendamentos e aluguéis	3.293	(1.098)		266	(367)	2.094
Capital social	328.750				192.000	520.750
	1.474.654	**(739.843)**	**173**	**66.750**	**399.842**	**1.201.576**
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (–) Ativos de financiamento)	**1.462.496**	**(735.962)**	**(4.379)**	**66.750**	**399.842**	**1.188.747**

33.2 Transações não envolvendo caixa
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		202.257
Capitalização nos ativos da concessão relativo a contingências	185	511
Aumento de capital com incorporação reversa	(153.155)	
Aumento de capital com integralização de reservas		192.000
Constituição/Reversão de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	1.679	(367)
Total	**(151.291)**	**394.401**

34 Compromissos contratuais e garantias

34.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.
Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2025				
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	216	164			380
Materiais e serviços	92.568	48.176	929	1.768	143.441
	92.784	**48.340**	**929**	**1.768**	**143.821**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025				
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	207	191			398
Materiais e serviços	88.573	56.621	1.377	4.133	150.704
	88.780	**56.812**	**1.377**	**4.133**	**151.102**

34.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ações judiciais	Seguro Garantia	14.401	
Outros	Seguro Garantia	4.573	6.469
		18.974	6.469

Os valores em garantia referente a Debêntures (Nota 20), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 21) e Provisões (Nota 24) estão demonstrados em sua respectiva nota.

35 Cobertura de seguros
A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	407.411	100.000	380.035	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360.000		360.000
Seguro de vida	28.507	(*)	26.386	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.
O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.
A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$31.795;
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$150.000; e
(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.657.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins
Presidente

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Vice-Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraldes
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Diretor Presidente

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor de O&M e de Obras, Reforços e Melhorias

Júlio César de Andrade
Diretor de Relações Institucionais

Rafael Holanda Moura
Diretor Administrativo e Parcerias

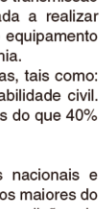
CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor - Accounting S.A.

Cleber dos Santos Lima
Contador - CRC 1SP301263/O-8 "S" GO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **EDP Transmissão Goiás S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Goiás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA | **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 12)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R$ 2.105.167 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - "Receita de contrato com cliente" (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o alto grau de julgamento aplicado e complexidade de seus cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para fazer frente a essas obrigações de desempenho.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis adotadas pela Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato. Efetuamos leitura do contrato de concessão, testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Adicionalmente, analisamos as premissas significativas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração e realizamos testes em bases amostrais de inspeção documental do custo de construção ocorrido no exercício. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas às demonstrações financeiras, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Publicação da EDP Transmissão Goiás no Jornal O HOJE (págs. 20 a 26), com acesso digital via QR Code e link:

https://ohoje.com/publicidade-legal/►-edp-transmissao-goias-s-a-demonstracoes-financeiras-e-notas-explicativas-ao-exercicio-findo-em-31-de-dezembro-de-2025/

NA HORA DE FAZER SUA PUBLICIDADE LEGAL, ESCOLHA A CREDIBILIDADE

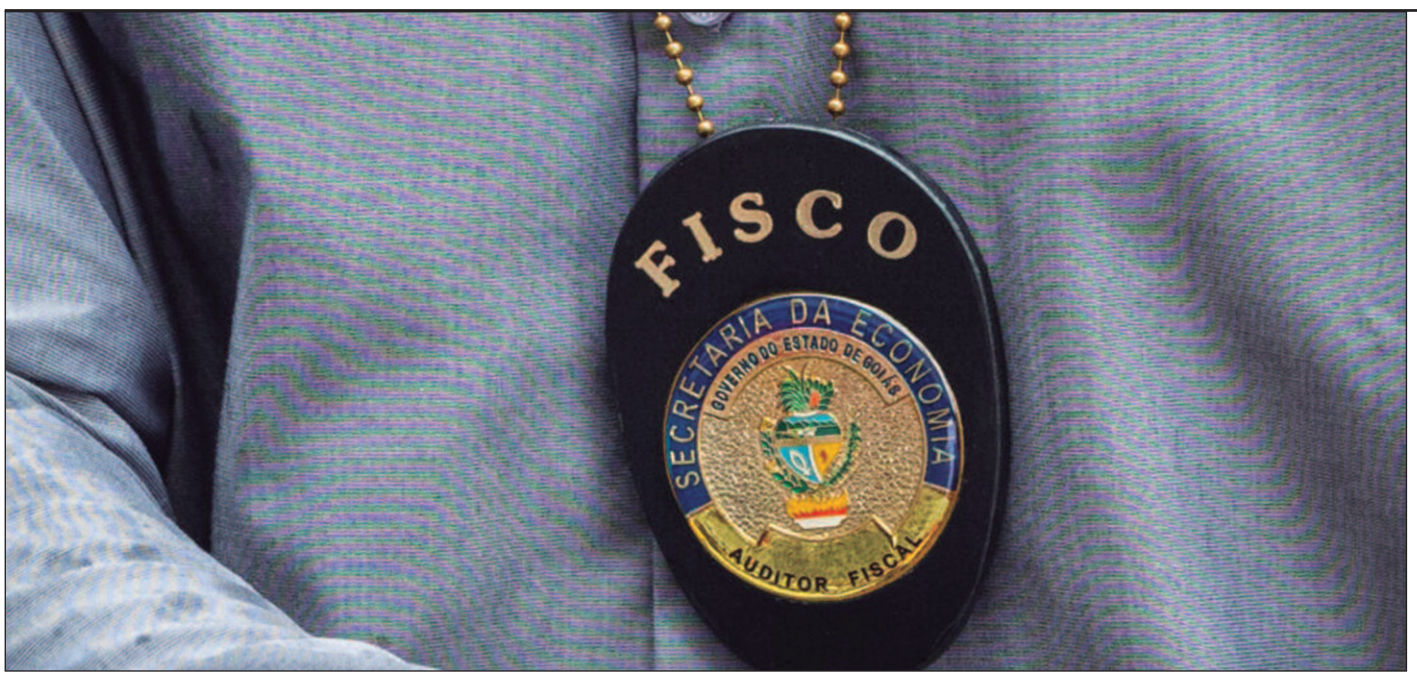
- 21 anos de história
- 34 mi de impressões nas redes sociais
- 22 mil exemplares impressos diariamente e 1.7 mi assinaturas digitais
- Abrangência em Goiás e Distrito Federal
- Impresso e digital com acesso livre
- Visibilidade nacional



GRUPO O HOJE

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ

Concursos



Fotos: Divulgação/Sefaz-GO

Mais de 23 mil candidatos disputam 75 vagas para auditor fiscal em Goiás

Concurso da Sefaz Goiás registra 23,5 mil inscritos

Alta concorrência reflete nível de atratividade da carreira, que oferece salários acima de R$ 32 mil e estabilidade no serviço público



Otávio Augusto

O concurso para auditor fiscal da Receita Estadual de Goiás alcançou uma das maiores procuras recentes no estado. Ao todo, 23,5 mil candidatos tiveram inscrições registradas para disputar as 75 vagas ofertadas no certame, sendo 50 imediatas e 25 para cadastro de reserva. A seleção é conduzida pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e integra o calendário de concursos mais aguardados de 2026.

Alta concorrência marca seleção

O volume de inscritos confirma a atratividade da carreira fiscal, considerada uma das mais valorizadas do serviço público. Com milhares de candidatos por vaga, o certame apresenta concorrência elevada, reflexo direto da remuneração inicial e da estabilidade oferecida.

A Secretaria de Estado da Economia divulgou a lista de inscrições deferidas após análise de recursos. O documento também contempla candidatos que concorrem às vagas reservadas e aqueles que tiveram solicitações de condições especiais aprovadas. Conforme o edital, não foram aceitos laudos médicos considerados inválidos para fins de concorrência em cotas.

Provas objetivas serão em maio

A próxima etapa do concurso será a aplicação das provas objetivas, marcada para o dia 17 de maio. A avaliação ocorrerá em dois turnos. No período da manhã, os candidatos responderão às questões de conhecimentos básicos. À tarde, será a vez das disciplinas específicas.

O conteúdo programático é extenso e inclui áreas como língua portuguesa, raciocínio lógico, direito constitucional, administrativo e financeiro, além de economia e contabilidade. Já entre os conhecimentos específicos, destacam-se direito tributário, auditoria, tecnologia da informação e legislação tributária estadual.

Ao todo, serão 160 questões de múltipla escolha, distribuídas igualmente entre conhecimentos básicos e específicos. Para avançar no certame, o candidato deverá atingir, no mínimo, 60% de acertos em cada etapa, sem zerar nenhuma disciplina.

Cronograma segue até outubro

O cronograma do concurso prevê a divulgação do gabarito já no dia 18 de maio, um dia após a aplicação das provas. Os resultados preliminares das avaliações objetivas estão programados para 9 de junho, com etapas recursais na sequência.

As fases posteriores incluem avaliação multiprofissional, comissão de heteroidentificação e análise de títulos. O resultado final do concurso está previsto para 14 de outubro de 2026, encerrando um processo seletivo que se estende por vários meses.

Concurso foi suspenso e retomado

O andamento do certame sofreu interrupção em 2025 após decisão judicial que atendeu parcialmente a um pedido do Ministério Público do Estado de Goiás. A suspensão ocorreu devido à ausência de previsão de cotas para candidatos negros no edital original.

Para viabilizar a retomada, o governo estadual sancionou leis que instituíram a reserva de vagas e anteciparam a vigência da norma. Com a adequação legislativa, o concurso foi retomado em dezembro de 2025 e segue atualmente dentro do cronograma estabelecido pela banca organizadora.

Remuneração e carreira atraem candidatos

Um dos principais fatores que explicam a alta procura é a remuneração. O salário inicial para o cargo de auditor fiscal é de R$ 28.563,30, podendo ultrapassar R$ 32 mil com adicionais indenizatórios.

A carreira é estruturada em classes e padrões, com progressão baseada em critérios de antiguidade e merecimento. No topo da carreira, os vencimentos podem ultrapassar R$ 45 mil. Além disso, os servidores contam com benefícios como adicional de férias, décimo terceiro, gratificações por funções comissionadas e indenizações por despesas de trabalho.

A exigência para ingresso é nível superior completo em qualquer área de formação. A previsão do governo é de nomeação dos aprovados a partir de 2027, conforme disponibilidade orçamentária.

Com alta concorrência, etapas rigorosas e remuneração atrativa, o concurso da Sefaz Goiás consolida-se como uma das principais oportunidades do serviço público estadual em 2026. **(Especial para O HOJE)**

